

ESTADO DO MARANHÃO

CARLOS ORLEANS BRANDÃO JUNIOR

Governador do Estado do Maranhão

LÍLIA RAQUEL SILVA SOUZA

Secretária de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular - SEDIHPOP

FUNDAÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE - FUNAC/MA

SORIMAR SABÓIA AMORIM

Presidente

LEILA MENEZES SANTOS

Chefe de Gabinete

NIKSON DANIEL SOUZA DA SILVA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN

ACÁCIO DE L. ALVES

Chefe da Assessoria jurídica – ASSEJUR

JOSÉ ERNANE DE V. DE M. JÚNIOR

Chefe da Assessoria de Comunicação ASCOM

CLEOSILENE PROTÁSIO DE SOUZA

Diretora Administrativa Financeira - DAF

LÚCIA DAS MERCÊS D. AGUIAR

Diretora Técnica - DIRTEC

JUCIMEIRE MOREIRA RABELO

Coordenadora de Programas Socioeducativos da Grande Ilha

EUNICE DA C. FERNANDES

Coordenadora de Programação Socioeducativos Regionalizados

ALEXSANDRO FARIAS DE SOUSA

Coordenador de Segurança Socioeducativa da Grande Ilha

STELLIUS SODRÉ PONTES

Coordenador Regional de Segurança Socioeducativa

PRISCILLA SWAZE A. SILVA

Diretora da Escola de Socioeducação do Maranhão — ESMA

ORGANIZAÇÃO RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO 2024

NIKSON DANIEL SOUZA DA SILVA

Chefe da Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas – ASPLAN

LETICIA CRISTINA A. DE SOUSA

Assessora de Planejamento - ASPLAN

VANDERSON VIANA RODRIGUES

Assessor de Planejamento ASPLAN

HERBETH BRITO DA HORA

Assessor de Orçamento - ASPLAN

Este RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - FUNAC 2024 foi aprovado pela presidente da Fundação da Criança e do Adolescente -FUNAC em reunião realizada no dia xx de xxxxxxxx de xxxx.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)

2025 - Governo do Estado do Maranhão - Fundação da Criança e do Adolescente.

1ª Edição - Ano 2025 - Tiragem: xx exemplares

Realização:

Fundação da Criança e do Adolescente.

Fonte do Bispo, Rua Cândido Ribeiro nº 850, Centro, São Luís/MA;

CNPJ: 05.632.559/0001-58 | Telefone:(98) 984558296

E-mail: presidencia@funac.ma.gov.br Site: http://www.funac.ma.gov.br

Distribuição Gratuita

Maranhão. Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC.

RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO - FUNAC 2024: Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, 2025 / Organização Nikson Daniel Souza da Silva; Vanderson Viana Rodrigues; Leticia Cristina Azevedo de Sousa; Herbeth Brito da Hora.

- 1. Ed. – São Luís [MA]: 2025. XX p.

ISBN

 Atendimento Socioeducativo 2. Direitos Humanos 3. Maranhão I. Direito da Criança e do Adolescente. II. Fundação da Criança e do Adolescente.

CDD

Senhoras e senhores,

É com grande honra que apresento o Relatório de Gestão 2024 da Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC. Este documento reafirma nosso compromisso inabalável com a promoção do atendimento integral aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade no Estado do Maranhão, em conformidade com os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE).

O ano de 2024 foi marcado por desafios significativos, que nos impulsionaram a fortalecer nossas ações e aprimorar continuamente nossas práticas institucionais. O presente relatório evidencia não apenas os avanços conquistados, mas também os aprendizados adquiridos ao longo de mais de 35 anos de serviços prestados à sociedade maranhense.

Destacamos, com especial atenção, o perfil dos adolescentes atendidos, os números expressivos de atendimentos realizados e as principais iniciativas implementadas em nossos Centros Socioeducativos. Além disso, investimos nas formações e qualificações oferecidas aos socioeducandos por meio das diversas oficinas pedagógicas e profissionalizantes, que não apenas facilitam sua reinserção social, mas também promovem o desenvolvimento de competências essenciais para a construção e reconstrução de seus projetos de vida.

A FUNAC segue incansável na defesa dos direitos desses adolescentes e jovens, muitos dos quais historicamente tiveram seus direitos fundamentais negligenciados. Reconhecemos a magnitude dessa missão e acreditamos firmemente no impacto positivo que podemos gerar na vida de cada socioeducando sob nossa responsabilidade. Estamos em permanente busca por maior eficiência e comprometimento na execução de nossas metas, com foco na transformação social, na inovação, na comunicação eficaz e na articulação intersetorial.

Por fim, expresso minha profunda gratidão a todos os colaboradores, parceiros e membros da diretoria pelo empenho e dedicação demonstrados ao longo deste ano. Juntos, estamos promovendo mudanças reais e impactando positivamente a vida de tantos adolescentes e jovens.

A todos que nos acompanham, convido à leitura atenta deste relatório, que detalha nossas conquistas e desafios. Somente por meio do entendimento mútuo e do comprometimento coletivo poderemos alcançar nosso objetivo e contribuir efetivamente para a transformação das trajetórias de vida dos socioeducandos.

Desejo a todos uma excelente leitura.

Atenciosamente,

Sorimar Sabóia Amorim Presidente da FUNAC

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	. 09
2 INSTITUIÇÃO	
2.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES	. 13
2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FUNAC	. 15
3 – PROGRAMA 0635 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DOS	<u>,</u>
ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	. 18
3.1 AÇÃO 6050 - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	,
RESTRITIVAS E PRIVATIVAS DE LIBERDADE	. 18
3.1.1 Programas Socioeducativos e seus Atendimentos	. 25
a) Atendimento Inicial	29
b) Internação Provisória	. 34
c) Internação	39
d) Semiliberdade	
3.1.2 Perfil dos Adolescentes Atendidos pela FUNAC	. 51
3.1.3 Escolarização	. 65
3.2 AÇÃO 6051 - FORMAÇÃO DE OPERADORES DO SISTEMA	_
SOCIOEDUCATIVO	68
3.2.1 Escola de Socioeducação do Maranhão – ESMA	. 69
3.3 AÇÃO 6052 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS)
SOCIOEDUCATIVOS	71
3.4 AÇÃO 6053 - PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS	74
3.4.1 Egresso	
3.4.2 Programa Jovem Aprendiz	. 84
3.5 AÇÃO 4450 – GESTÃO DO PROGRAMA	. 86
4 NÚCLEO DE PRÁTICAS RSTAURATIVAS E BEM-ESTAR DO)
SERVIDOR	. 89
4.1 SELO DE PRATICAS RESTAURATIVAS	. 89
4.2 SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR – SAS	. 93
5 AÇÕES DO EIXO DE SAÚDE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO	. 94
6 CENTRAL DE VAGAS	. 10
7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	. 10
8 ANÁLISE TÉCNICA DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2024 DA FUNAC	10

1 APRESENTAÇÃO

O Relatório Anual de Gestão 2024 apresenta uma análise abrangente e detalhada do atendimento socioeducativo realizado pela FUNAC ao longo do ano. A partir dos dados e informações apresentados, é possível obter uma visão objetiva das atividades desenvolvidas, dos desafios enfrentados e das conquistas alcançadas no sistema socioeducativo do estado.

Além de destacar os resultados obtidos em 2024, o relatório também aborda a execução do primeiro ano do ciclo do Planejamento Estratégico da FUNAC para o quadriênio 2024-2027, que estabelece diretrizes estratégicas e define um conjunto de metas e ações a serem alcançadas. Dessa forma, o documento ressalta os avanços na inserção dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa nas atividades sociopedagógicas, evidenciando o compromisso da FUNAC em garantir um atendimento pautado na Proteção Integral e na promoção dos direitos desses indivíduos.

O relatório também apresenta os resultados das ações da FUNAC no Plano Plurianual (PPA) 2024-2027, especificamente no âmbito do Programa "0635 - Proteção e Promoção de Direitos dos Adolescentes em Atendimento Socioeducativo". As cinco ações estratégicas diretamente relacionadas à execução do atendimento socioeducativo incluem:

- Ação 6050 Execução das Medidas Socioeducativas Restritivas e Privativas de Liberdade:
- Ação 6051 Formação de Operadores do Sistema Socioeducativo;
- Ação 6052 Conservação e Manutenção dos Centros Socioeducativos;
- Ação 6053 Profissionalização de Adolescentes e Jovens;
- Ação 4450 Gestão do Programa.

Apesar dos desafios enfrentados, os esforços da FUNAC em promover o desenvolvimento integral dos adolescentes e jovens atendidos no sistema socioeducativo do Maranhão são evidentes e dignos de reconhecimento. O compromisso com a transformação positiva dessas vidas e a construção de projetos de vida desvinculados da prática de atos infracionais seguem como prioridades fundamentais da FUNAC.

A todos que nos acompanham, convido à leitura detalhada deste relatório, que reflete o empenho e dedicação de nossa equipe na construção de um sistema socioeducativo mais eficiente e inclusivo.

¹ Lei nº 12.167, de 19 de dezembro de 2023 - Plano Plurianual - PPA 2024-2027 do Governo do Estado.

2 INSTITUIÇÃO

A Fundação da Criança e do Adolescente – FUNAC, instituída pela Lei Estadual nº 5.566/93 e vinculada à Secretaria Estadual de Direitos Humanos e Participação Popular – SEDIHPOP, desempenha um papel crucial no Estado do Maranhão. A entidade é encarregada da execução de medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade para adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo, observando as diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069/1990) e do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (CONANDA nº 119/2006 e a Lei Federal nº 12.594/2012)

A estrutura organizacional da FUNAC foi publicada no Diário Oficial do Estado conforme o Decreto nº 20.704/2004 reorganiza a estrutura da FUNAC, estabelecendo novos níveis hierárquicos e atribuições para suas unidades administrativas. Essa reorganização reflete a necessidade de modernização e eficiência na gestão pública, alinhando-se às diretrizes constitucionais e legais que regem o serviço público.

I - Nível de Administração Superior

Este nível é responsável pela direção estratégica e tomada de decisões da FUNAC. Ele é composto por:

- a) Conselho de Administração: Órgão colegiado que define as diretrizes gerais e supervisiona as atividades da fundação.
- b) Presidência: Responsável pela execução das políticas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração, além de representar a FUNAC externamente.
- II Nível de Assessoramento

Este nível fornece suporte técnico e administrativo à Presidência, auxiliando na formulação e implementação de estratégias. Ele inclui:

- a) Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas: Responsável pelo planejamento de longo prazo e pela definição de metas estratégicas.
- b) Gabinete: Oferece suporte direto à Presidência, gerenciando atividades administrativas e de comunicação.
- III Nível de Execução Instrumental

Este nível é responsável pela gestão administrativa e financeira da FUNAC, garantindo o funcionamento operacional da fundação. Ele é dividido em:

- 1. Diretoria Administrativa-Financeira:
- 1.1. Unidade Setorial de Administração:
- 1.1.1. Divisão de Gestão de Recursos Humanos: Responsável pela administração de pessoal, incluindo contratações, treinamentos e folha de pagamento.
- 1.1.2. Divisão de Material e Patrimônio: Gerencia o patrimônio físico e os materiais necessários para o funcionamento da fundação.
- 1.1.3. Divisão de Serviços Gerais e Transportes: Cuida da manutenção e dos serviços de apoio, como transporte e infraestrutura.
- 1.2. Unidade Setorial de Finanças:
- 1.2.1. Divisão de Execução Orçamentária: Responsável pela elaboração e execução do orçamento da FUNAC.
- 1.2.2. Divisão de Controle Contábil-Financeiro: Realiza o controle contábil e financeiro, garantindo a transparência e a legalidade das operações.
- IV Nível de Execução Programática

Este nível é responsável pela execução dos programas e ações voltados para o público-alvo da FUNAC, ou seja, crianças e adolescentes. Ele é composto por:

- 1. Diretoria Técnica:
- 1.1. Coordenadoria de Articulação Municipal:

- 1.1.1. Divisão de Capacitação: Responsável por capacitar agentes públicos e comunitários para a implementação de políticas de proteção à criança e ao adolescente.
- 1.2. Coordenadoria de Programas Sócio-Educativos:
- 1.2.1. Unidade Pedagógica: Desenvolve e implementa programas educacionais e pedagógicos voltados para o desenvolvimento integral de crianças e adolescentes.
- 1.3. Coordenadoria de Programas de Proteção à Criança e ao Adolescente:
- 1.3.1. Unidades de Atendimento: Responsável pelo atendimento direto a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, oferecendo serviços de proteção e apoio.

O Art. 2° do Decreto n° 20.704, de 16 de agosto de 2004, estabelece a estrutura organizacional da Fundação da Criança e do Adolescente do Estado do Maranhão (FUNAC/MA), dividindo-a em quatro níveis principais: Administração Superior, Assessoramento, Execução Instrumental e Execução Programática. Essa estrutura reflete uma organização hierárquica e funcional que visa garantir a eficiência e a especialização nas atividades desempenhadas pela FUNAC.

A estrutura organizacional da FUNAC, conforme estabelecida no Decreto nº 20.704, de 16 de agosto de 2004, foi projetada para uma realidade específica e já não corresponde às atuais necessidades institucionais. Ao longo dos anos, as normativas nacionais, como o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), passaram por atualizações significativas, impondo novas diretrizes para a gestão e execução das medidas socioeducativas. No entanto, a falta de revisão e adequação desse decreto impõe obstáculos à modernização da instituição, resultando em um modelo de governança defasado e inadequado às demandas emergentes. Assim a Fundação tem se estruturado conforme a Figura 01.

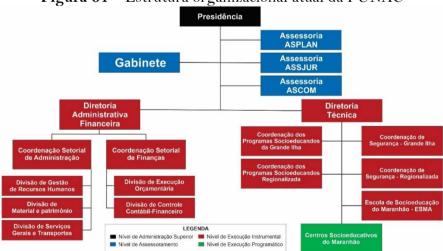


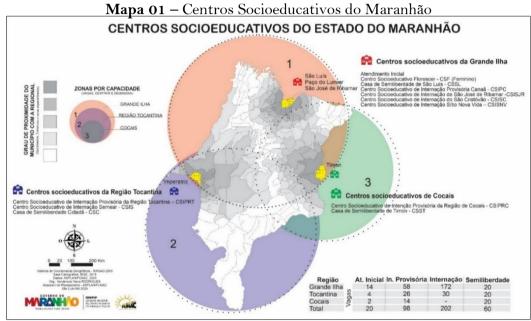
Figura 01 – Estrutura organizacional atual da FUNAC

Fonte: Maranhão, 2024.

A FUNAC concentra seus esforços na prestação de atendimento socioeducativo privativo e restritivo de liberdade aos adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais.

Atualmente, a infraestrutura de atendimento socioeducativo compreende 12 Centros Socioeducativos distribuídos em diferentes municípios, oferecendo variadas modalidades de atendimento, desde o inicial até a internação provisória e definitiva, abrangendo tanto o público masculino quanto o feminino.

Essa rede abrange unidades nos municípios de São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Imperatriz e Timon (Mapa 01).



Fonte: Maranhão, 2024.

A Fundação opera alinhada ao Eixo 4 - "Sociedade Saudável Segura e Justa" do PPA e sob o Indicador: "Redução de Adolescentes em Medidas Socioeducativas em Regime Fechado". Conjuntura nivelada ao Eixo 6 – "MARANHÃO SEGURO: Combate à violência, ampliação da cultura de paz, segurança pública mais firme e mais modernizada" do plano de Governo para o estado do Maranhão.

Destacamos que o Programa ao qual a Fundação alinha-se tem como Desafio a Longo Prazo a "Reduzir a violência e criminalidade no campo e na cidade" sob a Diretriz Estratégica de número 36 — "Fortalecer a atuação preventiva, combativa e corretiva das instituições de segurança e justiça em todo o estado, promovendo integração e reestruturação do sistema de segurança e defesa social, visando combater todas as expressões de violência e criminalidade no território estadual".

O Objetivo do programa é "Garantir o atendimento integral aos adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional em cumprimento de medida acautelatória e socioeducativa privativas e restritivas de liberdade proporcionando a reintegração social desvinculada da prática de atos infracionais". Garantindo o acesso a política de atendimento socioeducativo ao Público

Alvo - "Jovens e Adolescentes a quem se atribuiu autoria de ato infracional e em cumprimento de medida socioeducativa privativa e restritiva de liberdade".

O programa e a dinâmica que envolve as ações táticas da FUNAC na prestação do atendimento socioeducativo dialogam com oito Pilares Estratégicas instituídos no PPA do governo do Maranhão para alinhamento operacional das estratégias de governo (Figura 03), o que assegura uma visão pratica centrada no cotidiano e também a médio e longo prazo, prognostica a melhoria da oferta do atendimento aos adolescentes e jovens.

Alinhamento com o Plano Orientação para Resultados Participação Social Estratégico de Longo Prazo Maranhão 2050 Vincular a alocação dos recursos Garantir a participação social no orcamentários ao atingimento de planejamento e priorização das Garantir, que o PPA 2024-27 espelhe o resultados mensuráveis e ações governamentais Plano Maranhão 2050. predeterminados. Transparência, subsidiando o Realismo Fiscal Qualidade do gasto público controle social Garantir a factibilidade financeira Garantir a alocação de recursos para Tornar claro e visível o processo de da programação, equilibrando políticas públicas baseadas em elaboração, implementação e avaliação do PPA. receitas e despesas evidências. Territorialização da Combate às desigualdades de ação estatal todas as naturezas Planejar considerando as diferenças Adotar o combate às desigualdades como premissa transversal de todas as ações geográficas, visando o fortalecimento dos governamentais dos próximos 4 anos. municípios e a gestão regional dos recursos.

Figura 03 - Pilares Estratégicos do Governo no PPA 2024-2027

Fonte: Lei nº 12.167, de 19 de dezembro de 2023 - Plano Plurianual - PPA 2024-2027 do Governo do Estado do Maranhão, 2023.

Este arcabouço de orientações baseia-se em critérios e normativas legais da esfera Federal e Estadual, assim como atende a participação de diferentes atores e segmentos da sociedade, aglutinando demandas técnicas e cotidianas da coletividade.

2.1 MISSÃO, VISÃO E VALORES

A FUNAC centrada na prestação do atendimento socioeducativo para o quadriênio 2024-2027 reestrutura sua Visão, Missão e os seus Valores institucionais, alinhando-os ao compromisso e os objetivos de Governo, Agendas Estratégicas e da própria Fundação para

esse novo ciclo que se inicia, voltando-se ao aprimoramento e consolidação do atendimento de excelência de forma integral e sistemático aos socioeducandos envolvidos em atos infracionais.



Garantir atendimento integral às/aos socioeducandas/os a quem se atribua autoria de ato infracional e em cumprimento de medida acautelatória e socioeducativa restritiva e privativa de liberdade, com gestão participativa, intersetorial e corresponsabilização das famílias, das comunidades e da sociedade.



VALORES

Ser referência nacional nos próximos oito anos pela promoção da política de atendimento integral e sistemático às/aos socioeducandas/os na (re)construção dos seus projetos de vida desvinculados das práticas de ato infracional.

- ✓ Gestão democrática, participativa e intersetorial;
- ✓ Crença na transformação da pessoa;
- ✓ Ética, transparência e eficácia;
- ✓ Respeito a dignidade da pessoa humana;
- ✓ Primazia pela cultura de paz;
- ✓ Desenvolvimento humano.

Para composição da Visão, a aspiração é tornar-se uma referência nacional em até oito anos, destacando-se pela promoção de políticas de atendimento abrangente e sistemático às/aos socioeducandas/os. O foco é na (re)construção de seus projetos de vida, desvinculando-os das práticas de ato infracional.

Para com a estruturação da Missão, a instituição busca caminhos para garantir um atendimento humanizado às/aos socioeducandas/os que tenham cometido ato infracional, cumprindo medidas acautelatórias e socioeducativas restritivas e privativas de liberdade. Este atendimento é realizado de forma participativa, intersetorial, com a corresponsabilização das famílias, comunidades e da sociedade.

Já na composição dos Valores institucionais aprimorou-se os esforços em eixos táticos importantes a gestão democrática e participativa.

- ✓ Gestão democrática, participativa e intersetorial: Priorização de uma administração baseada na participação ativa, democracia e colaboração entre diferentes setores.
- ✓ Crença na transformação da pessoa: Acredita-se no potencial de transformação positiva de cada indivíduo, independentemente de suas experiências passadas.

- ✓ Ética, transparência e eficácia: Compromisso com princípios éticos, transparência nas ações e eficácia na implementação de políticas e práticas.
- ✓ Respeito à dignidade da pessoa humana: Reconhecimento e promoção do respeito à dignidade de cada indivíduo, independentemente de sua situação.
- ✓ Primazia pela cultura de paz: Prioridade na construção e promoção de uma cultura que favoreça a paz, em contraposição a práticas infracionais.
- ✓ Desenvolvimento humano: Enfoque no desenvolvimento integral das pessoas, visando seu crescimento e bem-estar em diversos aspectos da vida.

2.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA FUNAC²

A FUNAC adotou uma forma eficiente de gerenciamento estratégico que contribui para alcançar o sucesso de maneira planejada e organizada. Nesse sentido, o Balanced Scorecard, também conhecido como BSC, é a ferramenta utilizada pela Fundação para estabelecer suas 4 perspectivas e 8 objetivos.

Em seu planejamento estratégico, a Fundação criou um cronograma com todas as etapas processos e momentos de monitoramento e avalição. Utilizando-se da Análise SWOT - acrônimo de Forças (Strengths), Oportunidades (Opportunities) Fraquezas (Weaknesses), e Ameaças (Threats), para análise de cenários (internos e externos), sobre as Perspectivas, Objetivos, Metas e Indicadores que permitirão chegar onde se deseja – a excelência na gestão pública do sistema socioeducativo.

A Funac, por sua vez, utilizou-se de uma adaptação da matriz SWOT que é uma técnica utilizada para auxiliar as organizações a identificar forças, fraquezas, oportunidades, e ameaças

internas e externas em seu processo de monitoração dos indicadores e metas estabelecidos no planejamento estratégico. Desta maneira o Cronograma de Monitoramento da Fundação é organizado por períodos:

> Semestralmente, preenchem os instrumentos de monitoramento de cada área que são monitorados pela equipe da Planejamento e



Matriz SWOT

² Para maiores informações e analises do Planejamento Estratégico da FUNAC para o ciclo 2024 – 2027, consultar: Maranhão. **Planejamento Estratégico: 2024–2027** / Governo do Maranhão, Secretaria de Direitos Humanos e Participação Popular, Fundação da Criança e do Adolescente – 1. Ed. – São Luís: Governo do Maranhão; SEDIHPOP; FUNAC, 2024.

Ações Estratégicas - ASPLAN que visita os Centros Socioeducativos corrigindo disperções e monitorando na execusão do planejado.

Anualmente, a Fundação realiza um encontro de avaliação e balanço das ações planejadas e executadas e, a partir dessas informações, a ASPLAN elabora um relatório geral em que são publicizadas as informações coletadas (Maranhão, 2022).

Considerando o modelo de gestão democrático e participativo, orientado pelo SINASE, o processo de monitoramento privilegia a participação de todos os sujeitos envolvidos (socioeducandos, familiares, trabalhadores e gestores). Os Centros Socioeducativos têm a possibilidade de visualizar as iniciativas e atividades de seus planos de ação, interconectados com o alcance das metas estabelecidas no planejamento estratégico. Daí a importância da compreensão e participação dos sujeitos envolvidos.

O acompanhamento de desmembrar a partir da alimentação de Relatórios Mensais de Atendimento (RMAs), contendo informações quantitativas e no acompanhamento do controle de metas com temporalidade trimestral, neste apresentando elementos qualitativos do atendimento e das ações desenvolvidas. Além disso a Fundação conta com o Sistema de Dados da Fundação – SIDAF, e o acompanhamento orçamentário financeiro é realizado pelo Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal do Estado do Maranhão (SIGEF).

Destacamos que com a utilização das ferramentas corretas como já destacado - matriz SWOT e Balanced Scorecard, no âmbito da FUNAC, garantiu que no ano de 2024, 85% do Planejamento (2024-2027) para o primeiro ano fosse executado e ajustado a desenvoltura da Fundação, isto com base em suas Perspectivas, Objetivos, Indicadores e Metas.

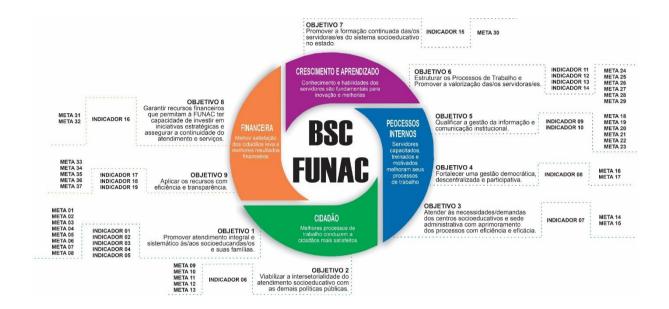
A análise de cenários, sobre as Perspectivas, Objetivos, Metas e Indicadores que permitiram chegar onde estamos e planejar as próximas ações na gestão pública do sistema socioeducativo são baseadas em seis elementos:



Para construir o planejamento estratégico, a Fundação cria um cronograma com todas as etapas, processos e momentos de monitoramento e avalição para assim realizar o diagnóstico e elaboração da estratégia por meio da Análise SWOT. De acordo com Marques (2000, p. 5)³ para o entendimento e ação de uma determinada problemática se faz necessária a

³ MARQUES, Mario Osório. Formação do profissional da educação. Ijuí: Unijuí, 2000.

compreensão, em suas múltiplas determinações, do complexo processo de mudança constante social ao qual estão relacionadas, caracterizando-se assim por intensos mecanismos que versão a eficiência da aplicação e execução das metas e eixos estratégicos.



Com a implementação do planejamento estratégico e buscando o aperfeiçoamento do mesmo a FUNAC/MA procurou uma forma eficiente de gerenciamento estratégico, que contribui para atingir o sucesso de maneira planejada e organizada. Para isso, o *Balanced Scorecard*, é a ferramental na qual a Fundação especializa 4 perspectivas e 9 objetivos. Neste sentido o planejamento estratégicos da Fundação versa sobre a análise do cumprimento e da execução das metas estratégicas e seus objetivos além de avalia a efetividade de seus resultados entre os socioeducandos e seus familiares por meio da pesquisa de satisfação.

Esta técnica aplicada no planejamento da instituição utiliza um sistema de informações (métricas, evidências e planos de ação, entre outros), que alimentadas pelos setores e centros responsáveis pela execução das metas estratégicas, subsidiam a Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas na elaboração dos diagnósticos e proposições levados para a tomada de decisões da Gestão da FUNAC.



3 – PROGRAMA 0635 - PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DE DIREITOS DOS ADOLESCENTES EM ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

O Programa 0635 intitulado "Proteção e Promoção de Direitos dos Adolescentes em Atendimento Socioeducativo" é a parte do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027, no qual as ações da Funac estão inseridas e tem como Eixo: "Sociedade Saudável Segura e Justa" e tem como Indicador a Redução de Adolescentes em Medidas Socioeducativas em Regime Fechado.

O programa está sob a Diretriz Estratégica de número 36 - Fortalecer a atuação preventiva, combativa e corretiva das instituições de segurança e justiça em todo o estado, promovendo integração e reestruturação do sistema de segurança e defesa social, visando combater todas as expressões de violência e criminalidade no território estadual.

O mesmo tem a diretriz do tipo Finalístico e o Objetivo de "Garantir o atendimento integral aos adolescentes a quem se atribui a autoria de ato infracional em cumprimento de medida acautelatória e socioeducativa privativas e restritivas de liberdade proporcionando a reintegração social desvinculada da prática de atos infracionais".

3.1 AÇÃO 6050 - EXECUÇÃO DAS MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS RESTRITIVAS E PRIVATIVAS DE LIBERDADE

A FUNAC tem como principal missão oferecer atendimento socioeducativo privativo e restritivo de liberdade a adolescentes e jovens a quem se atribui autoria de ato infracional. Para isso, a Fundação executa o Atendimento Inicial, Internação Provisória, Internação e Semiliberdade. De acordo com o disposto no Art. 1, § 4º da Lei 12.594/12, "entende-se por unidade a base física necessária para a organização e o funcionamento de programa de atendimento".

A FUNAC estrutura sua rede de atendimento por meio de 12 centros socioeducativos, distribuídos estrategicamente para suprir a demanda das regiões com maior fluxo de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. A rede está organizada em três principais áreas: Grande Ilha de São Luís, abrangendo os municípios de São Luís, Paço do Lumiar e São José de Ribamar; Região dos Cocais, atendendo Timon e localidades adjacentes; e Região Tocantina, que engloba Imperatriz e municípios próximos.

A distribuição visa otimizar a oferta de vagas e garantir a descentralização do atendimento (Gráfico 01), promovendo maior acessibilidade e eficiência na execução das medidas socioeducativas. Em vistas, a variação na oferta de vagas e na quantidade de centros socioeducativos da FUNAC ao longo dos anos, pode ser observado que, entre 2020 e 2022, o número de centros socioeducativos permaneceu constante em 12 unidades, com uma leve oscilação no total de vagas disponíveis, variando entre 385 (2020), 390 (2021) e 380 (2022).

380 2024 19 360 2023 100 00 380 2022 19 390 2021 385 2020 ■ Total de Vagas ■ Centros Socioeducativos

Gráfico 01 - Número de Centros Socioeducativos e vagas

Fonte: ASPLAN, 2024

Em 2023, houve uma redução no número de centros socioeducativos para 11 unidades, o que impactou diretamente a capacidade de atendimento, resultando na diminuição do total de vagas para 360. No entanto, em 2024, apesar da retomada do quantitativo de 12 centros socioeducativos, o número de vagas estabilizou-se em 180, isso por vistas que o centro que antes era de internação com 30 vagas, foi reestruturado e deu lugar a casa de semiliberdade São Luís com 20 vagas.

A estabilidade na quantidade de centros socioeducativos na maior parte do período analisado sugere um planejamento voltado à manutenção da rede de atendimento. No entanto, a variação no total de vagas evidencia a necessidade de ajustes conforme a demanda regional e as condições estruturais das unidades.

A dinâmica do sistema socioeducativo do estado do Maranhão reforça a importância de monitoramento contínuo para garantir a eficiência e a adequação da oferta de vagas, nesse sentido é importante além de ofertar as vagas, monitorar a ocupação, trabalho que é desenvolvido pela Coordenação de Programas Socioeducativos - CPSE e a Central de Vagas, além de acompanhado pela Assessoria de Planejamento e Ações Estratégicas - ASPLAN, tal taxa esboça a linha de ocupação das vagas e sua variação ao longo dos meses (Quadro 01).

Quadro 01 – Média mensal de ocupação por medida⁴

ATENDIMENTO INICIAL	PROVISÓRIA	INTERNAÇÃO	SEMILIBERDADE
20	97	203	60
13,7%	78,78%	76,92%	41,38%

Fonte: ASPLAN, 2024

A análise das médias mensais de ocupação por medida socioeducativa indica que a medida de internação apresenta a maior ocupação, com 203 atendimentos mensais, seguida da

⁴ O cálculo é construído a partir da Fórmula = Média do Total de Atendimentos (Total de atendimentos / 12) / 100 / Total de vagas.

medida provisória, com 97 atendimentos mensais, já a semiliberdade tem uma ocupação intermediária, com 60 atendimentos por mês, enquanto o atendimento inicial registra a menor ocupação, com 20 atendimentos mensais.

Para calcularmos a taxa de ocupação e avaliar se há superlotação no sistema socioeducativo, é necessário fixarmos que o total de vagas no ano de 2024 foi de 385, esses dados permitiriam uma análise mais precisa da capacidade do sistema e da necessidade de ajustes na distribuição de vagas e recursos.

Mantendo a estabilidade no número de centros e vagas no sistema socioeducativo do estado do Maranhão, observa-se que, ao longo dos últimos cinco anos, o número de atendimentos apresentou variações significativas, alcançando seu maior volume em 2021, seguido por reduções nos anos subsequentes, até registrar um novo crescimento em 2024. Em contrapartida, o número de atendidos seguiu uma tendência de queda contínua desde 2021, atingindo seu menor nível em 2024, sendo no geral uma relação inversa entre os dois indicadores indica transformações estruturais na demanda e aprimoramentos na qualidade dos serviços prestados (Gráfico 02).

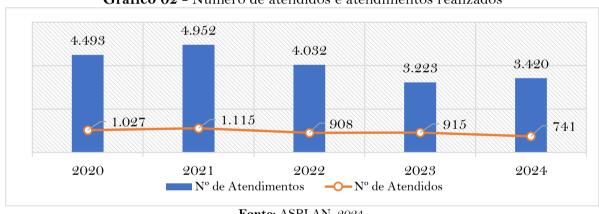


Gráfico 02 - Número de atendidos e atendimentos realizados

Fonte: ASPLAN, 2024.

A queda no número de atendidos em 2024 reflete os efeitos positivos das políticas públicas implementadas pelo governo estadual, especialmente nas áreas de educação, segurança e emprego, o que apresenta melhorias na oferta educacional, ampliação do acesso ao ensino e a redução da evasão escolar contribuem para afastar adolescentes e jovens de situações de vulnerabilidade. Paralelamente, o aprimoramento das políticas de segurança pública fortalece a prevenção, reduzindo a incidência de atos infracionais, principalmente com iniciativas voltadas para a geração de emprego e renda ampliam as oportunidades para os jovens, diminuindo a necessidade de intervenção do sistema socioeducativo.

O aumento no número de atendimentos em 2024, mesmo diante da redução no número de atendidos, indica um aprimoramento na qualidade e na abrangência dos serviços oferecidos pela FUNAC, estando isso associado à melhoria na atenção prestada aos adolescentes e jovens em conflito com a lei, resultando em acompanhamentos mais intensivos e eficazes.

Dessa forma, os dados apresentados no gráfico demonstram uma evolução positiva no atendimento da FUNAC, refletindo tanto os impactos positivos das políticas públicas estaduais quanto o fortalecimento das ações voltadas à assistência e ressocialização de adolescentes e jovens. A redução do número de atendidos sugere que as estratégias preventivas adotadas pelo governo estão surtindo efeito, enquanto o aumento do número de atendimentos reforça a melhoria na qualidade dos serviços prestados.

Por outro lado, entender os dados sobre a reincidência dos adolescentes e jovens no ato infracional é fundamental para a avaliação da efetividade das medidas aplicadas e para a formulação de políticas públicas voltadas à ressocialização, tendo em vista que esse adolescente ou jovem comete um novo ato infracional após cumprir medida socioeducativa.

A taxa de reincidência (Gráfico 03) é um indicador relevante para avaliar o impacto das medidas socioeducativas, especialmente em relação à sua capacidade de reintegrar o adolescente à sociedade. Fatores como a qualidade dos programas de educação e profissionalização, o suporte familiar e comunitário e as condições estruturais das unidades de internação influenciam diretamente os índices de reincidência.

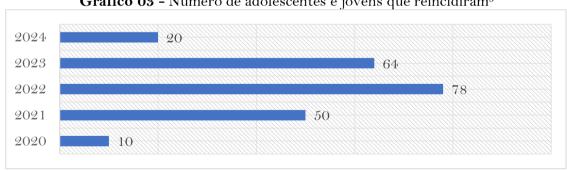


Gráfico 03 - Número de adolescentes e jovens que reincidiram⁵

Fonte: ASPLAN, 2024.

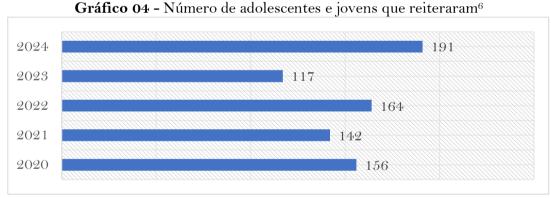
O gráfico apresenta a evolução de um determinado indicador entre os anos de 2020 e 2024, com uma distribuição que evidencia uma tendência de crescimento até 2022, seguida por um declínio nos anos subsequentes. Em 2020, o valor registrado foi de 10, aumentando significativamente para 50 em 2021 e atingindo o pico em 2022 com 78. No entanto, a partir

⁵ Refere-se à situação em que um adolescente ou jovem que já cumpriu uma medida socioeducativa de internação e/ou semiliberdade volta a cometer um novo ato infracional, voltando ao sistema socioeducativo.

de 2023, observa-se uma redução para 64, e em 2024, o menor valor desde 2021, com apenas 20 registros de reincidências.

Essa variação pode indicar fatores externos ou internos que impactaram diretamente o desempenho do indicador ao longo do período analisado. O crescimento até 2022 sugere um período de redução de investimentos ou outros fatores estruturais, enquanto a queda posterior pode estar associada a mudanças estratégicas, com fortalecimento das ações e programas desenvolvidos pela Fundação.

Essa análise detalhada dos números de reiteração (Gráfico 04) ao longo dos anos fornece informações valiosas para orientar o desenvolvimento e aprimoramento de políticas e do trabalho socioeducativo, principalmente no que diz respeito à intersetorialidade com a política de Assistência Social nas proteções básica e especial e com a Política de Educação, para melhor acompanhamento dos egressos visando a redução da reiteração e a promoção de resultados mais positivos na reinserção social dos adolescentes em suas respectivas comunidades.



Fonte: ASPLAN, 2024.

O número de adolescentes e jovens que reiteraram entre 2020 e 2024, evidencia a oscilação ao longo dos anos, tendo em vista que em 2020, o valor registrado foi de 156, seguido de uma leve redução em 2021 para 142 e um aumento em 2022, atingindo 164. No entanto, em 2023 houve uma queda expressiva para 117, seguida de um crescimento significativo em 2024, alcançando o maior valor do período, com 191 casos.

A variação nos dados pode estar relacionada a fatores estruturais, territoriais e socioeconômicos que influenciam a reincidência juvenil ao ato infracional, como falhas nas políticas de ressocialização, acesso a oportunidades e mutações de grupos criminosos nos territórios de origem dos adolescentes e jovens no pós cumprimento do medida socioeducativa.

 $^{^6}$ A reiteração de ato infracional trata-se de quando um adolescente comete novos ato após já ter medida aplicada por um delito anterior.

O crescimento expressivo em 2024 abre um alerta para se pensar e executar ações integradas entre as esferas do poder público, sobre as condições que contribuíram para esse aumento, permitindo o desenvolvimento de estratégias mais eficazes para reduzir a reincidência e promover a reinserção social desses adolescentes.

Um outro ponto a ser analisado sobre os dados referentes aos atendidos e atendimentos realizados pela Fundação em 2024, refere-se ao demonstrativo de ocorrências graves (fugas) por ano (Tabela 01). Nota-se uma leve oscitação dos dados em 2023 e 2024, com 1 e 2 episódios, respectivamente, essa variação pode estar relacionada a mudanças estruturais, ou até mesmo ao perfil dos adolescentes e jovens em atendimento socioeducativo.

Tabela 01 - Demonstrativo de ocorrências graves (fugas) por ano

Categoria	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Episódios de Fuga	6	1	1	0	1	2
Nº de envolvidos	37	1	1	O	1	2
Óbitos	1	O	O	1	0	1

Fonte: FUNAC/2024.

Os dados apresentados na tabela revelam, de forma preocupante, o número de óbitos dentro do sistema socioeducativo, com registros em 2019, 2022 e 2024. Em relação aos casos de 2022 e 2024, a Fundação documenta que ambas as vítimas apresentavam transtornos de saúde mental, um tema tratado com extrema seriedade e cautela pelos profissionais das equipes técnicas dos centros socioeducativos. Esse cenário levanta questões urgentes sobre o impacto dos transtornos mentais sobre os adolescentes e, principalmente, sobre a efetividade das medidas socioeducativas para esse público.

É possível refletir até que ponto adolescentes com um alto grau de comprometimento em sua saúde mental têm condições reais de alcançar os objetivos da medida socioeducativa, especialmente considerando que um desses objetivos é a responsabilização pelo ato e a desaprovação da conduta infracional.

A seriedade e a profundidade dos transtornos mentais, como a depressão e o transtorno de ansiedade, potencializados pela privação de liberdade são frequentemente enfrentados por muitos adolescentes no sistema socioeducativo, questiona-se a viabilidade de cumprimento de medida socioeducativa em contextos onde o sofrimento psicológico é tão intenso e debilitante, especialmente quando muitos desses adolescentes possuem laudos médicos comprovando o transtorno ou sofrimento mental.

Ademais, essa é uma análise que precisa ser estendida e encarada por todo o sistema de justiça, a fim de reconsiderar a aplicação de medidas estritamente punitivas diante de quadros

tão complexo de sofrimento psicológico, garantindo que o processo de reabilitação seja, de fato, sensível às suas reais necessidades.

No Maranhão, assim como em diversas outras regiões do Brasil, estudos como o Relatório Nacional sobre o Atendimento Integral à Saúde no Sistema Socioeducativo (2024), apresentado pelo Fórum Nacional dos Gestores Estaduais do Sistema de Atendimento Socioeducativo, destacam a prevalência de transtornos mentais entre adolescentes em unidades socioeducativas. Esses jovens, frequentemente, enfrentam uma combinação de fatores como histórico de violência, exclusão social, uso abusivo de substâncias psicoativas e traumas psicológicos, que agravam suas condições emocionais, tornando-os ainda mais vulneráveis dentro do sistema.

Neste contexto, a ausência de assistência especializada em saúde mental pode agravar ainda mais esses transtornos, elevando o risco de óbitos por suicídio, um fenômeno que a Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC) tem buscado enfrentar com ações conjuntas com a Secretaria de Saúde do Estado do Maranhão e as Secretarias Municipais de Saúde. Tais ações, descritas no Capítulo 5 — Ações do Eixo de Saúde no Sistema Socioeducativo, evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas eficazes que integrem a saúde mental como parte fundamental da reabilitação e do processo socioeducativo, a fim de garantir que esses jovens não apenas cumpram as medidas, mas também tenham acesso ao suporte necessário para sua recuperação emocional e reintegração social.

Tendo como um dos princípios para enfrentamento a este cenário Comissão Estadual Intersetorial de Acompanhamento e Avaliação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Criada pelo Decreto Estadual nº 36.751, de 21 de maio de 2021, a Comissão é um órgão permanente e deliberativo, responsável pela implementação, monitoramento e avaliação do Sistema de Atendimento Socioeducativo no Maranhão, em conformidade com a Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012.

Os membros da Comissão foram nomeados pelo Governador Carlos Brandão e incluem representantes da FUNAC, da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular (SEDIHPOP), da Secretaria de Segurança Pública (SSP/MA), da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social (SEDES), da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), da Secretaria de Estado da Saúde (SES), da Secretaria de Estado da Cultura (SECMA), da Secretaria de Estado do Esporte e do Lazer (SEDEL) e do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (CEDCA).

A Comissão possui um papel estratégico na efetivação do atendimento socioeducativo conforme a legislação do SINASE. "Nosso foco é garantir a promoção, o acesso e a inclusão dos adolescentes nas políticas públicas, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e prioridade

absoluta. Esse é o caminho para possibilitar uma trajetória de vida desvinculada da prática de atos infracionais".

O SINASE é um sistema normativo aprovado por resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), que padroniza os procedimentos jurídicos relacionados a jovens em conflito com a lei. Suas diretrizes abrangem desde a apuração do ato infracional até a aplicação das medidas socioeducativas.

A Comissão Estadual Intersetorial de Avaliação do SINASE desempenha um papel fundamental na gestão e aprimoramento das políticas públicas voltadas ao atendimento socioeducativo no Maranhão. Criada para assegurar a implementação eficaz das diretrizes do SINASE, a Comissão tem como objetivo monitorar, avaliar e propor ações para qualificar a execução das medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade no estado. Em 2024, a FUNAC assumiu a coordenação da Comissão, e os representantes foram nomeados pelo Governador do Estado, consolidando um avanço na institucionalização desse espaço de debate e formulação de estratégias intersetoriais.

A relevância da Comissão Intersetorial está na sua capacidade de integrar diferentes setores governamentais na formulação e avaliação das políticas socioeducativas. A intersetorialidade é essencial para garantir a execução eficaz das medidas socioeducativas, respeitando os direitos dos adolescentes e promovendo sua reinserção social. Entre os desafios prioritários, destacam-se a melhoria das condições dos centros socioeducativos, a ampliação das oportunidades de educação, profissionalização e o fortalecimento da articulação entre os diversos órgãos envolvidos no atendimento socioeducativo.

3.1.1 Programas Socioeducativos e seus Atendimentos

Os programas executados pela FUNAC/MA (Quadro 02) envolvem diferentes modalidades de atendimento a adolescentes e jovens em conflito com a lei, conforme preconizado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA/1990).

Quadro 02 - Programas executados pela FUNAC

a) Atendimento Inicial	b) Internação Provisória	
Destinado a(o) adolescente a quem se atribui ato infracional. Está vinculada à proposta de integração operacional dos órgãos (Art.88 Inc. V. ECA/1990);	Medida de natureza cautelar, com duração de até 45 dias (Art.123, ECA/1990);	
c) Internação	d) Semiliberdade	
Medida Socioeducativa de Internação, cujo cumprimento, estritamente privado de liberdade (Art.121, ECA/1990);	Medida Socioeducativa, restritiva de liberdade, sendo obrigatória a escolarização e profissionalização (Art.120, ECA/1990);	

Fonte: ECA.1990.

Em 2024, a FUNAC realizou o atendimento socioeducativo por meio de 12 Centros Socioeducativos, com uma unidade de Atendimento Inicial, destinada ao primeiro acolhimento do adolescente, e um Centro Socioeducativo exclusivo para o público feminino e LGBTOIA+, que abrange atendimento inicial, internação provisória e internação definitiva. Além disso, há três Centros de Internação Provisória, nos quais os adolescentes cumprem medida cautelar por até 45 dias, quatro Centros de Internação Masculina, voltados à execução da medida socioeducativa privativa de liberdade, e três unidades de Semiliberdade, que oferecem restrição parcial da liberdade, com a obrigatoriedade de escolarização e profissionalização.

Essa estrutura visa garantir a individualização do atendimento, promovendo a responsabilização socioeducativa e favorecendo a reinserção social dos adolescentes em conflito com a lei. A segmentação das unidades permite a adequação das medidas socioeducativas às necessidades específicas de cada perfil atendido, assegurando a correta execução das diretrizes legais e o fortalecimento das ações pedagógicas e de reabilitação.

Diante desse cenário, apresentamos a análise dos dados referentes ao atendimento prestado em cada uma das modalidades executadas pela Fundação, demonstrando a distribuição percentual das diferentes modalidades de medidas socioeducativas entre os anos de 2020 e 2024, evidenciando tendências e variações ao longo do período (Gráfico 05).

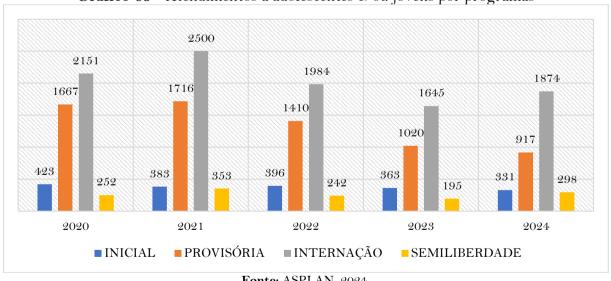


Gráfico 05 - Atendimentos a adolescentes e/ou jovens por programas

Fonte: ASPLAN, 2024.

Observa-se que a internação representa a maior parcela em todos os anos, atingindo seu pico em 2021 com 2500 registros e correspondendo a aproximadamente 47,9% do total de medidas aplicadas naquele ano. A medida provisória apresenta redução progressiva, passando de 1667 casos em 2020 (37,1%) para 917 em 2024 (26,2%), o que pode indicar uma mudança na aplicação desse tipo de restrição. Já a medida inicial mantém uma proporção relativamente estável, variando entre 331 (9,5%) e 423 (9,4%) casos no período analisado.

A semiliberdade, embora represente a menor parcela, apresenta um crescimento gradual a partir de 2022, quando atingiu seu menor número (242 casos, equivalente a 5,9%), chegando a 298 casos em 2024 (8,5%), onde esse aumento pode sugerir uma maior adoção dessa modalidade como alternativa à internação.

Em 2023, a redução expressiva das medidas de internação (1645 casos, 43,5%) e provisória (1020 casos, 27%) reforça uma possível reavaliação das estratégias aplicadas ao público socioeducativo. No entanto, em 2024, nota-se um leve aumento na internação para 1874 casos (53,5%), o que pode indicar um recrudescimento das medidas mais restritivas, sendo esses dados uma constrição da dinâmica cada vez mais complexa do atendimento no sistema socioeducativo do estado do Maranhão.

A análise dos atos infracionais atribuídos aos adolescentes e jovens atendidos na FUNAC em 2024 revela uma predominância de infrações análogas a crimes contra o patrimônio (Tabela 02). O roubo, incluindo suas diversas classificações, representa a maior parcela, com 219 registros, correspondendo a 52,5% do total, a tentativa de roubo soma 8 casos (1,9%), elevando a participação dos atos infracionais relacionados ao patrimônio para 53,8%. Esses números indicam um padrão recorrente de envolvimento juvenil em infrações motivadas por fatores como vulnerabilidade social, dificuldades econômicas e influência de grupos criminosos.

Tabela 02 - Ato infracional

Ato infracional	Total
Roubo	219
Roubo Majorado	136
Homicídio	103
Roubo qualificado	96
Tentativa de homicídio	35
Porte ilegal de armas	28
Tráfico de drogas	21
Furto	18
Latrocínio	15
Estupro de vulnerável	13
Ameaça de Morte	8
Lesão corporal	8
Tentativa de roubo	8
Estupro	6
Receptação	5
Violência doméstica	5
Associação criminosa	4
Homicídio qualificado	3
Contrabando	2
Dano	2
Feminicídio	2

Extorsão	1
Rixa	1
Sequestro	1
Tortura consumada	1
TOTAL	741

Fonte: ASPLAN, 2024

Os atos infracionais análogos a crimes contra a vida aparecem em segundo lugar, com destaque para homicídios consumados (103 casos, 24,7%) e tentativas de homicídio (35 casos, 8,4%), já o latrocínio, que configura a subtração de bens seguida de homicídio, foi registrado em 15 ocorrências (3,6%). A expressiva incidência desses atos sugere um contexto de violência exacerbada, possivelmente associada a disputas territoriais, conflitos interpessoais e envolvimento com organizações criminosas, reforçando a necessidade de políticas públicas voltadas à prevenção da violência juvenil.

O tráfico de drogas, outro fator que aparece sendo determinante no ingresso dos adolescentes e jovens no sistema socioeducativo, registrou 21 ocorrências (5%), evidenciando a inserção de jovens em dinâmicas do mercado ilícito de entorpecentes. A associação criminosa, com 4 casos (0,9%), complementa esse cenário, indicando a vinculação de alguns desses adolescentes a grupos organizados, a relação entre tráfico e violência se reflete nos índices de homicídios e latrocínios, ressaltando a complexidade desse fenômeno e a necessidade de estratégias multidisciplinares para a reintegração social dos jovens envolvidos.

Outros atos infracionais, como ameaça de morte (8 casos, 1,9%), receptação (5 casos, 1,2%) e contrabando (2 casos, 0,5%), apresentam menor incidência, mas indicam a diversidade de infrações atribuídas a adolescentes e jovens atendidos. O feminicídio, com 2 registros (0,5%), levanta um alerta sobre a reprodução da violência de gênero entre os jovens, demandando ações educativas voltadas à desconstrução de padrões machistas e à promoção de relações saudáveis. Da mesma forma, os casos isolados de rixa e tortura consumada (1 ocorrência cada, 0,2%) reforçam a importância de abordagens socioeducativas que priorizem a cultura da paz.

Diante desse panorama, a alta representatividade dos atos infracionais análogos a crimes contra o patrimônio evidencia a necessidade de intervenções que promovam oportunidades de inclusão social e redução das vulnerabilidades que impulsionam tais práticas. A criação de programas voltados ao fortalecimento da escolarização, qualificação profissional e inserção no mercado de trabalho pode contribuir para minimizar a reincidência e proporcionar alternativas concretas para esses adolescentes.

a) Atendimento Inicial

O atendimento inicial é o primeiro contato que o adolescente e/ou jovem tem com os órgãos do sistema de justiça juvenil após ser apreendido pela suposta prática de um ato infracional. Esse contato pode envolver diferentes instituições, como Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, Defensoria Pública, advogado(a) particular e Poder Judiciário, dependendo do caso específico. Esse atendimento é regulado pelo Art. 88 inciso V do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e deve ser rápido, conforme estipulado pela legislação.

O objetivo do atendimento inicial é assegurar que sejam respeitadas as garantias e direitos fundamentais do adolescente, levando em consideração sua condição de sujeito em desenvolvimento. Portanto, é essencial respeitar a presunção de inocência e todos os demais direitos previstos na legislação nacional e em tratados internacionais de direitos humanos.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) emitiu a Recomendação nº 87/2021 para orientar a implementação e funcionamento do atendimento inicial integrado ao adolescente autor de ato infracional. Essa recomendação enfatiza princípios como a excepcionalidade das medidas socioeducativas, a garantia à assistência jurídica e o reconhecimento da condição peculiar do adolescente como pessoa em desenvolvimento.

Atualmente a Funac realiza o procedimento de Atendimento Inicial na capital, São Luís - Região Geográfica de Planejamento da Ilha do Maranhão e da Região Metropolitana de São Luís (Grande Ilha) em dois locais, sondo o Centro Integrado de Justiça Juvenil, com atendimento ao público do gênero masculino e o atendimento ao público do gênero feminino no Centro Socioeducativo Florescer - CSF.

O atendimento inicial ocorre também em Timon no Centro Socioeducativo de Internação provisória da Região dos Cocais — CSIPRC, abrangendo a Região Geográfica de Integrada de Desenvolvimento da Grande Teresina e sede da Região de Planejamento do Médio Parnaíba (Região dos Cocais).

Em Imperatriz o atendimento inicial abrange a Região Geográfica de Planejamento do Tocantins e da Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense (Região Tocatina), tendo o Centro de Internação Provisória da Região Tocantina - CSIPRT como unidade foco de recebimento de adolescentes/jovens no para o atendimento inicial.

É preciso compreender que a integralidade do atendimento inicial não significa apenas ter asseguradas as garantias legais durante a apreensão, sendo necessário a integração operacional de órgãos do Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Segurança Pública e Assistência Social. Essa integração proporciona informações claras sobre o processo,

respeitar a dignidade e os direitos de todos os envolvidos com base em princípios de respeito, integração, integralidade e humanização, visando uma abordagem justa e eficaz.

Com base nesses princípios, a Fundação atendeu em 2024 um total de 315 adolescentes e/ou jovens em suas quatro unidades, como apresentado no Gráfico 06:

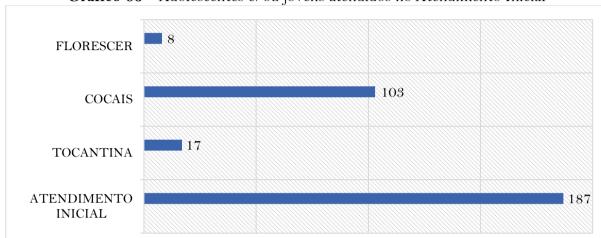


Gráfico 06 – Adolescentes e/ou jovens atendidos no Atendimento Inicial

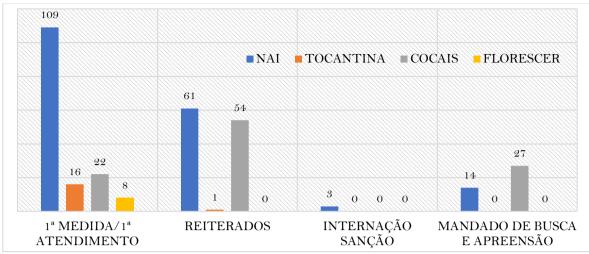
Fonte: ASPLAN, 2024.

Ao analisarmos os dados, nota-se que aproximadamente 59,37% do total de registros de entrada na unidade de atendimento inicial são atribuídos a atendidos no Atendimento Inicial de São Luís, seguido pelos adolescentes e jovens encaminhados para o centro socioeducativo dos Cocais, com 32,70%, e para o centro socioeducativo da região Tocantina, com 5,40%, além do centro socioeducativo Florescer, que representa 2,54%. Esses dados refletem o fluxo de direcionamento dos adolescentes e jovens apreendidos, evidenciando a estruturação do sistema socioeducativo no cumprimento das exigências legais e a predominância da unidade de São Luís como porta de entrada para esse processo.

A expressiva concentração de atendidos no Atendimento Inicial de São Luís sugere que essa unidade desempenha um papel central no acolhimento e triagem dos adolescentes em conflito com a lei, antes de sua distribuição para os centros socioeducativos específicos. A predominância dessa unidade pode estar associada à localização geográfica e à maior demanda por atendimentos na capital.

Também é importante categorizarmos os dados por tipo de registro de entrada (Gráfico 07) tendo em vista o monitoramento dos dados quanto as adolescentes e jovens reintegrados (aqueles que após cumprimento da medida socioeducativa volta a cometer um novo ato infracional, tendo a aplicação de uma nova medida).

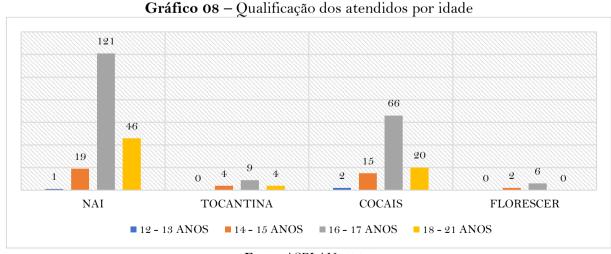
Gráfico 07 - Número atendidos por tipo de registro de entrada



Fonte: ASPLAN, 2024.

A maior parte dos atendimentos esteve concentrada na categoria "1ª Medida/1º Atendimento", com 109 casos registrados no NAI, representando 62,64% do total dessa categoria, enquanto os atendidos na unidade Tocantina corresponderam a 9,19%, já no centro socioeducativo dos Cocais foram 12,64% e o Florescer 4,6%. Já na categoria "Reiterados", observa-se uma divisão relevante entre o NAI (61 casos, 52,14%) e Cocais (54 casos, 46,15%), o que indica um fluxo significativo de reincidência dentro do sistema.

A análise da qualificação dos dados revela que a compreensão da faixa etária dos adolescentes e jovens em atendimento é essencial para aprimorar a estruturação dos serviços socioeducativos. Além disso, possibilita uma classificação mais precisa do perfil dos jovens que ingressam nas unidades socioeducativas, contribuindo para a elaboração de estratégias preventivas e medidas socioeducativas mais eficazes, neste sentido o Gráfico 08, apresenta-nos o público atendido no decorrer de 2024 por compreensão de idade.



Fonte: ASPLAN, 2024.

A análise detalhada desse fator torna-se um pilar fundamental para qualificar os atendimentos, garantindo que as abordagens adotadas estejam alinhadas com o desenvolvimento psicossocial dos adolescentes e promovendo a reintegração social. Observase que a maior concentração está na faixa de 16-17 anos, representando 121 atendimentos no NAI (62,37% da unidade), 66 em Cocais (67,34%), 9 em Tocantina (50%) e 6 em Florescer (60%), indicando que essa faixa etária é predominante no ingresso ao sistema socioeducativo.

Os dados evidenciam que a maior parte dos adolescentes que ingressam no atendimento inicial do sistema socioeducativo está entre 16 e 17 anos, tendo predominância de acesso via NAI no atendimento inicial reforçando seu papel central na triagem desses adolescentes.

Apresentamos a seguir os dados do atendimento inicial com enfoque ao número de atendidos por raça/etnia (Gráfico 09), sendo importante destacar que esse dado é de auto declaração do adolescente/jovem atendido e tem refletido em grande parte a um cenário em que o maior número de atendidos corresponde a pardos, totalizando 65,7%% dos atendidos.

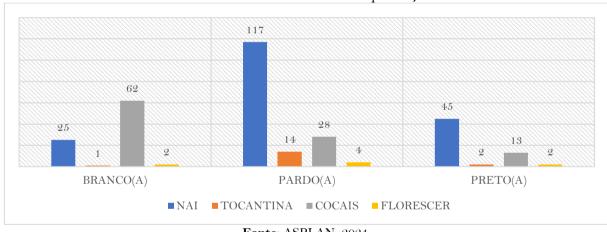


Gráfico 09 – Dados de atendidos por raça/etnia

Fonte: ASPLAN, 2024.

Desataca-se que os dados com maior impacto são ligados à classificação por branco(a)s que corresponde a 26,8%, com maior concentração no programa Cocais (62 atendidos) e a de preto(a)s que representa 7,5% do total, com predominância também no NAI (45 atendidos). Neste sentido, marcamos que o NAI se destaca como o principal programa de acolhimento, atendendo a maioria dos jovens de todas as etnias.

O público atendido em 2024, também foi questionado em seu registro inicial, quanto a religião, tendo em vista a disponibilidade deste atendimento no âmbito dos centros socioeducativos, sendo os dados expostos com uma variedade de preferências religiosas (Gráfico 10), ato declaradas pelos adolescentes e jovens no ato de entrada.

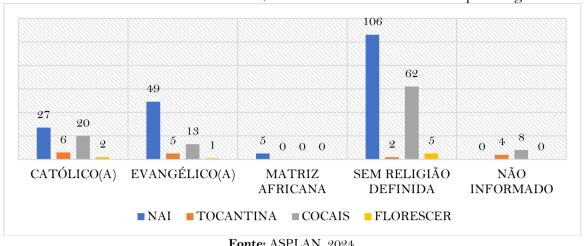
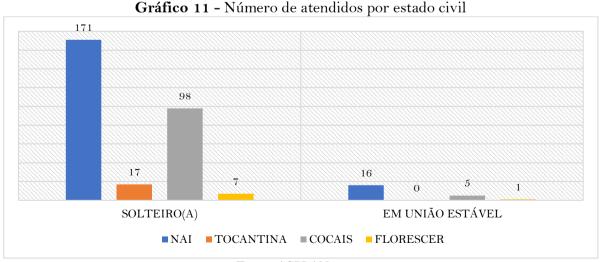


Gráfico 10 - Atendimento Inicial, Nº de Adolescentes atendidos por religião

Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico apresenta a distribuição dos atendidos no atendimento inicial da FUNAC por religião, destacando que a maioria se declara sem religião definida, representando 53,1% do total, sendo a maior parte atendida pelo programa NAI (106 indivíduos), em seguida, os evangélicos somam 24,1%, com predominância no NAI (49 atendidos) e Cocais (13 atendidos), já os declarados católicos representam 16,6%, distribuídos principalmente entre o NAI (27 atendidos) e Cocais (20 atendidos). Já as pessoas que seguem religiões de matriz africana correspondem a apenas 1,6%, com presença mínima nos programas. Por fim, 4,6% dos atendidos não informaram sua religião.

Os registros de atendidos também marcam o perfil com dados do estado civil desses adolescentes e jovens que dão entrada no sistema socioeducativo. Assim, o Gráfico 11, registra que 93,01% são declarados solteiros.



Fonte: ASPLAN, 2024.

A unidade de atendimento inicial de São Luís atendeu a maior parte dos declarados solteiros com 58,36%, haja vista, que essa unidade também teve o maior número de atendidos. Por outro lado, apenas 8,5% dos atendidos declararam estar em união estável, totalizando 22 indivíduos, sendo a maioria assistida pelo NAI (16 atendidos) e Cocais (5 atendidos).

A predominância de pessoas solteiras entre os atendidos reflete o perfil etário do público assistido pela FUNAC, composto majoritariamente por adolescentes, tendo o programa de atendimento inicial de São Luís com destaque por ser o principal responsável pelo atendimento de ambos os grupos, indicando sua maior abrangência.

b) Internação Provisória

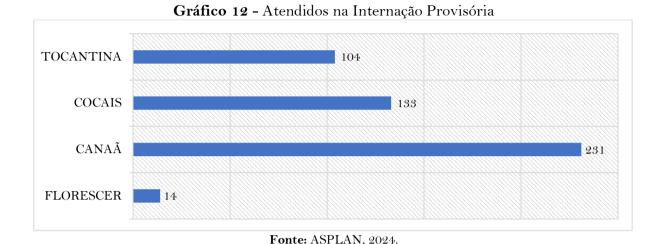
A medida de internação provisória, em conformidade com o art. 108 do Estatuto da Criança e do Adolescente, representa uma importante ferramenta no contexto socioeducativo. Esta, prevê que o adolescente e jovem acautelado fique privado de liberdade por até 45 dias, enquanto aguarda a decisão judicial, propiciando aos adolescentes, neste período, são proporcionadas informações e orientações relativas à responsabilização de seus atos, sua cidadania, bem como a garantia dos direitos fundamentais. O procedimento metodológico consiste na participação obrigatória dos adolescentes em atividades pedagógicas (art. 123 - ECA).

A FUNAC dispõe de quatro Centros Socioeducativos de atendimento de Internação Provisória, o Centro Socioeducativos de Internação Provisória Canaã para atendimento ao público masculino e Centro Socioeducativos Florescer, direcionado ao público feminino, ambos localizados em São Luís. A Fundação também conta com dois centros regionalizados, sendo o Centro Socioeducativos de Internação Provisória da Região Tocantina em Imperatriz e o Centro Socioeducativo da Região dos Cocais – CSRC em Timon, ambos para atendimento ao público masculino.

Ao longo do ano de 2024, a Funac recebeu um total de 482 adolescentes e jovens em suas quatro unidades de Internação Provisória (Gráfico 12), esses socioeducandos foram admitidos para cumprimento de medida privativa de liberdade, com prazo máximo de 45 dias, enquanto aguardavam a decisão judicial. A internação provisória tem caráter acautelatório e visa garantir a segurança do processo socioeducativo, prevenindo a reincidência de atos infracionais durante a tramitação do procedimento legal.

Entre as unidades da Funac, o Centro Socioeducativo de Internação Provisória Canaã, localizado na cidade de São Luís, concentrou o maior número de socioeducandos ao longo do ano de 2024, o que corresponde a aproximadamente 47,9% do total, isso dar-se devido à sua

localização estratégica o que permite um atendimento mais centralizado para adolescentes de diversas regiões do estado.



A Unidade dos Cocais em Timon registrou 133 internações provisórias, representando 27,6% dos atendimentos, já as unidades Tocantina em Imperatriz e Florescer em São luís, mais para atendimento ao público feminino contabilizaram 104 (21,6%) e 14 (2,9%) atendidos, respectivamente.

A predominância das internações no Centro Canaã pode ser explicada por sua localização estratégica na capital, São Luís, funcionando como principal ponto de recepção e triagem dos adolescentes. A Unidade Cocais, que registrou a segunda maior demanda, também se destaca por sua importância no atendimento regionalizado. Juntas, essas duas unidades responderam por 75,5% das internações provisórias, evidenciando um maior fluxo de socioeducandos nessas localidades.

A análise da caracterização dos adolescentes e jovens admitidos no sistema socioeducativo para cumprimento da medida de internação provisória evidencia a dinâmica do fluxo de atendimento. Um aspecto relevante desse processo é a distinção entre aqueles que ingressam pela primeira vez no sistema e aqueles que já possuem histórico de atendimento anterior.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 13, 352 o que corresponde a aproximadamente 73,03% dos adolescentes e jovens foram internados em caráter de primeira medida e/ou primeiro atendimento, representando um percentual significativo do total de ingressos no ano. Esse dado ressalta a importância de estratégias preventivas e de acompanhamento, especialmente para os casos de primeira entrada, visando reduzir a reincidência e promover a reintegração social efetiva.

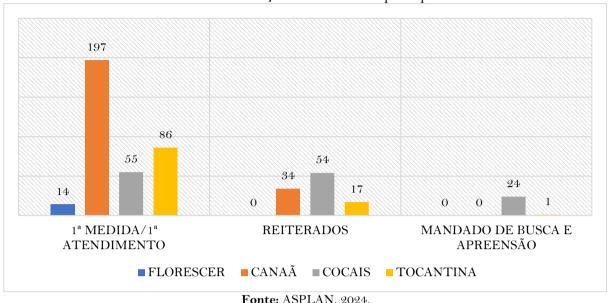


Gráfico 13 - Caracterização dos atendidos por tipo de entrada

Fonte: ASPLAN, 2024.

Os dois principais centros com atendimentos na primeira medida, foram o Centro Socioeducativo de Internação provisória Canaã concentrou o maior número de admissões, com 56% desse total, seguido pela Unidade Tocantina, com 24,4%. Esses dados reforçam a predominância da internação de indivíduos sem histórico anterior no sistema, apontando para a necessidade de estratégias preventivas que evitem a progressão desses adolescentes e jovens para novas medidas socioeducativas.

Ressalta-se que segundo maior grupo de atendidos refere-se aos adolescentes reiterados, totalizando 105 indivíduos (21,8% do total de internações provisórias), onde a Unidade dos Cocais registrou o maior número, com 51,4% do total desse grupo, seguida pelo Canaã, com 32,3%. Contudo, é com alegria que marcamos nos dados a ausência de reiterados no Centro Socioeducativo Florescer, isso sugere particularidades do atendimento ao público feminino na abordagem socioeducativa da unidade.

Além disso, a caracterização por tipo de entrada permite avaliar a eficácia das políticas socioeducativas e a necessidade de aprimoramento das ações voltadas ao público atendido. O fato de um percentual expressivo de adolescentes ingressar pela primeira vez no sistema sugere a urgência de investimentos em programas de prevenção, como iniciativas voltadas para educação, fortalecimento de vínculos familiares e inserção no mercado de trabalho.

A análise etária dos adolescentes e jovens admitidos no sistema socioeducativo revela uma distribuição heterogênea, com maior concentração na faixa etária de 16 a 17 anos. Conforme demonstrado no Gráfico 14, esse grupo representa a maioria dos atendimentos na internação provisória, totalizando 304, o que equivale a aproximadamente 63,07% do total de ingressos.

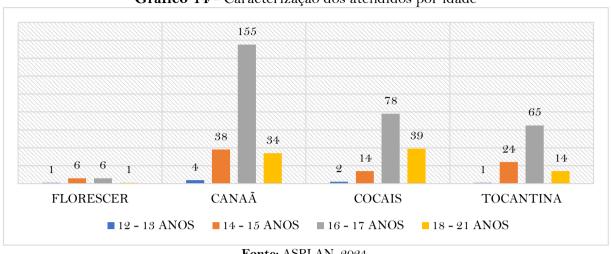
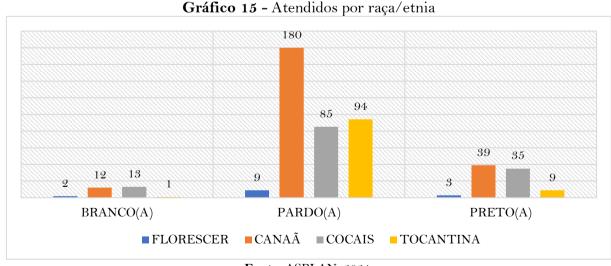


Gráfico 14 - Caracterização dos atendidos por idade

Fonte: ASPLAN, 2024.

A presença de adolescentes de 14 a 15 anos em número significativo (17,01%) indica a importância de ações preventivas desde os primeiros anos da adolescência, evitando a progressão para atos infracionais mais graves. Já a existência de jovens acima dos 18 anos no sistema socioeducativo reforça a necessidade de articulação com políticas públicas voltadas à ressocialização e inserção no mercado de trabalho, garantindo alternativas concretas para a reintegração social e a interrupção do ciclo de reincidência.

Esses dados podem ser analisados em conjunto com os dados de raça/etnia coletados no ato de entrada desses adolescentes e jovens no sistema socioeducativo, tendo em vista que 94.19% do público atendido está concentrada das categorias pretos e pardos como apresentado no Gráfico 15.



Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico apresenta a distribuição de indivíduos por cor/raça sendo a categoria mais representativa é a de pardos, com destaque para o Canaã, que concentra 180 indivíduos, ou seja, aproximadamente 50,7% do total de pardos atendidos, já na categoria de pretos, o Canaã também foi o com maior número de registro, onde apresentou 37,1%, seguido por Cocais com 33,3%.

Ao se tratar da análise das declarações sobre a religião dos adolescentes e jovens atendidos pela Funac em especifico na medida de internação provisória, nota-se pelos dados que compõe o Gráfico 16, que a grande maioria, aproximadamente 66,18%, responderam não ter religião definida.

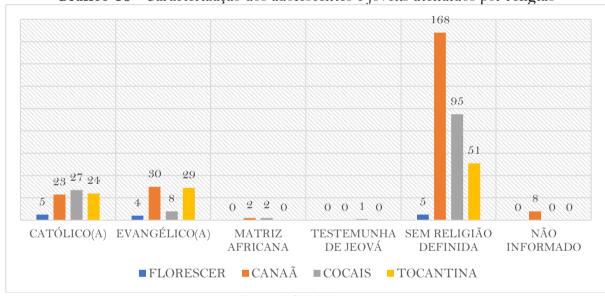


Gráfico 16 - Caracterização dos adolescentes e jovens atendidos por religião

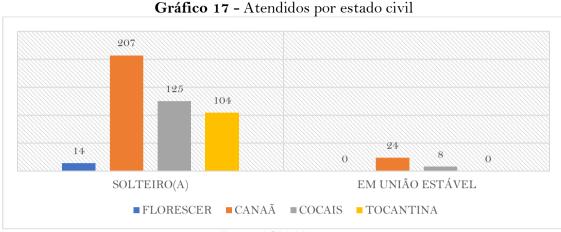
Fonte: ASPLAN, 2024.

O Centro Socioeducativo de internação provisória Canaã apresentou o maior número absoluto, com 168 indivíduos, representando aproximadamente 50,9% do total de auto declarados sem religião. Já os centros socioeducativos dos Cocais e Tocantina também possuem uma quantidade relevante, com as parcelas 28,8% e 15,5% dos socioeducandos, respectivamente.

A segunda categoria mais relevante é a de evangélicos, sendo novamente o Canaã novamente a unidade com maior concentração, contando com 38,5% do total de declarados evangélicos com entrada no sistema socioeducativo em 2024. Já em seguida nessa categoria temos uma inversão do cenário anterior dos sem religião, tendo agora a Tocantina e Cocais que aparecem, com 37,1% e 10,2% indivíduos, respectivamente.

Já os dados referentes ao estado civil dos atendidos, temos a presença de duas categorias – Solteiros e em União estável, conforme podemos observar no Gráfico 17, que em

primeiro momento apresenta que aproximadamente 93,36% dos adolescentes e jovens declararam ser solteiros.



Fonte: ASPLAN, 2024.

Já os dados referentes a público com dados comprovados em união estável são de apenas 6,64%, concentrado nos Centros socioeducativos de internação provisória Canaã e Cocais, também marcamos quem nem uma das adolescentes e/ou jovens atendidas no Centro socioeducativo Florescer que passaram por atendimento em 2024 apresentaram comprovação de união estável durante sua estadia na mediada de internação provisória.

c) Internação

De acordo com as diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) de 2006, os programas de execução de medidas socioeducativas de internação devem ser estruturados em espaços físicos que deverão prever e possibilitar a mudança de fases do atendimento do adolescente, mediante a mudança de ambientes (de espaços) de acordo com as metas estabelecidas e alcançadas no plano individual de atendimento (PIA), favorecendo maior efetividade em relação aos seus avanços do processo socioeducativo.

Em 2024, a FUNAC operou com cinco unidades de internação, dispondo de 203 vagas, sendo o atendimento destinado a jovens do sexo masculino no Socioeducativo de Internação do São Cristóvão⁷ e o atendimento ao público feminino no Centro Socioeducativo Florescer – CSF ambas as unidades em São Luís/MA. A Fundação também conta com o Centro Socioeducativo Sítio Nova Vida em Paço do Lumiar/MA, o Centro Socioeducativo de

⁷ Este centro socioeducativo é destinado exclusivamente ao público masculino entre 18 a 21 anos, considerados casos excepcionais em cumprimento de medida socioeducativa, conforme determina o ECA.

Internação de São José de Ribamar – CSISJR, em São José de Ribamar e Centro Socioeducativo de Internação Semear, em Imperatriz, todos destinados a adolescentes do sexo masculino em cumprimento de medida socioeducativa.

Em 2024 a Fundação atendeu 393 adolescentes e jovens na medida socioeducativa de internação, com destaque para os atendimentos realizados pelo Centro Socioeducativo de Internação de São José de Ribamar – CSISJR que recebeu 38,68% do total de atendidos (Gráfico 18), mais destacamos que este é o também a unidade com maior quantidade de vagas, com 80, sendo assim proporcional o número de atendidos ao número de vagas.

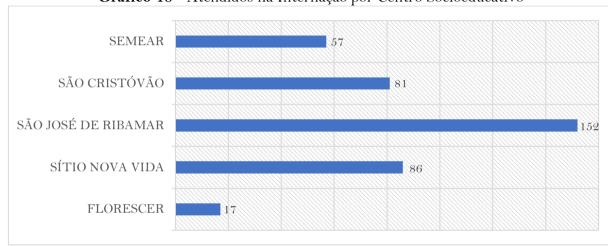


Gráfico 18 - Atendidos na Internação por Centro Socioeducativo

Fonte: ASPLAN, 2024.

Os dois centros com maior número de atendidos são o "São José de Ribamar", com 152 atendidos, e o "Sítio Nova Vida", com 86 atendidos, ambos sendo centros socioeducativos da região metropolitana de São Luís, mais que também recebem adolescentes para cumprimento de medida advindos da regional dos Cocais, tendo em vista que essa regional não conta com centro socioeducativo de internação.

Esses números evidenciam uma concentração significativa dos adolescentes em conflito com a lei em determinadas unidades, isso decorre da variação de vagas que são ofertadas por cada centro e da demanda por atendimento, contudo essa distribuição é controlada e gerenciada pela Central de Vagas da Fundação, e leva em consideração os princípios do SINASE quanto a convivência familiar e a dinâmica dos territórios.

Após o encaminhamento do juiz sobre a medida a qual o adolescente e/ou jovem vai cumprido a central realiza os procedimentos para o acesso a vaga em determinado centro já direcionado pelo judiciário, para o cumprimento da medida. Assim, a caracterização dos atendidos por cumprimento da medida no ano de 2024 é apresentado no Gráfico 19, o qual emboça a unidade e a maior tipologia atribuída a entrada desse socioeducando no encontro.

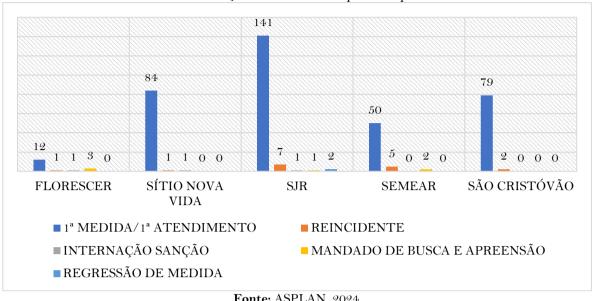


Gráfico 19 - Caracterização dos atendidos por cumprimento da medida

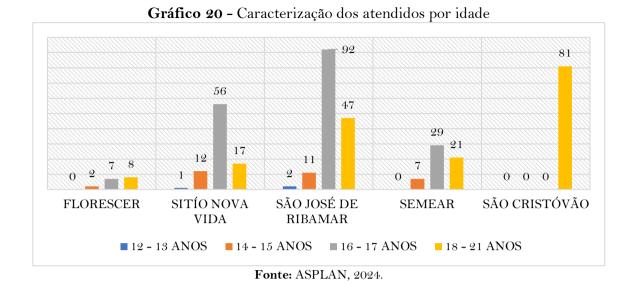
Fonte: ASPLAN, 2024.

Os dados dementaram a centralidade em adolescentes e jovens com registro de primeira medida ou primeiro atendimento, o que representa 93,13% do total geral de atendidos, com destaque ao centro socioeducativo de São José de Ribamar que sozinho atendeu 35,88% (deve-se levar em consideração as duas peculiaridades já apresentadas, o centro conta com o maior número de vagas e também recebe o público da região dos Cocais para cumprimento da mediada de internação em suas instalações).

As unidades socioeducativas do "São Cristóvão" e do "Sítio Nova Vida" registraram um percentual de atendimento de 20,10% e 21,37%, respectivamente, demonstrando sua significativa participação no acolhimento de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas de internação. Esses dados evidenciam a relevância dessas unidades na rede de atendimento, bem como sua abrangência regional, refletindo a distribuição da demanda por internação e os desafios enfrentados na gestão desses centros.

A caracterização do público atendido nesses centros leva em consideração diversos fatores que influenciam o perfil dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, entre esses fatores, destaca-se a faixa etária, conforme apresentado no Gráfico 20, que permite uma análise detalhada do fluxo de atendimento ao longo do ano.

O acompanhamento desses dados é essencial para a formulação de políticas públicas, alocação de recursos e adequação das estratégias de reintegração social, garantindo um atendimento mais eficiente. O gráfico apresenta a caracterização etária dos adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação por Centro Socioeducativo, evidenciando a predominância da faixa 16 a 17 anos, que representa 57,1% do total de atendidos.



A segunda maior parcela corresponde aos jovens de 18 a 21 anos, com 28,6%, enquanto os adolescentes de 14 a 15 anos somam 10,3%, esses dados indicam que a maior parte dos internos está em uma faixa etária avançada dentro do sistema socioeducativo, refletindo um acúmulo de reincidências ou o encaminhamento tardio ao cumprimento da medida de internação.

A distribuição etária varia conforme o centro analisado, em São José de Ribamar, observa-se um predomínio da faixa de 16 a 17 anos (55,4%), seguido por 18 a 21 anos (28,3%), indicando que essa unidade concentra um público juvenil em processo de transição para a vida adulta. Já o São Cristóvão apresenta um cenário distinto, com 100% dos internos na faixa 18 a 21 anos, segundo a sua finalidade para casos de excepcionalidade justamente para esse público de jovens.

O dentro socioeducativo Semear em Imperatriz mantém uma distribuição equilibrada entre 16 a 17 anos (49,2%) e 18 a 21 anos (35,6%), enquanto o Sítio Nova Vida (São Luís) segue o padrão de predominância de 16 a 17 anos (63,6%). A aplicação da internação é mais recorrente na faixa etária mais elevadas a partir dos 16 anos, reforçando a necessidade de estratégias socioeducativas voltadas para essa faixa etária, com enfoque na profissionalização, reinserção social e prevenção da reincidência.

Como parte da caracterização dos atendidos ao longo do ano apresentamos no Gráfico 21 os dados referentes aos atendidos por raça/etnia dos adolescentes e jovens em medida socioeducativa de internação por Centro Socioeducativo, evidenciando uma predominância significativa de indivíduos pardos, que representam 54,8% do total de atendidos.

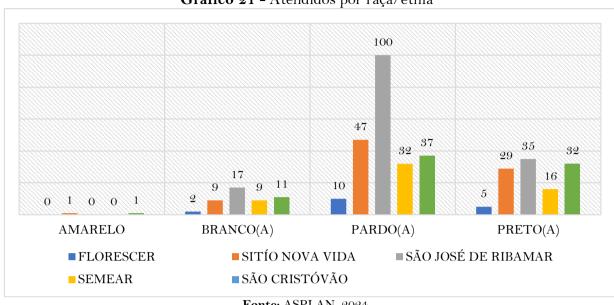


Gráfico 21 - Atendidos por raça/etnia

Fonte: ASPLAN, 2024.

Segundo os dados a segunda maior parcela corresponde à população preta, totalizando 34,3%, enquanto os adolescentes brancos somam 10,1%, e aqueles autodeclarados amarelos constituem apenas 0,8% do total. Esses dados evidenciam a sobre-representação de grupos racializados no sistema socioeducativo, refletindo desigualdades estruturais que impactam diretamente o percurso desses adolescentes e jovens antes e até mesmo depois do cumprimento da medida de internação.

A distribuição racial varia entre os centros, no centro São José de Ribamar, observa-se a maior concentração de adolescentes pardos (58,1%), seguido de pretos (20,3%) e brancos (9,9%), padrão semelhante ao do Sítio Nova Vida, onde pardos representam 47,4% e pretos 35,3%. Já no São Cristóvão, há um equilíbrio maior entre pardos (37%) e pretos (32%), enquanto o Florescer apresenta a menor representatividade de adolescentes pretos, com 5%.

A análise desses dados ressalta a necessidade de políticas públicas que enfrentem as desigualdades raciais desde a base social, atuando na prevenção da criminalização da juventude negra e parda e na oferta de oportunidades educacionais, profissionais e sociais mais inclusivas, reduzindo, assim, a reincidência e promovendo a reinserção social efetiva.

Esses atendidos declaram em seus dados de entra nos centros informações quanto a sua opção religiosa, tendo em vista a oferta dessa assistência durante o cumprimento da medida socioeducativa, assim, no Gráfico 22 temos a apresentação do completo quanto a caracterização dos atendidos por religião, demonstrando que a maior parcela dos internos se identifica como sem religião definida, representando 49,6% do total. A segunda categoria mais expressiva é a de não informado, com 23,2%, indicando um número significativo de registros sem declaração religiosa.

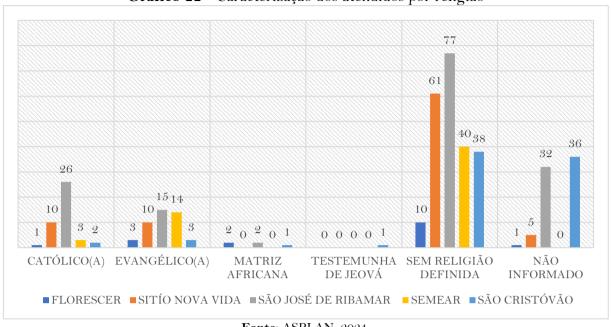


Gráfico 22 - Caracterização dos atendidos por religião

Fonte: ASPLAN, 2024.

Entre os grupos religiosos identificáveis, destacam-se os católicos (12,3%) e os evangélicos (10,2%), enquanto crenças minoritárias, como matriz africana (2%) e Testemunha de Jeová (0,7%), apresentam participação residual. Esses dados indicam que a religiosidade formal não é um fator predominante entre os socioeducandos, o que pode sugerir um afastamento dessas instituições na trajetória desses jovens ou uma falta de identificação com crenças estruturadas.

A distribuição entre os Centros Socioeducativos evidencia algumas variações relevantes, onde o centro São José de Ribamar tem como predominância a categoria sem religião definida (50,6%) acompanha a média geral, enquanto o Sítio Nova Vida (47,3%) e o Semear (38%) também apresentam alta proporção nesse grupo.

Essa caracterização aponta para a necessidade de uma abordagem socioeducativa que considere a diversidade religiosa e o papel da espiritualidade na reinserção social, ao mesmo tempo em que sugere uma oportunidade para ações interdisciplinares que trabalhem aspectos identitários, emocionais e comunitários na ressocialização dos adolescentes.

Já quando falamos nos dados do estado civil dos adolescentes e jovens, podemos refletor sobre a caracterização dos atendidos por estado civil nos Centros Socioeducativos, evidenciando uma predominância significativa de indivíduos solteiros em relação aos que estão em união estável (Gráfico 23).

Os dados indicam que São José de Ribamar possui o maior número de atendidos solteiros (146), seguido por Sítio Nova Vida (86), São Cristóvão (75), Semear (56) e Florescer (17), e que em contrapartida, os números referentes aos indivíduos em união estável são notavelmente inferiores, com valores discretos em São José de Ribamar e São Cristóvão, com 6 e o Semear com apenas 1 registro, enquanto Florescer e Sítio Nova Vida não registram atendidos nesta categoria.

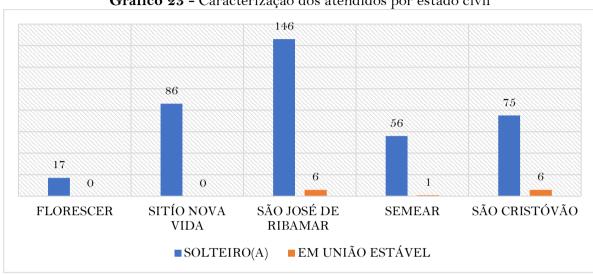


Gráfico 23 - Caracterização dos atendidos por estado civil

Fonte: ASPLAN, 2024.

A baixa representatividade de indivíduos em união estável pode ser explicada pela faixa etária típica desses atendidos, que geralmente abrange adolescentes e jovens até os 21 anos, conforme previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

d) Semiliberdade

O Programa de Semiliberdade fundamenta-se nos princípios de acolhimento, inserção e interação social, assegurando que a aplicação da medida socioeducativa ocorra de forma mais eficaz e alinhada ao desenvolvimento do adolescente e/ou jovem em cumprimento de medida. A semiliberdade caracteriza-se por uma abordagem que equilibra a restrição de liberdade com a reintegração progressiva ao convívio social, possibilitando que os adolescentes e/ou jovens frequentem atividades externas, como escolarização e capacitação profissional, enquanto mantêm vínculo com a unidade socioeducativa.

Conforme estabelecido pelo artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a medida de semiliberdade pode ser determinada judicialmente desde o início do cumprimento da sanção ou ser utilizada como etapa intermediária na transição para o meio aberto, como liberdade assistida ou prestação de serviços à comunidade. Essa característica flexível permite que o programa atenda às necessidades individuais de cada adolescente e/ou jovem, promovendo sua responsabilização e ressocialização de maneira gradativa e monitorada.

No Estado, o atendimento em regime de semiliberdade para o público masculino é executado em três unidades socioeducativas: Casa de Semiliberdade São Luís, Casa de Semiliberdade Cidadã em Imperatriz e Casa de Semiliberdade de Timon. Cada unidade possui capacidade para 20 adolescentes e/ou jovens, totalizando 60 vagas distribuídas no programa em todos os territórios do estado, seno a alocação dos adolescentes e/ou jovens nas unidades ocorre de acordo com critérios técnicos e decisões judiciais, considerando fatores como proximidade familiar, perfil socioeducativo e grau de progressão da medida.

A análise quantitativa dos atendidos por unidade é apresentada no Gráfico 24, evidenciando a distribuição das vagas ocupadas em cada centro. Esses dados são essenciais para monitorar a ocupação das unidades, avaliar a eficácia da medida de semiliberdade e subsidiar ajustes na política de atendimento, garantindo que os adolescentes e/ou jovens tenham acesso a um processo de reintegração social estruturado e eficaz.



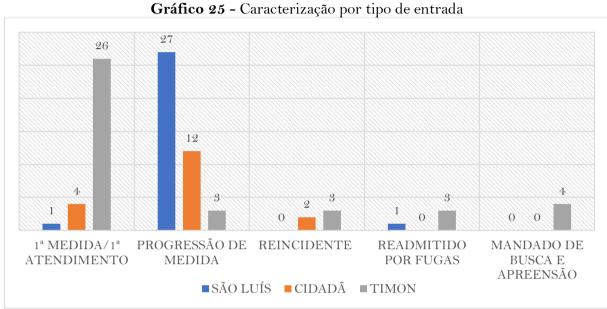
Gráfico 24 - Atendidos no Programa de Semiliberdade

Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico evidencia que a Casa de Semiliberdade de Timon concentrou o maior número de adolescentes e/ou jovens (39), seguida pela unidade de São Luís (29) e pela unidade Cidadã, que atende um quantitativo inferior (18). Considerando um total de 86 adolescentes distribuídos entre as unidades, verifica-se que Timon absorve aproximadamente 45% do total, São Luís 34% e Cidadã 21%, seno essa distribuição associada à demanda regional, à infraestrutura disponível em cada casa e às decisões judiciais relacionadas à proximidade dos adolescentes com suas famílias e redes de apoio.

A semiliberdade surge, portanto, como uma alternativa pedagógica para a responsabilização e reinserção social, proporcionando aos adolescentes e/ou jovens a continuidade dos estudos, participação em cursos profissionalizantes e desenvolvimento de habilidades que favoreçam sua transição para a vida adulta com maior autonomia e menor risco de reincidência no sistema socioeducativo.

A tipologia da entrada desses adolescentes e/ou jovens no sistema socioeducativo é marcada por progressão de medida o que correspondeu a 48,84%, segundo o gráfico 25:



Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico, evidencia que a maior parte dos ingressos ocorreu por progressão de medida, representando aproximadamente 49% do total e em seguida adolescentes e/ou jovens que ingressam pela primeira medida socioeducativa ou primeiro atendimento, com destaque para Timon, que concentra a maior parte desses casos (26 adolescentes, equivalente a cerca de 72% desse tipo de entrada).

A reincidência e a readmissão por fugas apresentam números reduzidos, enquanto a entrada por mandado de busca e apreensão ocorre exclusivamente em Timon, totalizando quatro adolescentes. Esses dados refletem a importância da semiliberdade como uma etapa transitória dentro do sistema socioeducativo, consolidando a progressão dos adolescentes dentro das medidas previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A predominância da progressão de medida indica que a semiliberdade é frequentemente utilizada como uma alternativa intermediária entre medidas mais restritivas e o retorno ao meio aberto, beneficiando adolescentes e/ou jovens que demonstram avanços no cumprimento socioeducativo. Já a expressiva presença de adolescentes em primeira medida na unidade de Timon pode estar relacionada ao perfil regional da demanda e à estrutura do atendimento inicial.

O baixo índice de reincidência reforça a eficácia do programa em determinados contextos, embora a existência de readmissões por fuga e mandados de busca e apreensão aponte desafios na permanência e adesão dos adolescentes e/ou jovens à medida. Considerando a faixa etária (Gráfico 26) predominante no sistema socioeducativo (16 a 18 anos), essas informações são cruciais para o desenvolvimento de estratégias de acompanhamento mais eficazes, priorizando intervenções pedagógicas e profissionalizantes que favoreçam a ressocialização e reduzam o risco de reincidência.

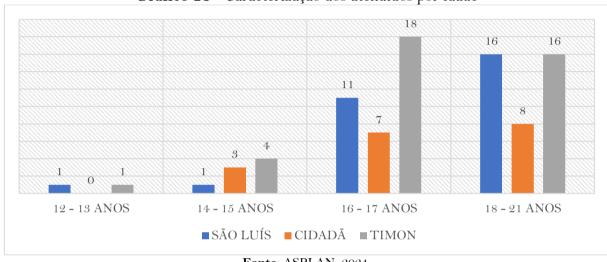


Gráfico 26 - Caracterização dos atendidos por idade

Fonte: ASPLAN, 2024.

Evidencia-se que a maioria dos atendidos se encontra na faixa de 16 a 21 anos, com destaque para os grupos de 16-17 anos e 18-21 anos, que somam 76% do total, já na faixa de 16-17 anos, a unidade de Timon concentra o maior número de adolescentes (18), seguida por São Luís (11) e Cidadã (7). O grupo 18-21 anos, São Luís e Timon possuem um quantitativo igual (16), enquanto Cidadã registra um número inferior (8), já as idades mais baixas, 12-13 anos e 14-15 anos, representam uma parcela reduzida dos atendidos, totalizando apenas cinco adolescentes distribuídos entre as três unidades.

A concentração de atendidos na faixa dos 16 a 21 anos reflete a tendência predominante do sistema socioeducativo, que tem atendido majoritariamente adolescentes e jovens mais próximos a maioridade penal. Essa distribuição etária está alinhada com a natureza das medidas socioeducativas, uma vez que os atos infracionais tendem a ser cometidos com maior frequência durante a adolescência tardia, período marcado por maior exposição a vulnerabilidades sociais, desafios na inserção escolar e dificuldades no acesso ao mercado de trabalho.

O reduzido número de adolescentes abaixo dos 15 anos sugere que medidas preventivas e alternativas ao sistema socioeducativo podem estar sendo aplicadas para esse público, como encaminhamentos para programas de proteção e apoio social. A expressiva presença de jovens de 18 a 21 anos indica a necessidade de estratégias voltadas à transição para a vida adulta, com foco na qualificação profissional e na reintegração social, a fim de minimizar os riscos de reincidência e fortalecer os vínculos comunitários e familiares.

A maioria dos atendidos se autodeclara parda, correspondendo a 60% do total, neste sentido a distribuição por unidade evidencia maior concentração em Timon, com 29 adolescentes, seguida por São Luís, com 15, e Cidadã, com 8, conforme ilustrado no Gráfico 27.

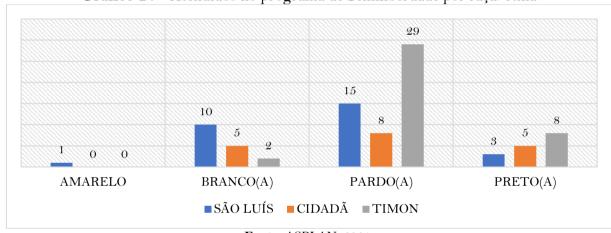


Gráfico 27 - Atendidos no programa de Semiliberdade por raça/etnia

Fonte: ASPLAN, 2024.

Os adolescentes e jovens auto declarados pretos, totalizam 18%, com distribuição mais equilibrada entre as casas. Já os adolescentes brancos representam 19% do total, com predominância em São Luís (10 atendidos), e a categoria amarela apresenta baixa representatividade, com apenas um caso registrado na unidade de São Luís.

A predominância de adolescentes pardos e pretos reflete uma realidade estrutural do sistema socioeducativo brasileiro, evidenciando a vulnerabilidade social e racial que afeta essa população. Esse dado reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à equidade racial e à promoção de oportunidades educacionais e profissionais para jovens negros e pardos, que frequentemente enfrentam maior exposição a contextos de exclusão social e criminalização.

Os adolescentes atendidos também realizaram autodeclaração quanto à sua religião, informação relevante para a adequação das ações socioeducativas e o respeito à diversidade religiosa durante o cumprimento da medida. Esse dado possibilita a oferta de assistência compatível com as especificidades culturais e espirituais dos atendidos, contribuindo para a

promoção da dignidade e do bem-estar no contexto da socioeducação, conforme demonstrado no Gráfico 28.

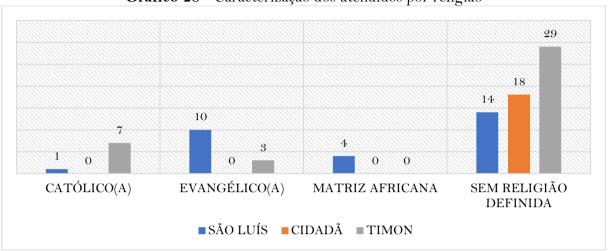


Gráfico 28 - Caracterização dos atendidos por religião

Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico evidencia uma predominância de adolescentes e jovens que não possuem religião definida, totalizando 61,6% do grupo (61 indivíduos), com maior concentração na unidade de Timon (29), seguida por Cidadã (18) e São Luís (14). O segundo maior grupo corresponde aos evangélicos, representando 21,1% dos atendidos (13 indivíduos), com predominância em São Luís (10), enquanto as unidades de Cidadã e Timon não registraram presença significativa dessa religião.

Os adolescentes que se declararam pertencentes a religiões de matriz africana totalizam 4,9% (4 indivíduos), concentrando-se exclusivamente na unidade de São Luís, já os católicos representam 9,8% do total (8 indivíduos), com maior presença em Timon (7) e apenas um adolescente registrado em São Luís. Os dados sugerem uma significativa diversidade religiosa entre os atendidos, com destaque para a expressiva parcela que não possui religião definida, o que indica a necessidade de estratégias inclusivas no atendimento socioeducativo.

A maior concentração de evangélicos em São Luís e a predominância de católicos em Timon podem refletir características socioculturais específicas dessas localidades. A presença de religiões de matriz africana, ainda que minoritária, reforça a importância do respeito à diversidade religiosa no contexto da medida socioeducativa.

A caracterização do estado civil dos adolescentes e jovens atendidos nas casas de semiliberdade em 2024 revela que a grande maioria é solteira, correspondendo a 98,3% do total (85 indivíduos), conforme demonstrado no Gráfico 29. Esse dado reflete o perfil etário

do público atendido, indicando uma predominância de jovens que ainda não estabeleceram vínculos conjugais formais.

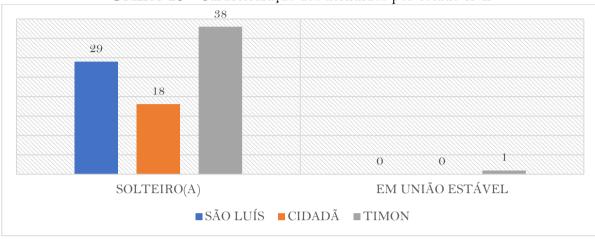


Gráfico 29 - Caracterização dos atendidos por estado civil

Fonte: ASPLAN, 2024.

A unidade de Timon concentra a maior parte desses atendidos, com 44,7%, seguida por São Luís 34,1%, e a Cidadã com 21,2% adolescentes e jovens. Apenas um adolescente, correspondente a 1,7% do total, declarou estar em união estável, estando alocado na unidade de Timon, enquanto as demais unidades não registraram casos nessa categoria.

A predominância de adolescentes e jovens solteiros é um dado esperado, considerando a faixa etária desse público e a dinâmica social na qual estão inseridos. Esse dado reforça a necessidade de programas voltados ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, que possam contribuir para a reinserção social desses adolescentes e jovens e a construção de redes de suporte que favoreçam seu desenvolvimento integral.

3.1.2 Perfil dos Adolescentes Atendidos pela FUNAC

A Fundação apresenta, neste relatório de gestão, uma análise detalhada dos socioeducandos atendidos ao longo de 2024, baseada no número de admissões únicas, sem repetições, tendo em vista que essa abordagem permite traçar um panorama abrangente das condições enfrentadas por 741 adolescentes e jovens que ingressaram no sistema socioeducativo privativo e restritivo de liberdade do estado do Maranhão.

A análise desses dados oferece informações valiosas sobre as realidades sociais, econômicas e socioespaciais que cercam esses jovens. Desde suas origens familiares até as influências do ambiente externo, cada ponto abordado nos ajuda a compreender as

complexidades subjacentes ao envolvimento desses adolescentes e jovens com o ato infracional e com sua entrada no sistema socioeducativo.

A apresentação deste perfil tem como objetivo não apenas fornecer um panorama descritivo, mas também fomentar um diálogo essencial sobre políticas públicas, intervenções sociais e investimentos estratégicos necessários para a construção de trajetórias de vida afastadas da prática de atos infracionais. A partir da compreensão aprofundada das realidades desses adolescentes e jovens, torna-se possível articular ações integradas com outras políticas públicas, viabilizando suporte adequado, orientação qualificada e oportunidades concretas que favoreçam sua reinserção social e o desenvolvimento de caminhos promissores.

Para darmos início ao nosso perfil, apresentamos os municípios demandantes de atendimento socioeducativo, junto à Fundação no decorrer do ano de 2024. Dentre os 109 municípios (Tabela 03) de destacam-se: a) São Luís lidera com 193 atendidos, representando cerca de 26,43% do total, b) Timon surge em segundo lugar, com 131 atendidos, correspondendo a 17,94%, e em terceira posição temos c) Imperatriz que registrou 31 atendidos, o que equivale a apenas 4,24% do total. Salientamos que os três primeiros municípios expostos nos dados possuem instalações do Atendimento Socioeducativo, estando localizados em regiões geográficas estratégicas no estado do Maranhão.

Tabela 03 – Municípios de moradia socioeducandos

Municípios do Maranhão	Por Município	Total
São Luís	193	193
Timon	131	131
Imperatriz	31	31
Balsas	23	23
Itapecuru Mirim, São José de Ribamar	20	40
Codó, Buriticupu	15	30
Trizidela do Vale	13	13
Açailândia, Santa Inês	12	24
Pedreiras	11	11
Pinheiro	10	10
Caxias, Paço do Lumiar	9	18
São Raimundo Mangabeiras	8	8
Chapadinha, Santa Helena	7	14
Bom Jesus das Selvas, Grajaú, Rosário, Viana	6	24
João Lisboa	5	5
Bacabal, Buriti, Coelho Neto, Olho Dágua das Cunhãs, Riachão, Santa Rita, São João dos Patos, Zé Doca	4	32
Alto Alegre, Amarante, Bacabeira, Barra do Corda, Coroatá, Davinópolis, Dom Pedro, Passagem Franca, Pirapemas, Presidente Dutra, Raposa, Santa Quitéria, Timbiras	3	39
Barão de Grajaú, Carutapera, Central do Maranhão, Colinas, Conceição do Lago-Açu, Cururupu, Humberto de Campos, Itinga, Junco do Maranhão, Maracaçumé, Miranda do Norte, Mirinzal, Penalva, Pio XII, Santa Luzia, São Bento, São Domingos do Azeitão, Tutóia, Vargem Grande	2	38
Alcântara, Alto Parnaíba, Anapurus, Arame, Arari, Bacuri, Bela Vista, Bom Jardim, Brejo, Buriti Bravo, Buritirana, Cândido Mendes, Estreito,	1	46

Eugênio Barros, Governador Nunes Freire, Igarapé do Meio, Itaipava do Grajaú, Jenipapo dos Vieiras, Lago da Pedra, Lago do Junco, Lago Grande, Lago Verde, Lagoa do Mato, Lagoa Grande do Maranhão, Magalhães de Almeida, Matões do Norte, Miranda, Paraibano,		
Parnarama, Pastos Bons, Paulo Ramos, Peritotó, Porção de Pedras, Porto Franco, Presidente Sarney, Santa Filomena, São Domingos do Maranhão, São Luís Gonzaga do Maranhão, São Mateus, Turilândia, Urbano Santos, Vitória do Mearim, Vitórino Freire		
Total de municípios: 109	Total de atendi	dos: 730

Fonte: ASPLAN, 2024.

Essa distribuição não é apenas uma questão de distância geográfica, mas também leva em conta a territorialização do atendimento socioeducativo, ou seja, a concentração de centros socioeducativos em áreas específicas está diretamente ligada à concentração populacional e aos índices de violência e vulnerabilidade social nessas regiões.

Por exemplo, a Grande Ilha de São Luís, que inclui a capital maranhense e regiões metropolitanas, é uma área densamente povoada e com uma diversidade de expressões da questão social, o que naturalmente resulta em uma maior demanda de atendimento socioeducativos.

Além da demanda quantitativa, a localização territorial da FUNAC também leva em consideração a qualidade dos serviços prestados e a infraestrutura disponível em cada região. Não basta apenas abrir centros socioeducativos, é necessário garantir que essas unidades ofereçam um atendimento intersetorial de qualidade, com profissionais capacitados e estrutura adequada para promover a reinserção social, isso envolve desde o acesso à justiça, programas de educação e qualificação profissional até o acompanhamento psicossocial e o apoio às famílias dos socioeducandos atendidos.

Nesta conjuntura, destacamos que neste ano de 2024 a Fundação recebeu 11 socioeducandos advindos dos estados (Tabela 04), sendo esses adolescentes e jovens que estado do Maranhão e que praticaram ato infracional em outra unidade federativa, e foram encaminhados via sentença judicial para o cumprimento no centro socioeducativo mais próximo a convivência familiar, como trata o Art. 124 da Lei nº 8.069/1990 em seu inciso "VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável".

Tabela 04 – Atendidos de origem de outros estados da federação

Municípios de outros Estados	Total
Teresina - Piauí	5
Floriano - Piauí	4
Aurora do Pará - PA	1
Ipixuna - PA	1
Total geral	11

Fonte: ASPLAN, 2024.

Esses dados apontam a articulação interestadual entre os órgãos de justiça e assistência, a fim de garantir a efetividade das medidas socioeducativas e o encaminhamento adequado desses adolescentes e jovens para o estado de origem, além disso, reforçam a importância do fortalecimento de políticas públicas preventivas em nível regional.

O perfil do público atendido pela Fundação é predominantemente composto por adolescentes e jovens do gênero masculino, representando 95,95% do total, em contraste, o público feminino correspondeu a apenas 4,05% (Gráfico 30). Esses dados refletem a distribuição de gênero no sistema socioeducativo, evidenciando a maior incidência de adolescentes do sexo masculino em medidas privativas e restritivas de liberdade, o que demandou a implementação de políticas específicas e estratégias diferenciadas para o atendimento.

No que se refere à identidade de gênero do público atendido, observa-se uma leve variação nos dados (Gráfico 31), considerando que a autoidentificação e a autoafirmação do adolescente e/ou jovem ocorrem no momento do registro de entrada no sistema socioeducativo.

Feminino

Masculino

711

Fonte: ASPLAN, 2024.

Mulher Trans
O,13

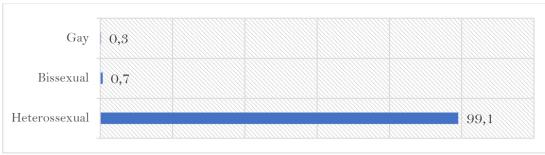
Mulher Cis
3,90

Homem Trans
O,13

Homem Cis
95,80

No que se refere à orientação sexual, a Fundação assegura o respeito à autodeclaração dos adolescentes e jovens em atendimento. Ao longo do ano, observou-se que 99,1% dos atendidos se identificaram como heterossexuais, um percentual que se mantém alinhado aos dados previamente apresentados sobre gênero e identidade de gênero. Além disso, 0,7% dos adolescentes declararam-se bissexuais, conforme evidenciado no Gráfico 32.

Gráfico 32 - Orientação sexual

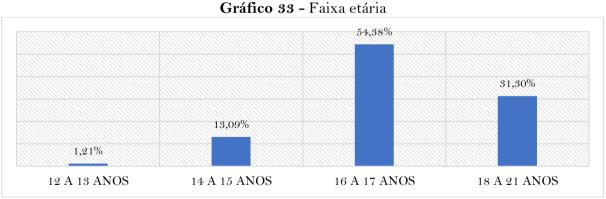


Fonte: ASPLAN, 2023.

A distribuição da identidade de gênero e da orientação sexual entre os adolescentes e jovens atendidos evidencia a necessidade de reconhecer e respeitar a diversidade presente na sociedade. Esses fatores devem ser considerados no desenvolvimento de políticas, programas e serviços que assegurem um atendimento equitativo e inclusivo, contemplando as especificidades de cada indivíduo, independentemente de sua identidade de gênero ou orientação sexual.

Torna-se fundamental a adoção de abordagens sensíveis e humanizadas no processo de acolhimento, garantindo que a diversidade seja reconhecida e respeitada dentro do sistema socioeducativo, promovendo a inclusão e a equidade no atendimento prestado.

Dando continuidade à construção do perfil do público atendido pela Fundação e à qualificação dos dados, a análise da distribuição etária dos socioeducandos é apresentada com base em faixas etárias específicas (Gráfico 33). Compreender a idade dos adolescentes e jovens atendidos é um aspecto fundamental para a organização e a adequação dos processos de atendimento realizados pelos profissionais nos centros socioeducativos.



Fonte: ASPLAN, 2024.

A análise da distribuição etária dos socioeducandos evidencia que a maior parte dos atendidos encontra-se na faixa de 16 a 17 anos, representando 54,38% do total, seguida pela faixa de 18 a 21 anos, com 31,30%. Esses dados indicam que a demanda pelo atendimento socioeducativo se concentra majoritariamente em jovens de 16 anos ou mais, o que reforça a

necessidade de estratégias específicas para essa faixa etária, incluindo ações de ressocialização, formação profissional e acompanhamento psicossocial, visando à reinserção social e ao desenvolvimento de alternativas para a construção de novos projetos de vida.

A compreensão da faixa etária dos atendidos é uma informação essencial para a definição e oferta de cursos, formações e programas de aprendizagem, garantindo que as ações pedagógicas e socioeducativas sejam estruturadas de forma alinhada às necessidades e ao estágio de desenvolvimento dos atendidos.

No que diz respeito à escolarização dos adolescentes e jovens atendidos no ato da apreensão, pode-se aferir que o nível de escolaridade concentra-se no 9° ano do Ensino Fundamental, com 92 adolescentes, seguido pelo 8° ano do Ensino Fundamental, com 81 atendidos, e pelo EJA EF – 3ª etapa (6° e 7° ano), com 63 jovens (Gráfico 34). Esses dados indicam que a maioria dos socioeducandos encontra-se no final do Ensino Fundamental ou em etapas equivalentes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), destacando a necessidade de estratégias educacionais que incentivem a continuidade dos estudos e a progressão escolar, fundamentais para a ressocialização e a construção de novas oportunidades.

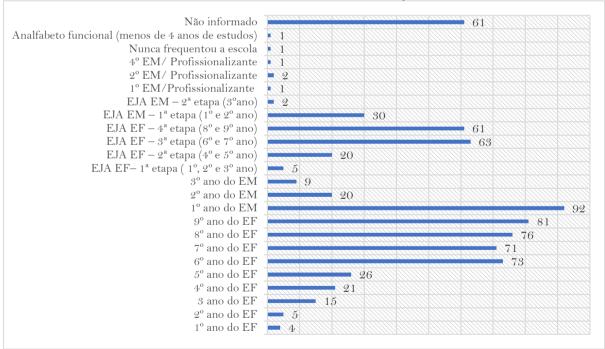


Gráfico 34 – Escolaridade no ato da apreensão

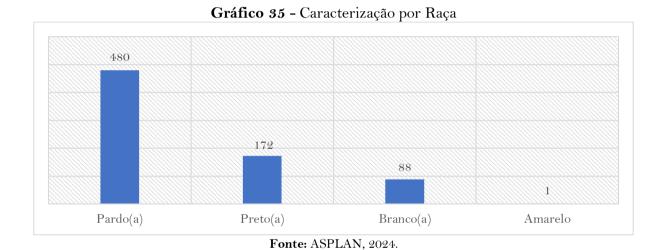
Fonte: ASPLAN, 2024.

A análise conjunta dos dados de faixa etária e escolarização dos socioeducandos revela um cenário em que a maioria dos atendidos encontra-se na faixa de 16 a 17 anos (54,38%), período correspondente ao final do Ensino Fundamental e início do Ensino Médio. Esse padrão se reflete nos níveis educacionais predominantes, com maior concentração no 9º ano do Ensino

Fundamental (92 adolescentes) e no 8º ano do Ensino Fundamental (81 adolescentes), além de uma parcela significativa matriculada na Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Os dados indicam desafios relacionados à evasão escolar e defasagem idade-série, reforçando a importância de políticas educacionais e socioeducativas que promovam a reinserção escolar, o acompanhamento pedagógico e estratégias que possibilitem a continuidade dos estudos, contribuindo para o desenvolvimento de novas perspectivas de vida para esses jovens.

Já no que se trata da análise do público atendido quanto a raça a população negra, composta por pardos e pretos, representa mais de 87,98% do total de atendidos (Gráfico 35), o que sugere a existência de seletivíssimo e questões estruturais profundamente arraigadas relacionadas à raça.

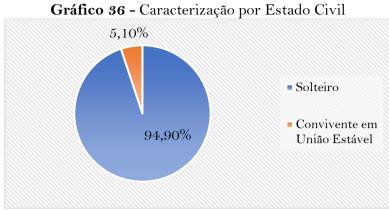


Os dados mostram a predominância da população negra entre adolescentes e jovens privados e/ou restritos de liberdade, destacando a necessidade da abordagem das questões estruturais de raça e de combater ao seletivíssimo e discriminação racial, além de exige a implementação de políticas e práticas que promovam a igualdade racial, abordem as disparidades sociais e econômicas e garantam o acesso equitativo à justiça para todas as pessoas, independentemente de sua raça ou etnia.

Os socioeducandos atendidos pela Fundação possuem trajetórias de vida marcadas pela prática de atos infracionais, o que influencia diretamente suas experiências e condições sociais. No que se refere ao estado civil, os dados indicam que 94,90% dos adolescentes e jovens atendidos são solteiros, enquanto 5,10% encontram-se em união estável (Gráfico 36).

Esses números refletem o perfil predominante do público atendido e evidenciam a necessidade de abordagens socioeducativas que considerem suas realidades individuais, promovendo ações voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e ao desenvolvimento de

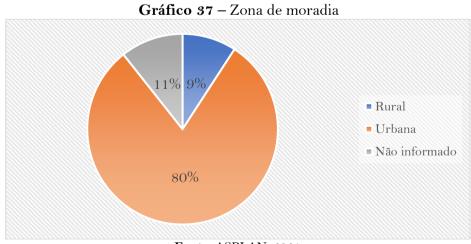
perspectivas sociais mais estruturadas, com atenção especial a estes que já compõem núcleos familiares, tendo em vista suas cargas de responsabilidade social e econômica.



Fonte: ASPLAN, 2024.

A análise do estado civil dos socioeducandos em atendimento é relevante para compreender o contexto familiar, identificar recursos e necessidades específicas, adaptar intervenções e apoio, facilitar parcerias com a família e promover resiliência a adolescentes e jovens. Tendo em vista, compreender a dinâmica desses adolescentes e jovens e os tipos de suporte disponíveis, possibilitando a personalização dos serviços oferecidos durante o processo de construção de seu Plano Individual de Atendimento (PIA) e na intervenção socioeducativa.

Um dado relevante a ser analisado refere-se à região de residência dos socioeducandos no momento de sua entrada no sistema socioeducativo, permitindo uma compreensão mais aprofundada da dinâmica social e do contexto familiar desses adolescentes e jovens. A partir dessa análise, é possível traçar um panorama técnico, evidenciando que 80% dos atendidos são provenientes da zona urbana, enquanto 9% têm origem na zona rural (Gráfico 37).



Fonte: ASPLAN, 2024.

Esse diagnóstico contribui para a formulação de estratégias mais eficazes no atendimento e reintegração social desses socioeducandos, permitindo as equipes técnicas da Fundação o estudo a aprimoramento para o acompanhamento dos adolescentes e jovens no pós medida socioeducativa.

A estrutura familiar dos socioeducandos desempenha um papel fundamental no cumprimento das medidas socioeducativas, influenciando diretamente sua reinserção social e desenvolvimento. Diante disso, esta segunda etapa da análise tem como foco o contexto familiar dos adolescentes e jovens atendidos, abrangendo aspectos econômicos, sociais e educacionais, tendo em vistas que a compreensão dessas variáveis permite a identificação de fatores de vulnerabilidade e fortalezas no núcleo familiar, possibilitando a implementação de estratégias mais assertivas para o acompanhamento e suporte desses indivíduos.

Nesse contexto, com base nos dados fornecidos pelos responsáveis, verificou-se que, em 83,13% dos casos, as mães exercem a responsabilidade integral sobre os socioeducandos (Gráfico 38). Essa informação proporciona uma visão detalhada da estrutura familiar e das redes de apoio disponíveis para esses jovens, permitindo a identificação de possíveis lacunas que demandam intervenções específicas.

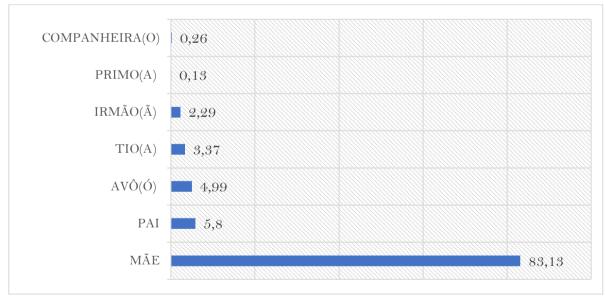


Gráfico 38 - Responsável Familiar por grau de parentesco.

Fonte: ASPLAN, 2024.

Ao serem incorporados no sistema socioeducativos são coletados os dados completos dos socioeducandos e dos seus familiares para monitoramento e avaliação da política pública de socioeducação desenvolvida no estado do Maranhão, neste sentido apresentamos os dados referentes a análise do estado civil dos responsáveis pelos adolescentes e jovens (gráfico 39).

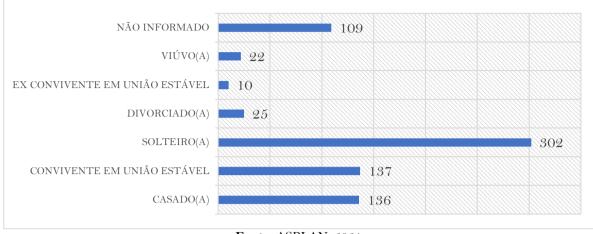


Gráfico 39 - Caracterização dos responsáveis familiares por estado civil

Fonte: ASPLAN, 2024.

A análise do gráfico de caracterização dos responsáveis familiares dos socioeducandos revela que a maioria desses adolescentes e jovens provém de lares chefiados por responsáveis solteiros, totalizando 302 casos. Esses dados mostram que grande parte dos socioeducandos enfrentam desafios relacionados à ausência de um segundo responsável no núcleo familiar, o que impacta tanto a supervisão quanto o suporte social e financeiro oferecido.

A predominância de responsáveis solteiros pode indicar uma maior sobrecarga parental, dificultando o acompanhamento adequado durante o cumprimento das medidas socioeducativas. Assim, evidencia-se a diversidade dos contextos familiares e a necessidade de abordagens diferenciadas para garantir um acompanhamento dessas famílias aos socioeducandos de forma eficaz, tanto durante como depois da medida, considerando as particularidades de cada núcleo familiar.

Outro aspecto relevante a ser analisado é o nível de escolaridade dos familiares (Gráfico 40), considerando sua influência direta na formulação de estratégias de acompanhamento dos socioeducandos durante e após o cumprimento das medidas socioeducativas. A escolarização dos responsáveis impacta não apenas a forma como esses adolescentes e jovens são orientados e apoiados em seu desenvolvimento, mas também reflete o contexto socioeconômico e cultural do núcleo familiar ao qual estão inseridos.

A escolarização dos responsáveis pelos socioeducandos revela um cenário em que a baixa escolaridade predomina, o que pode impactar diretamente o suporte educacional e social oferecido a esses adolescentes e jovens. O maior grupo identificado corresponde aos responsáveis com ensino fundamental incompleto (246 casos), evidenciando uma limitação significativa na formação educacional, o que pode dificultar o incentivo à escolarização dos socioeducandos e comprometer sua trajetória acadêmica e profissional.

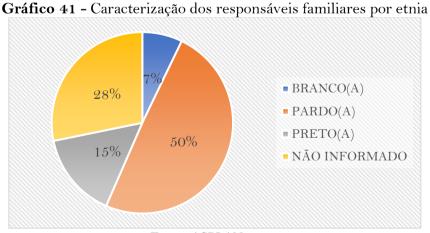
109 NÃO INFORMADO 30 NUNCA FREQUENTOU ESCOLA **-** 69 ALFABETIZADO 2 PÓS-GRADUAÇÃO (LATO SENSO) COMPLETO ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO **1**3 ENSINO SUPERIOR COMPLETO 50 ENSINO MÉDIO INCOMPLETO ENSINO MÉDIO COMPLETO 246 ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO 131 ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

Gráfico 40 - Caracterização dos Familiares quanto à escolarização

Fonte: ASPLAN, 2024.

A predominância de baixa escolaridade reforça a necessidade de políticas públicas voltadas não apenas à educação dos socioeducandos, mas também ao fortalecimento da escolarização e qualificação de seus responsáveis, promovendo um ambiente mais favorável ao desenvolvimento social e à reinserção desses adolescentes na sociedade.

Outro ponto a ser notado é a etnia dos responsáveis pelos adolescentes e jovens atendidos pela Fundação, os quais em grande maioria identificam-se como pardos, representando 50% do total, seguido por responsáveis que se identificam como pretos (Gráfico 41). A presença expressiva de determinados grupos étnicos reforça a necessidade de compreender melhor a relação entre fatores raciais e a inserção no sistema socioeducativo, sendo imprescindível a articulação dos poderes públicos e das políticas socieis essenciais.



Fonte: ASPLAN, 2024.

Com essas informações, é possível desenvolver ações mais direcionadas e eficazes, garantindo a equidade no acesso a direitos e serviços, além de subsidiar estratégias para a redução das desigualdades raciais. Importante ressaltarmos que a elevada taxa de não

informação reforça a necessidade de aprimorar os métodos de coleta de dados, garantindo maior precisão na formulação de políticas voltadas à inclusão social, ao fortalecimento das famílias e à prevenção da reincidência infracional.

A análise das condições socioeconômicas dos responsáveis familiares é realizada por meio de diferentes indicadores, incluindo renda, condição de moradia, tipo de habitação e acesso a saneamento básico. Esses fatores permitem uma compreensão mais ampla da realidade social dos adolescentes e jovens ingressos no sistema socioeducativo, possibilitando a identificação de padrões de vulnerabilidade e risco social.

Com base nos critérios metodológicos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observa-se que a maior parte dessas famílias pertence à Classe Baixa, especificamente às classes D e E. Isso se evidencia pelo fato de que 79% dos responsáveis declaram possuir renda dentro das categorias "menos de 1 salário mínimo" e "de 1 a 2 salários mínimos", indicando um contexto socioeconômico de vulnerabilidade (Gráfico 42).

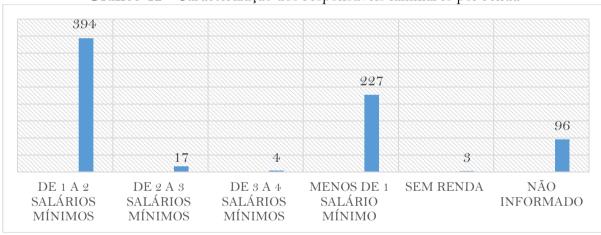


Gráfico 42 - Caracterização dos responsáveis familiares por renda

Fonte: ASPLAN, 2024.

Além da renda, a análise da condição de moradia e do acesso a serviços essenciais, como abastecimento de água, rede de esgoto e coleta de lixo, são fundamentais para entender a vulnerabilidade social dessas famílias. A precariedade habitacional, caracterizada por moradias improvisadas, aluguéis em comunidades periféricas e ausência de saneamento básico, pode agravar a situação de risco desses jovens, ampliando sua exposição a contextos de exclusão e marginalização.

As condições de moradia declaradas pelos responsáveis familiares indicam que a maioria reside em casa própria, representando 68,3% do total de atendidos no ano de 2024, conforme demonstrado no Gráfico 43. Esse dado sugere um certo nível de estabilidade

habitacional dentro desse grupo, porém, não necessariamente reflete boas condições estruturais ou acesso a infraestrutura básica adequada.



Gráfico 43 - Caracterização quanto a condição de moradia

Fonte: ASPLAN, 2024.

Os dados indicam que, apesar da predominância de moradia própria, esse fator não necessariamente reflete boas condições habitacionais, pois muitas dessas residências podem estar em áreas de vulnerabilidade, com infraestrutura precária, sendo que os dados apontam também um percentual significativo de domicílios alugados e cedidos, o que evidencia instabilidade habitacional, refletindo uma dependência econômica e social.

Para um aprofundamento na análise das condições habitacionais, é fundamental compreender não apenas a estrutura social e econômica de suas famílias, mas também o ambiente físico para onde retornarão após o cumprimento da medida. O tipo de moradia exerce um papel crucial nesse contexto, pois influencia diretamente a qualidade de vida, o acesso a serviços básicos e a estabilidade do núcleo familiar.

A avaliação da estrutura física das residências dos responsáveis fornece um panorama mais preciso das condições de habitação e dos desafios enfrentados por essas famílias, e conforme os dados levantados, 85,7% dos responsáveis declararam residir em casas de alvenaria, o que sugere um padrão construtivo mais resistente e duradouro em comparação a outros tipos de habitação (Gráfico 44).

No entanto, a predominância de moradias de alvenaria não implica necessariamente que essas residências ofereçam condições adequadas de habitabilidade, pois muitas podem estar localizadas em áreas de risco, sem acesso regular a saneamento básico, água potável ou eletricidade. Além disso, 3% dos responsáveis informaram residir em casas de taipa, um material estruturalmente mais frágil e frequentemente associado a condições precárias,

enquanto 0,1% vivem em habitações de tábua, o que evidencia um grau ainda maior de vulnerabilidade.

Gráfico 44 - Caracterização quanto ao tipo de moradia

NÃO INFORMADA

TÁBUA

TAIPA

22

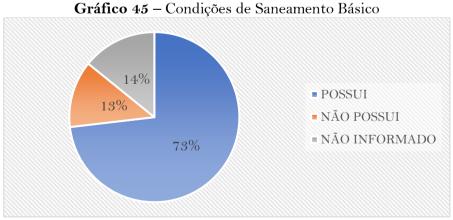
ALVENÁRIA

630

Fonte: ASPLAN, 2024.

O saneamento básico, assim como as condições de moradia e a infraestrutura das edificações, exerce um impacto significativo na qualidade de vida do socioeducando, especialmente em seu processo de reintegração ao núcleo familiar e social. A disponibilidade desse serviço essencial influencia diretamente fatores como saúde, bem-estar e prevenção de doenças, além de refletir no ambiente domiciliar e na estruturação das condições de vida.

A análise dos dados sobre as condições de saneamento básico demonstra que 73% dos lares dos responsáveis pelos socioeducandos possuem acesso ao saneamento básico, indicando uma predominância na oferta desse serviço dentro do grupo estudado (Gráfico 45). No entanto, a existência de uma parcela que não dispõe desse recurso ou cuja informação não foi fornecida sugere desigualdades na infraestrutura habitacional.



Fonte: ASPLAN, 2023.

A análise do perfil socioeconômico das famílias dos socioeducandos revela um cenário marcado por vulnerabilidade social, caracterizado por baixa renda, precariedade habitacional e acesso limitado a serviços essenciais. Os indicadores utilizados, como renda familiar, tipo de

moradia e acesso ao saneamento básico, permitem compreender as condições de vida desses responsáveis e os desafios enfrentados pelos adolescentes e jovens ao retornarem ao convívio familiar, onde os responsáveis declararam renda de até dois salários mínimos, evidenciando um contexto de restrição econômica e muitas vezes com dependência de políticas públicas para a manutenção de suas necessidades básicas.

Além da renda, a condição de moradia e a infraestrutura habitacional são fatores determinantes para avaliar a vulnerabilidade dessas famílias, sendo que a maioria dos responsáveis declarou residir em casa própria, embora não necessariamente assegure boas condições estruturais. Haja vistas que ao analise-se a tipologia das residências 3% vivem em moradias de taipa e 0,1% em habitações de tábua, representando um padrão construtivo mais frágil. No entanto, 85,7% das famílias habitam casas de alvenaria, um material mais resistente e durável, mais que estas residências de alvenaria podem estar situadas em áreas de risco ou carecer de infraestrutura básica, ampliando a exposição dessas famílias a condições adversas.

O acesso ao saneamento básico é outro fator essencial para a qualidade de vida e saúde das famílias, impactando diretamente a reintegração social dos socioeducandos. No entanto, a existência de um percentual significativo de famílias sem acesso adequado a abastecimento de água, esgoto e coleta de lixo reflete desigualdades na infraestrutura urbana e rural.

3.1.3 Escolarização

O acesso à educação para os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa compreende um caminho para a desvinculação da prática do ato infracional, fortalecimento do projeto de vida e construção de novos sonhos. A escolarização é assegurada por meio de ação intersetorial com a Secretaria de Estado de Educação - SEDUC e secretarias municipais, algo que está em conformidade com o princípio de incompletude institucional, conforme as Diretrizes Nacionais definidas pela Resolução nº 3, de 13 de maio de 2016, do Conselho Nacional de Educação. Essa resolução estabelece que o atendimento escolar deve ser estruturado de forma colaborativa, considerando as especificidades de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e promovendo sua reintegração social por meio da educação (Art. 5°, CNE/CEB).

A SEDUC disponibiliza professores efetivos e contratados, especificamente para o atendimento socioeducativo, fardamento e material didático. A Funac, por sua vez, disponibiliza a infraestrutura dentro dos centros socioeducativos (as casas de semiliberdades não contam com salas de aula em sua estrutura, tendo em vista que os adolescentes e jovens em cumprimento dessa medida vão até as unidades escolares) e apoio de equipe técnica e

pedagogos para o planejamento e acompanhamento da rotina escolar, adequando conteúdos e metodologia à realidade socioeducativa. Tais ações estão alinhadas aos princípios estabelecidos na Resolução, como a valorização da identidade e a garantia de direitos educacionais, com o reconhecimento das diferenças e o enfrentamento de qualquer forma de discriminação (Art. 4°, CNE/CEB).

Destaca-se que nesse ano 2024, todos os socioeducandos que cumpriram medida de internação e/ou semiliberdade no sistema socioeducativo foram regularmente matriculados e os adolescentes e jovens que deram entrada no atendimento inicial e internação provisória foram inseridos em atividades educacionais.

A escolarização é ofertada⁸ na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), por ser metodologicamente a mais adequada ao perfil do público atendido, contemplando muitas das vezes o contexto de distorção idade e série (Gráfico 46).

Não informado Nunca frequentou a escola Analfabeto funcional 4° EM/ Profissionalizante 2º EM/ Profissionalizante 1° EM/Profissionalizante EJA EM -2^a etapa (3^o ano) EJA EM - 1ª etapa (1º e 2º ano) 165 EJA EF – 4^a etapa (8^o e 9^o ano) 219 EJA EF – 3ª etapa (6º e 7º ano) 213 EJA EF – 2ª etapa (4º e 5º ano) 69 EJA EF- 1^a etapa (1°, 2° e 3° ano)

Gráfico 46 – Perfil educacional dos socioeducandos no ato da matricula na escolarização no âmbito do sistema socioeducativo

Fonte: ASPLAN, 2024.

No contexto da educação formal no sistema socioeducativo, o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos para Pessoas Privadas de Liberdade (ENCCEJA PPL) representa uma importante oportunidade para a regularização educacional dos socioeducandos. Em 2024, cinco centros foram cadastrados para a realização do exame, totalizando 58 inscritos para certificação do ensino fundamental e ensino médio. Esse número reflete a adesão ao programa de educação, essencial para a reinserção social e profissional dos adolescentes e jovens atendidos.

⁸ No que concerne aos socioeducandos em medida de semiliberdades, a oferta é realizada no ambiente da própria escola e a modalidade depende a analise pedagógica, tendo em vista aspectos como idade e série.

Os resultados indicam que, dos 58 inscritos, 10 socioeducandos obtiveram certificação, sendo oito na Grande Ilha e dois na Região Tocantina. Dentre os centros cadastrados, o Centro Socioeducativo de Internação de São Cristóvão apresentou o maior número de certificações, com oito aprovados. Essa iniciativa reforça a importância da educação como eixo fundamental na socioeducação, oferecendo novas perspectivas para os adolescentes e possibilitando avanços na formação acadêmica e profissional.

A participação no ENCCEJA PPL demonstra o compromisso da FUNAC com a educação dos socioeducandos, alinhando-se às diretrizes de ressocialização e reinserção social (Tabela 05). Além da certificação acadêmica, a iniciativa contribui para o fortalecimento da autoestima e amplia as oportunidades de acesso a programas de qualificação e mercado de trabalho, promovendo uma trajetória mais promissora para os jovens atendidos.

Tabela 05 - Inscritos no ENCCEJA - PPL

Centro	Inscritos	Certificados
Grande Ilha	44	8
Centro Socioeducativo de Internação Sítio Nova Vida	07	0
Centro Socioeducativo Florescer	06	0
Centro Socioeducativo de Internação de São José de Ribamar	11	0
Centro Socioeducativo de Internação de São Cristóvão	20	08
Região Tocantina	14	02
Centro Socioeducativo de Internação Semear	14	02
Total geral	58	10

Fonte: ASPLAN, 2024.

A fundação conta com projetos educativos implementados nos Centros Socioeducativos visam aprimorar a metodologia de ensino e enriquecer os conteúdos educacionais, alinhandose às normativas da Política de Educação. Essas iniciativas buscam o desenvolvimento das habilidades e competências dos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, proporcionando oportunidades para a construção do conhecimento e a valorização da leitura.

No Centro Socioeducativo de Internação Provisória Canaã, destacam-se os projetos Espaço de Leitura "João do Vale", Poesia a Gente Inventa e Leitura: Poesia e Cordel. Já no Centro Socioeducativo de Internação Provisória da Região dos Cocais, foram desenvolvidos os projetos Leitura O Sabiá, Tempo de Aprender, Conectados, Resgatando Valores: Ética, Moral e Religião e Tabuada.

O Centro Socioeducativo de Internação Provisória da Região Tocantina promove o projeto de leitura *Quarta Literária* e um programa de reforço escolar e alfabetização. No Centro

Socioeducativo Florescer, são desenvolvidos os projetos *Uma Viagem no Mundo do Conhecimento* e *Viajando com a Leitura*.

Os projetos de incentivo à leitura também são aplicados em medidas de internação e semiliberdade, fortalecendo o aprendizado. O Centro Socioeducativo de Internação do São Cristóvão promove os projetos *Leitura na Escola* e *Caixa de Leitura*. O Centro Socioeducativo de Internação Sítio Nova Vida desenvolve o projeto *Viajando com os Livros*, enquanto o Centro Socioeducativo de Internação de São José de Ribamar mantém ações de incentivo à leitura e reforço escolar. No Centro Socioeducativo de Semiliberdade de Timon, são realizados os projetos *Nas Ondas da Leitura* e *Alfabetização*.

O Centro Socioeducativo de Internação Semear conta com os projetos *Datas Comemorativas, Reforço Escolar, Semeando a Leitura e Escrita* e *Educação, Esporte e Saúde.* Já o Centro Socioeducativo de Semiliberdade Cidadã implementa o projeto *Mala Viajante*, além de elaborar novas iniciativas voltadas para a formação educacional.

3.2 AÇÃO 6051 - FORMAÇÃO DE OPERADORES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

A Ação 6051 que trata da "Formação de Operadores do Sistema Socioeducativo" tem como finalidade a capacitação e o aprimoramento contínuo dos profissionais que atuam na execução das medidas socioeducativas, esta iniciativa contempla a formação de socioeducadores, técnicos administrativos, assessores, diretores e demais agentes envolvidos no atendimento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas no estado do Maranhão. A qualificação desses profissionais é essencial para a implementação de práticas pedagógicas e socioeducativas mais eficazes, alinhadas às diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e aos princípios dos direitos humanos.

A execução dessa ação ocorre por meio da Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA), instituição responsável por ofertar formação continuada para os operadores do sistema socioeducativo (com ênfase a formação dos servidores da FUNAC – atendimento no meio fechado, mais também oferta formações a profissionais que atuam no meio aberto).

A ESMA segue uma unidade metodológica e curricular estruturada, garantindo padronização e qualidade nos processos formativos. Além disso, a escola está vinculada à Escola Nacional de Socioeducação (ENS), conforme estabelecido pela Portaria Conjunta nº 01/05 de setembro de 2016 (SEDIHPOP/FUNAC), publicada no Diário Oficial do Estado do Maranhão. Dessa forma, a Ação 6051 fortalece a qualificação profissional, contribuindo diretamente para a melhoria do atendimento socioeducativo no estado.

3.2.1 Escola de Socioeducação do Maranhão – ESMA

A Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA) desempenha um papel fundamental na capacitação contínua dos profissionais do Sistema Socioeducativo do estado. Em 2024, a instituição consolidou suas ações formativas por meio da implementação de Trilhas Formativas, abrangendo áreas estratégicas como segurança socioeducativa, inteligência socioemocional, gestão administrativa e atendimento técnico (Tabela 06). Essas iniciativas foram fundamentais para aprimorar a atuação dos servidores, garantindo maior eficiência e humanização no atendimento aos adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

Tabela 06 – Principais áreas de formações realizadas e público participante

Área de Formação	Público-Alvo
Segurança Socioeducativa	Educadores sociais e supervisores
Inteligência Socioemocional e Comunicação	Diversos servidores
Gestão e Rotinas Administrativas	Administrativos e gestores
Atendimento Sociopedagógico	Técnicos e coordenadores
Educação e Práticas Restaurativas	Professores e pedagogos
Defesa Pessoal e Controle de Conflitos	Educadores sociais e segurança
Manipulação de Alimentos	Cozinheiros e auxiliares
Formação para Serviços Gerais	Profissionais de apoio

Fonte: ESMA; ASPLAN, 2024.

As ações formativas da ESMA buscaram alinhar teoria e prática, proporcionando aos profissionais um aprofundamento nas diretrizes do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). Além disso, a Escola ampliou sua atuação para públicos externos, como profissionais do meio aberto e operadores do sistema socioeducativo de outros estados. A modalidade híbrida, com formações presenciais e online, também permitiu maior adesão às atividades, facilitando a integração formativa dos profissionais das regionais do sistema socioeducativo.

No ano de 2024, um total, 1.218 certificações foram emitidas (Gráfico 47), refletindo o compromisso da instituição com a qualificação profissional dos seus servidores. Importante destacar que a Fundação por meio da ESMA vem estimulando a entrada de servidores em programas de pós-graduação (especialização e mestrados e doutoras) visando a melhoria do trabalho institucional e o aprimoramento profissional na socioeducação.

A análise da tabela apresentada revela a evolução das certificações concedidas ao longo dos últimos cinco anos, e com isso observa-se que o ano de 2020 registrou o maior número de certificados emitidos, atingindo um total de 1.579. No entanto, esse número sofreu uma queda significativa em 2021, reduzindo-se para 1.163 (o menor volume do período analisado) esse

declínio pode estar associado a desafios enfrentados durante a pandemia da COVID-19, que impactaram diretamente a realização de cursos e capacitações presenciais.



Gráfico 47 – Certificação de operadores do sistema socioeducativo

Fonte: ESMA; ASPLAN, 2024.

Nos anos subsequentes, houve uma tendência de recuperação, com o número de certificações aumentando para 1.272 em 2022 e 1.315 em 2023. Esse crescimento indica a retomada gradual das atividades formativas e uma maior adesão dos profissionais às capacitações promovidas. Entretanto, em 2024, verifica-se uma nova queda no total de certificados, chegando a 1.213. Esse leve decréscimo pode estar relacionado a mudanças na oferta de cursos, ajustes nas políticas de formação ou variações na participação dos inscritos.

Dessa forma, a análise dos dados sugere que, apesar das oscilações, há um esforço contínuo na capacitação dos profissionais do sistema socioeducativo. Para os próximos anos, seria interessante investigar os fatores que levaram à redução em 2024 e adotar estratégias para ampliar a adesão às formações, garantindo uma qualificação constante e eficaz dos operadores do sistema.

Neste sentido a perspectivas é que para 2025, a ESMA tenha avanços significativos nas formações, ampliando seu alcance e aprimorando suas metodologias. Entre as principais iniciativas para o próximo ano, destacam-se:

- ✓ Aprimoramento da Segurança Socioeducativa ampliação das capacitações em defesa pessoal, gestão de crises e mediação de conflitos.
- ✓ Implementação de uma Plataforma Digital de Ensino desenvolvimento de um sistema para oferta de cursos online e gerenciamento de certificações.
- ✓ Formações em Inteligência Socioemocional e Gestão de Pessoas capacitação dos servidores para aprimorar suas habilidades interpessoais e a condução de processos internos.

- ✓ Ampliação das Parcerias Institucionais fortalecimento da colaboração com a Rede de Escolas de Governo do Maranhão (REMAR) e instituições de ensino superior, garantindo maior diversidade e abrangência nas temáticas abordadas.
- ✓ Criação de Novas Trilhas Formativas expansão dos conteúdos para contemplar temas emergentes, como Justiça Restaurativa, Direitos Humanos e Políticas Públicas.

3.3 AÇÃO 6052 - CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS CENTROS SOCIOEDUCATIVOS

As ações de Conservação e Manutenção dos Centros Socioeducativos tem como finalidade a manutenção estrutural e qualitativa das instalações onde os adolescentes e jovens cumprem suas medidas socioeducativas. As obras e manutenções são geridas pela Secretaria de Governo do Maranhão – SEGOV e pela Secretaria de Estado de Infraestrutura – SINFRA, as quais tem a responsabilidade das execuções, cabendo à FUNAC o acompanhamento, fiscalização e monitoramento (Tabela 07):

Tabela 07 – Detalhamento orçamentário da ação 6052 (2024)

2 40 014 01 2 0 0411141110110 01 3411101104110 444 4340 0002 (2021)				
AÇÃO	ANO	DOTAÇÃO INICIAL	ATUALIZADO	EMPENHADO
6052 - Conservação e Manutenção dos Centros Socioeducativos - Adolescente Atendido (Unidade)	2024	1.050.000,00	166,271,00	0

Fonte: Lei nº 12.167, de 19 de dezembro de 2023 - Plano Plurianual - PPA 2024-2027 do Governo do Estado do Maranhão, 2023.

Destacamos como principais resultados nesta ação no ano de 2024, a Reforma e adequação do imóvel onde antes funcionava o Centro Socioeducativo de Internação Masculina de São Luís para funcionamento da Casa de Semiliberdade São Luís, inaugurada em março de 2024 e a reestruturação em uma nova fase das obras de constrição das futuras instalações da Fundação em Imperatriz.

As reformas também foram executadas nos Centros Socioeducativos, garantindo a infraestrutura necessária ao atendimento e ao trabalho de excelência da Fundação, como detalha a Tabela 08:

Tabela 08 – Construções e reformas nos Centros Socioeducativos executadas em 2024

MUNICÍPIO	CENTRO/CASA	OBRA	STATUS
São Luís	Escola de Socioeducação do Maranhão	Manutenção em telhado;Pintura em geral;Manutenção elétrica;Construção de rampa;	Concluído

		Instalação de guarda-corpo;Manutenção em ar condicionado;Troca de algumas portas e janelas.	
São Luís	Atendimento Inicial	 - Manutenção em portas de vidros; - Troca de painel de layout da fachada predial; - Manutenção em telhado (incompleta); - Pintura interna geral; - Instalação de plotagem. 	Concluído
São Luís	Centro Socioeducativo Florescer	 Manutenção em ar condicionado; Realização de pintura parcial no prédio; Manutenção em telhado e laje com revestimento de manta (parcial); Manutenção e pintura do portão de acesso de veículos; Instalação de coifa industrial na cozinha; Reativação da cisterna da unidade; Instalação de bomba para jogar água da cisterna para a caixa d'água; Manutenção elétrica; Manutenção em ar condicionado; Realização de pintura parcial no prédio. 	Concluído
São Luís	Centro Socioeducativo de Internação Provisória Canãa	 Capina; Instalação de grades para sala de ligação; Substituição piso da cozinha; Manutenção em manta asfáltica da cobertura do refeitório; Pintura dos alojamentos; Automação das bombas de combate à incêndio; Substituição de 05 kits de mangueiras de hidrante 15m, esguicho regulável e chave storz; Manutenção em ar condicionados; Pintura da coordenação de segurança; Manutenção hidráulica na lavanderia; Manutenção na iluminação; Pintura do depósito; Instalação de coifa na cozinha; Instalação de pia na cozinha para descongelamento; De alimentos; Pintura do teto do refeitório em duas partes; Pintura do teto da cozinha; Demolição das bases de sustentação das pias dos alojamentos; Revestimento dos alojamentos; Revestimento dos alojamentos; Impermeabilização que não está na planilha; Pintura de duas portas; Troca de trinco; Esgotamento de fossa 30 mil litros; Pintura das paredes na sala de ligação. 	
São Luís	Centro Socioeducativo de	 - Pintura das paredes na sala de ligação. - Substituição dos suportes dos ar condicionados; - Capina; 	

	Internação São	- Substituição de 02 vasos;	
	Cristóvão	 Substituição de trincos; Manutenção em ar condicionado; Manutenção nos banheiros da área administrativa; Substituição de 05 kits de mangueiras de hidrante 15m, esguicho regulável e chave storz; Reparo e manutenção nas portas; Manutenção elétrica; Infiltração na enfermaria; Automação da bomba do sistema de combate á incêndio; Troca de porta por grade no corredor do almoxarifado; Manutenção na pia, coifa e instalação elétrica da cozinha; Substituição de vaso na sala de monitoramento. 	
São José de Ribamar	Centro Socioeducativo de Internação São José de Ribamar	 Capina; Substituição de kits de mangueiras de hidrante, esguicho regulável e chave storz Pintura; Substituição de vasos sanitários e recuperação; Manutenção em grades dos alojamentos Revisão elétrica nos setores; Manutenção hidráulica; Manutenção de ar condicionados; Revisão e manutenção no sistema GLP; Impermeabilização e pintura dos corredores; Reparo hidráulico em todas as pias da unidade; Instalação de refletores nos corredores; Substituição de vasos sanitários e recuperação. 	Concluído
Paço do Lumiar	Centro Socioeducativo de Internação Sítio Nova Vida	 Pintura em geral; Manutenção elétrica; Manutenção hidráulica; Instalação de tela moeda nas janelas dos alojamentos; Construção de uma sala profissionalização; Troca de janelas; Capina contínua; Mudança de forro de algumas salas; Construção de 02 banheiros no galpão da alfaiataria; Reconstrução de telhado da parte da frente da unidade; Esgotamento de fossa séptica; Manutenção em telhado; 	
Imperatriz	Centro Socioeducativo de Internação Semear	 Reconstrução do muro lateral; Levantamento de pilastra pra Caixa d'água; Ampliação da cozinha. 	Concluído
Imperatriz	Centro Socioeducativo de Internação	- Pintura em salas (educadores e biblioteca);- Ampliação da cozinha;- Manutenção superficial em telhado.	Concluído

	Provisória da Região Tocantina		
Imperatriz	Casa de Semiliberdade Cidadã	 Pintura geral; Revisão elétrica; Manutenção em portas; Trocas de vasos e manutenção hidráulica nos banheiros; Revisão hidráulica na cozinha. 	Concluído
Timon	Centro Socioeducativo de Internação Provisória Timon	 Construção de sala de descanso de educadores (em execução); Construção do depósito (em execução); Manutenção geral em telhado; Pintura; Manutenção na parte hidráulica; Manutenção elétrica; Substituição de portas e trincos. 	Concluído
Timon	Casa de Semiliberdade de Timon	 Pintura geral no Centro; Manutenção em telhado; Manutenção elétrica; Interligação da fossa séptica a rede pública de esgoto; Manutenção hidráulica; Reformada rampa de acesso; Troca de porta de acesso, vivência; Pintura portão principal; Troca de caixas de descarga; Pintura nas grades dos quartos; Paisagismo; Manutenção em ar condicionado; Substituição de bomba d'água; Troca de revestimento de piso área externa. 	Concluído

Fonte: SEGOV/SINFRA/USA/ASPLAN, 2024.

Os investimentos e obras realizadas refletem a preocupação com a qualidade da assistência prestada aos adolescentes e jovens, garantindo espaços mais seguros e funcionais. A padronização das intervenções, aliada ao monitoramento contínuo, possibilita a manutenção das unidades em condições adequadas de funcionamento. O planejamento estratégico dessas ações reforça o compromisso da FUNAC com a eficiência na execução das medidas socioeducativas, assegurando que os centros ofereçam um ambiente propício à ressocialização dos socioeducandos.

3.4 AÇÃO 6053 - PROFISSIONALIZAÇÃO DE ADOLESCENTES E JOVENS

A ação 6053 identificada como "Profissionalização de Adolescentes e Jovens" foi criada durante a elaboração do PPA para o ciclo 2024 – 2027, e tem como objetivo proporcionar qualificação profissional aos socioeducandos, favorecendo sua reintegração social e ampliando suas perspectivas no mercado de trabalho. A iniciativa está alinhada com as diretrizes do

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e busca garantir que adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas tenham acesso a cursos profissionalizantes, oficinas práticas e atividades de formação técnica.

A ação vem para desempenhar um papel essencial na redução da reincidência infracional, ao oferecer alternativas concretas para a construção de um novo projeto de vida. Através de parcerias com instituições de ensino e organizações do setor produtivo, são disponibilizadas oportunidades de capacitação em diversas áreas, alinhadas às demandas do mercado local.

A profissionalização no cumprimento da medida socioeducativa é um direito garantido pela Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), especificamente nos artigos 69 e 124, inciso XI. Essa qualificação é essencial para proporcionar maior satisfação pessoal e inserção social aos adolescentes e jovens, refletindo diretamente em sua autoestima e no desenvolvimento de novas perspectivas de vida.

No contexto do atendimento socioeducativo, a formação profissional está alinhada ao Plano Individual de Atendimento (PIA), assegurando a personalização do processo educacional e profissionalizante conforme as necessidades e potencialidades de cada jovem. As ações de qualificação desenvolvidas pela FUNAC estão fundamentadas nos princípios do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) e no Projeto Político sociopedagógico (PPS), que estabelecem diretrizes para um atendimento humanizado e qualificado.

A profissionalização é direcionada à capacitação dos adolescentes e jovens, preparandoos para o mundo do trabalho e ampliando suas oportunidades de reinserção social. O estabelecimento de parcerias fortalece a garantia de espaços voltados à aprendizagem e ao desenvolvimento profissional, pessoal e intelectual, contribuindo para o processo de socialização e ressignificação de valores e condutas.

Com o objetivo de assegurar a capacitação e profissionalização de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas, o Governo do Estado do Maranhão, por meio da FUNAC, estabeleceu convênio com o IEMA para a oferta de cursos de qualificação profissional em todas as unidades socioeducativas da Fundação.

Entre os anos de 2020 e 2024, foram investidos R\$ 875.000,00 nas ações de formação e capacitação profissional, contemplando tanto os socioeducandos quanto os egressos do sistema. Esses investimentos visam ampliar as oportunidades de reinserção social, proporcionando habilidades técnicas e favorecendo a inclusão no mercado de trabalho.

A parceria com o IEMA fortalece a implementação de cursos alinhados às demandas do setor produtivo, garantindo que os adolescentes e jovens tenham acesso a uma formação

qualificada. Dessa forma, a iniciativa contribui para a ressocialização efetiva, promovendo autonomia e reduzindo os índices de reincidência no sistema socioeducativo.

Em 2024, o aporte do recurso repassado ao IEMA para oferta de cursos foi de R\$ 250.000,00, seguindo os termos do convênio 01/2024 firmado entre as instituições, o que resultou no aprimoramento dos cursos pela contratação dos professores e aquisição de materiais necessários a execução das atividades.

Além do convênio a FUNAC dispõe de oficinas-escola permanentes, idealizadas pela instituição e seus profissionais, com o objetivo de promover a capacitação profissional dos adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa. Esse modelo de qualificação é complementado por parcerias estratégicas com instituições como o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE), o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e empresas do setor de instalação e manutenção, como o SIMATEC, fortalecendo a formação técnica e empreendedora dos socioeducandos.

Adicionalmente, a FUNAC promove a integração dos adolescentes e jovens ao mercado de trabalho por meio do suporte oferecido pelo Programa Jovem Aprendiz, possibilitando estágios e experiências práticas que favorecem a transição para o ambiente profissional. Essas iniciativas visam não apenas a qualificação técnica, mas também o desenvolvimento de competências socioemocionais, essenciais para a construção de trajetórias autônomas e bemsucedidas no mundo do trabalho.

Neste sentido os dados do Gráfico 48, nos apresentam a evolução do número de certificações garantidas por meio da oferta da profissionalização aos socioeducandos em comprimento de medida socioeducativa na instituição.

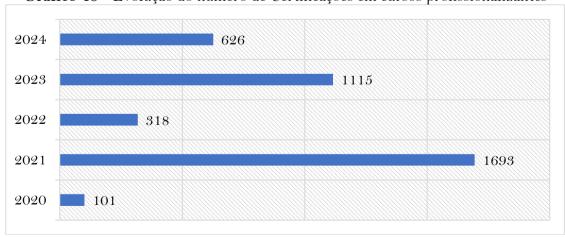


Gráfico 48 - Evolução do número de Certificações em cursos profissionalizantes

Fonte: CPSE; ASPLAN, 2024.

Em 2024 a FUNAC disponibiliza capacitação nas áreas de artesanato e moda, gestão de pessoas e assistência administrativa, empreendedorismo e tecnologias, linguagem e suas aplicações, além da agroecologia, cerificando 421 (instituições parceiras - 88 e IEMA - 333) socioeducandos (Tabela 09). Essas formações são realizadas por meio de parcerias e convênio com instituições certificadoras, que desenvolvem metodologias adequadas à realidade dos adolescentes e jovens privados de liberdade, sendo discutidos e elaborados em conjunto com as equipes dos centros socioeducativos e da diretoria técnica da Fundação.

Tabela 09 – Cursos permanentes nos centros socioeducativos.

CURSOS / OFICINAS	TOTAL
	4
	7
	7
	8
	7
	6
	6
	7
	5 7
	10
	10
	7
	15
	5
	5
	5
	10
	5
	8
	8
Pintura Predial (IEMA)	6
Manutenção de Celular -(IEMA)	10
Barbeiro Básico I (IEMA)	8
Barbeiro Básico II (IEMA)	8
Instalador Hidráulico	5
Eletricista Predial	5
Informática Básica (Word e Excel)	8
Informática Básica (avançada)	4
Informática Básica (Word e Excel)	5
	9
	10
Confecção de bijuterias	10
Artesanato Diversos	10
Artesanato Diversos - Módulo II	14
	4
	9
	10
	24
	10
	9
	10
	5
Pintura Predial (IEMA)	5
	Barbeiro Básico I (IEMA) Barbeiro Básico II (IEMA) Instalador Hidráulico Eletricista Predial Informática Básica (Word e Excel) Informática Básica (avançada) Informática Básica (Word e Excel) Decoração de sandálias Lettering (básico) Confecção de bijuterias Artesanato Diversos Artesanato Diversos Artesanato Diversos - Módulo II Fabricação de móveis em pallet (IEMA) Barbeiro (IEMA Fabricação de móveis em pallet (IEMA) Informática Básica - Escola do Futuro Fabricação de móveis em pallet (IEMA) Barbeiro I (IEMA Barbeiro II (IEMA Barbeiro II (IEMA

CCIDDC T'	I C 'A' D' ' (IEMA)	10
CSIPRC - Timon	Informática Básica - (IEMA)	10
CSIPRC - Timon	Barbeiro I (IEMA	10
CSIPRC - Timon	Barbeiro II (IEMA	5
CSIPRC - Timon	Instalação de câmera de vídeo monitoramento	5
Casa de Semiliberdade - Timon	Informática Básica - IEMA	5
Casa de Semiliberdade - Timon	Instalação de câmera de vídeo monitoramento	2
Casa de Semiliberdade - Timon	Barbeiro (IEMA)	5
Casa de Semiliberdade - Timon	Reparador e montagem de computador	5
Casa de Semiliberdade - Timon	Curso de Padeiro	1
Casa de Semiliberdade - Timon	Eletricista residencial	1
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Barbeiro	1
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Informática Básica e Excel	2
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Marceneiro	3
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Oficina de comidas Típicas	2
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Luminária	2
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Torneiro mecânico	1
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Eletricista Predial	1
Casa de Semiliberdade - Cidadã	Informática Excel	1
Casa de Semiliberdade São Luís	Projeto Potência Jovem	9

Fonte: CPSE; ASPLAN, 2024.

A diversidade de cursos ofertados no sistema socioeducativo do Maranhão permite que os socioeducandos explorem diferentes aptidões e adquiram conhecimentos variados, aumentando suas chances de inserção no mercado de trabalho. Desde atividades voltadas para a produção artesanal, como a confecção de chinelos e uniformes, até formações ligadas ao setor alimentício e agropecuário, os cursos são estruturados para atender diferentes perfis e interesses, garantindo formação técnica e incentivando o empreendedorismo.

Neste sentido a Fundação conta com projeto próprio de oferta de curso a partir das oficinas escola, sendo um Projeto de profissionalização que visa qualificar adolescentes e jovens privados de liberdade, preparando-os para o mercado de trabalho e funciona em conjunto com as formações ofertadas pelo IEMA e instituições parceiras.

A iniciativa que tem sua reestruturação e ampliação em 2021, e conta atualmente com 11 unidades fixas nos centros socioeducativos - oficinas-escola, e abrange cursos e oficinas em diversas áreas, como educação alimentar, produção de chinelos, horticultura e barbearia, promovendo aprendizado prático e desenvolvimento de habilidades.

• CENTROS SOCIOEDUCATIVOS E CURSOS OFERTADOS

Grande Ilha:

- ✓ CSISC: Oficina Escola de Chinelos, Barbearia Escola.
- ✓ CSISJR: Padaria Escola, Horticultura Escola, Aviário Escola e oficina de psicultura.
- ✓ CSISNV: Alfaiataria Escola.
- ✓ CSF: Salão de Beleza.

Região Tocantina:

✓ CSIS: Barbearia Escola, Horticultura Escola.

Região dos Cocais:

- ✓ CSIPRC: Barbearia Escola, Horticultura Escola.
- DESCRIÇÃO DOS CURSOS E OFICINAS
- ✓ Padaria Escola: Produção de pães, bolos e salgados, com certificação pelo IEMA.
- ✓ Alfaiataria Escola: Confecção de uniformes e itens têxteis.
- ✓ Barbearia Escola: Corte de cabelo e visagismo.
- ✓ Salão de Beleza: Estética e cuidados pessoais.
- ✓ Horticultura Escola: Cultivo de hortaliças e plantas medicinais.
- ✓ Aviário Escola: Criação de galinhas e produção de ovos.
- ✓ Oficina Escola de Chinelos: Fabricação artesanal de calçados.
- ✓ Oficina Escola de Psicultura: Introdução à criação e comercialização de pescado.

• IMPACTO E PERSPECTIVAS

Esses cursos ofertados por meio das oficinas-escola internas da Fundação permitem aos adolescentes e jovens um aprendizado prático e interativo além de fortalecer a reinserção social e produtiva dos socioeducandos, reduzindo a reincidência infracional e ampliando oportunidades. O as certificações em 2024 (Tabela 10) por meio desses cursos reforça o compromisso com o desenvolvimento humano e profissional dos adolescentes atendidos.

Tabela 10 - Certificação dos cursos permanentes da FUNAC

Centro Socioeducativo	Oficina Permanente	Total
CSI São José de Ribamar	Padaria Escola	30
CSI São José de Ribamar	Aviário e Psicultura	45
CSI São José de Ribamar	Horticultura	50
CSISão Cristóvão	Oficina Escola Barbearia	17
CSISão Cristóvão	Fábrica de Chinelos	29
CSISitio Nova Vida	Oficina Alfaiataria Escola	17
CSIPCanãa	Barbearia Escola	8
Casa de Semiliberdade São Luís	Horticultura	6

Fonte: CPSE: ASPLAN, 2024.

A oferta de profissionalização no âmbito da FUNAC busca consolidar a continuidade e o fortalecimento das oficinas-escola nos centros socioeducativos, contribuindo para o desenvolvimento de habilidades e potencialidades dos socioeducandos.

Esse processo é uma estratégia fundamental para alcançar a meta institucional de redução de 20% na reincidência dos adolescentes e jovens que cumprem medidas socioeducativas no período de quatro anos (2024-2027). Dessa forma, a profissionalização não apenas assegura o cumprimento do direito legalmente previsto, mas também se configura

como um instrumento essencial para a efetiva ressocialização e inserção digna no mercado de trabalho.

3.4.1 Egresso

O Programa de Egressos da FUNAC tem como objetivo acompanhar adolescentes após o cumprimento de medidas socioeducativas de internação provisória e/ou medida de internação, auxiliando sua reintegração à família, à escola e à comunidade. Essa iniciativa está em conformidade com o artigo 94, inciso XVIII, que estabelece a obrigação das entidades responsáveis por programas de internação de "manter programas destinados ao apoio e acompanhamento de egressos".

O acompanhamento dos adolescentes e jovens egressos busca reduzir a reiteração e reincidência na prática de atos infracionais. Além disso, o programa está alinhado à missão institucional da FUNAC e ao Projeto Político sociopedagógico, garantindo suporte contínuo a esses adolescentes e jovens no processo de reconstrução de seus projetos de vida.

Tal acompanhamento apresenta os seguintes objetivos:

Dar continuidade ao acompanhamento psicossocial, focando os principais aspectos: família, escolarização (conclusão dos estudos), inserção no mercado de trabalho;

Apoiar a família nas ações de prevenção e promoção de saúde em casos de dependência química;

Fortalecer a capacidade de proteção da família e do adolescente e jovem egresso, possibilitando a construção de novos projetos de vida.

No ano de 2024, a equipe responsável pelo programa acompanhou seis audiências concentradas nos meses de janeiro, março, maio, julho, setembro e novembro realizadas pelo Juizado da Infância e Juventude para reavaliação da medida nos Centros Socioeducativos da Região Metropolitana. Essa metodologia de avaliação favoreceu o diálogo da equipe com o juizado, estabelecendo o primeiro contato com a o socioeducando e familiar e informá-los sobre o serviço de acompanhamento a egressos.

Os dados do demonstrativo do público atendido pelo Programa de Egressos da FUNAC indicam que, ao longo do ano, 120 adolescentes receberam acompanhamento (Tabela

11). Desses, 64 foram desligados do programa, o que pode indicar o cumprimento dos objetivos propostos ou desafios na permanência desses jovens no acompanhamento. Entre os participantes, 37 foram matriculados na rede de educação, evidenciando a importância do programa na reinserção escolar.

Tabela 11 - Demonstrativo do público atendido no programa de egressos

Demonstrativo	Total
Acompanhados no ano	120
Desligados	64
Programa Jovem Aprendiz	20
Matriculados na rede de educação	37
Inseridos no mercado de trabalho	15

Fonte: CPSE/ASPLAN, 2024.

Observa-se que 20 jovens ingressaram no Programa Jovem Aprendiz e 15 conseguiram colocação no mercado de trabalho. Esses números demonstram o impacto positivo do programa na inclusão social e profissional dos egressos. No entanto, a diferença entre os matriculados na educação e os inseridos no trabalho sugere a necessidade de ampliar oportunidades de capacitação e empregabilidade para esses jovens, fortalecendo sua autonomia e diminuindo o risco de reincidência.

Os Centros Socioeducativos preparam os adolescentes, suas famílias e a comunidade em seu entorno para a sua reinserção social, por meio de atendimento às famílias e articulações intersetoriais com a rede socioassistencial dos territórios de origem dos adolescentes e jovens, e a equipe que acompanha os egressos realiza o monitoramento por meio de ligações telefônicas e visitas domiciliares.

A equipe busca também a atualização de informações sobre o cotidiano dos adolescente após a saída do centro socioeducativo, visitas aos Centros de Referência Especializado dos em Assistência Social - CREAS e Rede Educacional — apoiando na realização da matrícula do adolescente na escola, acompanhamento da frequência do adolescente na escola, articulação para inserção em política de profissionalização (inclusão em cursos profissionalizantes e orientação profissional para o mercado de trabalho) e orientações e encaminhamentos para consultas, avaliações e tratamentos de saúde.

No que tende aos dados do demonstrativo de desligamentos do Programa de Egressos da FUNAC, 64 adolescentes que saíram do programa (Tabela 12), as principais razões incluem a mudança para outros estados e a falta de contato, o que pode indicar dificuldades no acompanhamento contínuo desses jovens.

Tabela 12 - Demonstrativo dos desligamentos do programa

Demonstrativo	Total
Programa de Proteção a Crianças e adolescentes ameaçados de morte (PPCAAM)	5
Inseridos no mercado de trabalho	5
Residirem em outros estados	10
Falta de contatos	15
Sistema prisional	9
Reincidência	2
Desistência do Programa Jovem Aprendiz	7
Conclusão do período de acompanhamento	
Óbitos	2
Desligados	64

Fonte: CPSE/ASPLAN, 2024.

Um ponto relevante a ser destacado, é que 5 jovens foram desligados por ingresso no mercado de trabalho, demonstrando um resultado positivo na inclusão profissional. No entanto, 9 adolescentes entraram no sistema prisional e 2 reincidiram em atos infracionais, o que reforça a necessidade de fortalecer estratégias de prevenção à reincidência. Além disso, 7 desistiram do Programa Jovem Aprendiz, o que pode indicar desafios na adaptação ao ambiente de trabalho. O registro de 2 óbitos também destaca a situação de risco enfrentada por esses jovens, reforçando a importância de políticas de proteção e acompanhamento contínuo.

Tendo em vista garantir os direitos dos adolescentes e jovens egressos, assim como também colaborar e orientar na construção de novos projetos de vida desvinculado de práticas delituosas, possibilitando mudanças e ressignificando valores foram realizadas as seguintes atividades relacionadas com o plano de ação no decorrer de 2024:

- ✓ 18 reuniões da equipe do eixo egresso para alinhamento das ações, avaliações dos instrumentais de acompanhamento, elaboração de cronograma de visitas domiciliares, institucionais e aos Centros Socioeducativos;
- ✓ Levantamento dos adolescentes/jovens a serem acompanhados pela equipe de Egressos (pré-egresso e egresso);
- ✓ 44 estudos de casos nos Centros Socioeducativos (CSISNV, CSISC, CSISJR, CSIF e Casa
 de Semiliberdade de São Luís) 30 com as equipes de referência, 04 com equipes de referência
 e Conselhos Tutelares, 10 como a equipe da profissionalização. Os estudos de casos foram
 realizados com a finalidade de subsidiar relatórios final, inserção no Programa Jovem
 Aprendiz, inclusão no Programa de Proteção a Crianças e adolescentes Ameaçados de
 Morte, acompanhamento pós medida e desligamento;
- ✓ Inserção e acompanhamento de 20 egressos do Programa Jovem Aprendiz;
- ✓ Realização de 23 visitas domiciliares objetivando o conhecimento da dinâmica familiar, o território onde a família está inserida e realização de orientações e encaminhamentos;
- ✓ Acompanhamento aos adolescentes/jovens egressos remotamente via contato telefônico;

- √ 85 contatos telefônicos com familiares de egressos para verificação da situação escolar e acompanhamento;
- ✓ 10 visitas técnicas a coordenação do ENCCEJA da Secretaria Estadual de Educação para emissão de certificados de conclusão do ensino fundamental e médio;
- ✓ Realização de estudo de caso no Conselho Tutelar área do Coroadinho com a participação de conselheiro, familiares e técnicos do eixo egresso e do CSISNV objetivando o restabelecimento de vinculo e reinserção familiar de pré -egresso;
- ✓ Participação de técnicos do eixo egresso em círculo de dialogo no CSISNV objetivando o fortalecimento de vinculo familiar de um pré- egresso;
- ✓ Participação em reunião em conjunto com eixo educação para alinhamento de trabalho com as coordenadoras dos Centros Socioeducativos da região metropolitana;
- ✓ Participação de técnico da equipe na reunião com pedagogos dos Centro Socioeducativos para alinhamento e avaliação das atividades escolares e pedagógicas;
- ✓ Participação em 07 oficinas pedagógicas com os jovens aprendizes;
- ✓ Articulação e 14 reuniões com a equipe do PPCAM e PROVITA para inserção de 06 socioeducandos e famílias no Programa de Proteção;
- ✓ Inserção de 05 egressos e família no PPCAM;
- ✓ 36 articulações realizadas com a rede socioassistencial: Secretaria de Assistência Social, CRAS, CREAS e Conselho Tutelar, Defensoria Pública e Juizado nos municípios de: São Luís, Paço do Lumiar, São José de Ribamar, Timon, Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Itapecuru- Mirim, Santa Rita, Pinheiro, Bacabeira; Fortuna; Codó; Caxias; São João dos Patos, Coelho Neto e Zé Doca;
- ✓ Articulação e 03 reuniões com representantes com técnicos da SEDES objetivando a garantia de cursos para egressos e familiares;
- ✓ 18 visitas técnicas nos municípios de São Luís, São José de Ribamar, Bacabeira, ItapecuruMirim, São João dos Patos e Zé Doca
- ✓ Realização de 10 visitas técnicas às empresas e instituições formadoras (Class, Maxtec, Zorteia, SENAC, SEST/SENAT e CIEE);
- ✓ Articulação e reunião com a equipe do Sistema Nacional de Emprego para realização de inscrição dos socioeducandos e egressos;
- ✓ 10 reuniões online com a rede socioassistencial dos municípios: Timon, Pinheiro, Santa Rita, São Raimundo das Mangabeiras, Bacabeira e São José de Ribamar com o objetivo de resolver as demandas relacionadas aos socioeducandos;

- ✓ 06 visitas aos espaços institucionais (SETRES e SEAP) em que os jovens aprendizes estão desenvolvendo atividades laborais;
- ✓ 10 adolescentes com documentação civil, exercendo a cidadania;
- ✓ 287 contatos telefônicos realizados para monitoramento dos adolescentes/jovens egressos, porém, uma das grandes dificuldades que a equipe tem encontrado, é que nem sempre temos obtidos êxito nas ligações realizadas.
- ✓ 135 atendimentos técnicos para escuta qualificada e repasse de orientações aos adolescentes e familiares. Porém convém destacar que a maioria desses atendimentos foram realizados nos Centros Socioeducativos nas audiências concentradas;
- ✓ Participação de 02 técnicos na comissão do Programa Pós medida;
- ✓ 04 reuniões da comissão do programa Pós medida para elaboração da proposta preliminar
 do programa;

Por meio das ações do programa de egressos que foram e vem sendo realizadas, esperase que os adolescentes e jovens vivenciem a possibilidade de reformulação de seus projetos de vida, com a continuidade da escolarização, potencializando as habilidades, competências e à convivência familiar e comunitária, e também com o propósito de sua inserção, mercado de trabalho.

3.4.2 Programa Jovem Aprendiz

O Programa Jovem Aprendiz, é fruto de uma parceria da FUNAC com a Superintendência Regional do Trabalho (SRT`b) onde os adolescentes e jovens passam por algumas etapas de profissionalização durante o programa, tendo ao termino da parte teórica dos cursos, a realização da parte prática - atividade laborais -, estágio, que é uma exigência pedagógica comum dos cursos do programa. A realização das atividades laborais (estágio) ocorre em órgão da estrutura do governo, empresas e em outras instituições parcerias.

No ano de 2024 a FUNAC inseriu no Programa 42 socioeducandos (Tabela 13), sendo das medidas socioeducativas de Internação e Semiliberdade, além de adolescentes e jovens do programa de egressos.

Tabela 13 - Acompanhamento do programa Jovem Aprendiz

Demonstrativo	Total
Acompanhados no ano	42
Desligados no ano	29
Contratados para estágios pelas empresas	21

Permanecem no Programa	13

Fonte: CPSE/ASPLAN, 2024.

O demonstrativo dos cursos realizados pelos adolescentes e jovens no âmbito do Programa Jovem Aprendiz pode ser visto no quadro 03:

Quadro 03 – Cursos e total de inseridos no programa Jovem Aprendiz em 2024

Programa	Curso	Total
	Assistente Administrativo (SEST/SENAT)	4
	Assistente em Logística (SEST/SENAT)	6
	Curso Assistente Administrativo (SENAC)	3
Programa Jovem Aprendiz	Curso Assistente Administrativo (CIEE)	14
	Curso de Manutenção de Máquinas Industrial (SENAI)	3
	Curso Arco Assistente Administrativo (CIEE)	12
	Total geral	42

Fonte: CPSE/ASPLAN, 2024.

O alto número de desligamentos reflete desafios como dificuldades de adaptação ao ambiente profissional, evasão, reincidência infracional e outros fatores que impactam a permanência dos adolescentes e jovens no programa. No entanto, o acompanhamento contínuo realizado pela equipe do Programa busca minimizar esses obstáculos, oferecendo suporte socioemocional e orientação para que os participantes tenham melhores condições de se manterem na formação.

Por outro lado, um dado positivo é que 21 jovens foram contratados pelas empresas onde realizaram a aprendizagem, demonstrando o impacto efetivo do programa na inclusão profissional. Esse resultado reforça a importância da iniciativa na capacitação e inserção dos adolescentes no mercado de trabalho formal.

A análise dos dados referentes ao Programa nos mostra que, apesar dos desafios enfrentados, o Programa proporcionou conquistas significativas, como a certificação de adolescentes/jovens e a efetivação de dois no mercado de trabalho. Além disso, dois adolescentes optaram por se desligar após conseguirem outras oportunidades formais de emprego, demonstrando que a experiência adquirida no programa contribuiu para sua inserção profissional (Tabela 14).

Tabela 14 - Demonstrativo dos desligamentos do programa Jovem Aprendiz

Motivo do Desligamento Quantidado		Observações
Conclusão do curso e certificação	3	2 foram efetivados em uma das empresas parceiras ao programa;
Pedido de desligamento por novo trabalho	2	Um ingressou em uma panificadora e outro na construção civil;

Evasão durante o curso	2	Ambos cumpriam medida de privação de liberdade;
Desligamento por inadequação ao programa	3	Um dos casos envolveu ligação com facções criminosas;
Mudança de cidade/estado	2	Motivos de segurança pessoal;
Faltas injustificadas	3	Não comparecimento ao curso ou trabalho;
Reincidência em atos infracionais	10	Envolvimento com organizações criminosas;
Desistência por dependência química	4	Incompatibilidade com as regras do programa.

Fonte: CPSE/ASPLAN, 2024.

Um dos aspectos mais preocupantes do programa é a elevada taxa de desligamentos associados à reincidência em atos infracionais (10 casos) e ao uso de substâncias psicoativas (4 casos). Esses dados ressaltam a necessidade de um suporte socioemocional mais estruturado e de um acompanhamento contínuo, visando reduzir os fatores de risco que levam os jovens a abandonarem o programa.

Além disso, a evasão, a reincidência infracional e o uso de substâncias psicoativas representam obstáculos significativos à adaptação dos jovens às exigências do programa, para mitigar esses desligamentos, o projeto tem ampliado suas ações preventivas e fortalecido a rede de apoio, promovendo maior adesão dos adolescentes e suas famílias.

Para enfrentar esses desafios, a equipe tem intensificado estratégias de monitoramento e investido em intervenções mais eficazes, buscando minimizar os impactos da vulnerabilidade social e fortalecer a permanência dos participantes. O acompanhamento não se restringe ao jovem, mas se estende à sua família, que muitas vezes também enfrenta fragilidades e necessita de orientações constantes. Da mesma forma, há um acompanhamento junto às empresas e instituições que acolhem os aprendizes, garantindo um ambiente adequado para a formação profissional.

3.5 AÇÃO 4450 – GESTÃO DO PROGRAMA

A ação 4450, que trata da Gestão do Programa, está ligada em grande parte a composição salarial dos servidores. Os gráficos a seguir mostram as variações anuais e estão ligados a consolidação e excelência na prestação do serviço socioeducativo com qualidade e qualificação técnica. No gráfico 48 apresentamos os valores empenhados, ou seja, é o valor que a Fundação reservou em seu orçamento para efetuar pagamentos já planejados antes da execução orçamentaria.

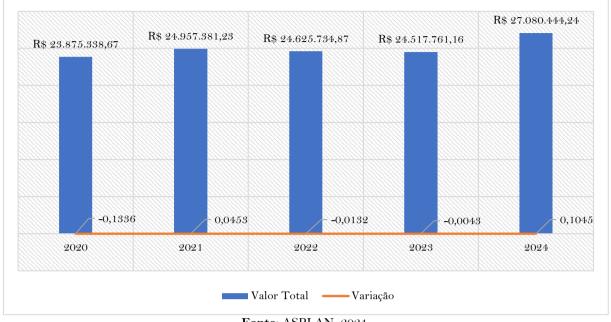


Gráfico 49 -Ação 4450 valores empenhados 2020 – 2023.

Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico apresenta a evolução dos valores orçamentários totais de 2020 a 2024, demonstrando uma tendência de crescimento, apesar de algumas variações negativas ao longo do período. Em 2020, o valor total foi de R\$ 23.875.338,67, seguido por um aumento em 2021 para R\$ 24.957.381,23, representando uma variação positiva de 4,53%. No entanto, nos anos seguintes, ocorreram quedas nos valores, com variações negativas de -1,32% em 2022 e -0,43% em 2023, resultando em um leve declínio orçamentário nesses anos.

A recuperação expressiva ocorre em 2024, quando o valor total atinge R\$ 27.080.444,24, apresentando um crescimento significativo de 10,45% em relação ao ano anterior. Esse aumento pode indicar um ajuste estratégico no orçamento, possivelmente em resposta a necessidades operacionais, novas políticas públicas ou correções inflacionárias. A variação positiva deste ano contrasta fortemente com os anos anteriores, revertendo a tendência de estabilidade observada em 2022 e 2023.

Em termos gerais, a análise orçamentária sugere que, apesar de oscilações nos valores intermediários, há uma tendência de crescimento ao longo do período analisado. A queda entre 2022 e 2023 pode estar relacionada a fatores externos, como restrições econômicas ou políticas de contenção de despesas. No entanto, a recuperação em 2024 sinaliza um fortalecimento financeiro, possivelmente impulsionado por um aumento na arrecadação ou mudanças estratégicas na alocação de recursos.

Apresentamos também os valores reais da execução orçamentária na ação 4450 (Gráfico 50), os quais mostram uma leve variação dos valores previstos nos valores de empenho, tendo em vista ajustes necessários ao enquadramento das despeças e suas variações que podem esta ligaras a dinâmica do orçamento da instituição.

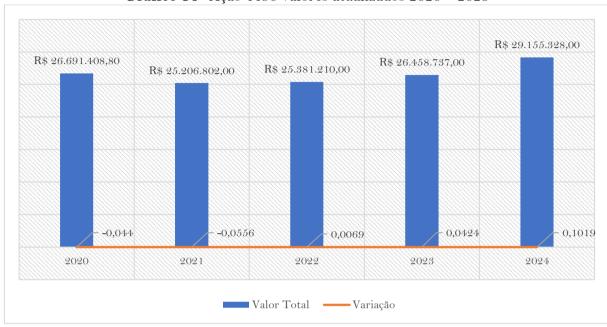


Gráfico 50 - Ação 4450 valores atualizados 2020 - 2023

Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico apresenta a evolução orçamentária entre os anos de 2020 e 2024, evidenciando um comportamento oscilante nos valores totais e nas variações percentuais anuais. Em 2020, o orçamento foi de R\$ 26.691.408,80, seguido por uma queda em 2021 para R\$ 25.206.802,00, representando uma variação negativa de -5,56%. Em 2022, houve uma leve recuperação, com um aumento de 0,69%, alcançando R\$ 25.381.210,00, mas ainda abaixo dos valores de 2020.

A tendência de recuperação continuou em 2023, quando o orçamento subiu para R\$ 26.458.737,00, representando uma variação positiva de 4,24%. No entanto, a grande mudança ocorreu em 2024, com um crescimento expressivo de 10,19%, elevando o orçamento para R\$ 29.155.328,00. Esse salto pode indicar um reforço na alocação de recursos, impulsionado por fatores como aumento na arrecadação, ajustes inflacionários ou novos investimentos estratégicos.

No geral, o gráfico demonstra que, apesar da retração entre 2020 e 2021 e da estabilidade em 2022, o orçamento apresentou uma recuperação nos anos seguintes, culminando em um crescimento expressivo em 2024. Essa evolução sugere uma possível mudança de política orçamentária ou um cenário econômico mais favorável, permitindo maior disponibilidade de recursos.

4 NÚCLEO DE PRÁTICAS RSTAURATIVAS E BEM-ESTAR DO SERVIDOR

A instituição do Núcleo de Práticas Restaurativas e Bem-estar do Servidor, conforme estabelecido pela Portaria nº 452/2024 da FUNAC, representa um marco na valorização e cuidado com os profissionais da Fundação da Criança e do Adolescente. O núcleo tem como objetivo principal a implementação de práticas restaurativas e de iniciativas voltadas ao bem-estar dos servidores, promovendo um ambiente institucional mais harmonioso e produtivo.

O Núcleo de Práticas Restaurativas e Bem-estar do Servidor tem como propósito:

- ✓ Promover a escuta ativa e o fortalecimento dos vínculos entre servidores, prevenindo e gerenciando situações de conflito por meio da metodologia de práticas restaurativas;
- ✓ Implementar mecanismos para a resolução de conflitos entre servidores e socioeducandos, contribuindo para um ambiente institucional equilibrado e respeitoso;
- ✓ Desenvolver iniciativas de reconhecimento e valorização dos servidores, em colaboração com a Assessoria de Comunicação (ASCOM);
- ✓ Estabelecer articulação com a Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA) para a promoção de formações em práticas restaurativas;
- ✓ Formar facilitadores das práticas restaurativas para disseminar a metodologia entre os servidores;
- ✓ Coordenar a comissão do Selo de Práticas Restaurativas, garantindo o cumprimento dos princípios estabelecidos.

O Núcleo está vinculado à Divisão Geral de Recursos Humanos da FUNAC e atua com base no princípio da voluntariedade dos servidores, sem caráter investigativo ou punitivo, seno suas atividades desenvolvidas mediante demanda dos setores institucionais, assegurando a participação espontânea dos envolvidos.

A criação do Núcleo de Práticas Restaurativas e Bem-estar do Servidor reflete o compromisso da FUNAC em garantir um ambiente de trabalho mais saudável e colaborativo, fomentando as práticas restaurativas, a fundação não apenas contribui para a melhoria das relações interpessoais, mas também fortalece o sistema socioeducativo como um todo.

4.1 SELO DE PRATICAS RESTAURATIVAS

No contexto do aprimoramento contínuo de suas diretrizes institucionais, a Fundação tem consolidado a adoção de Práticas Restaurativas como estratégia para qualificar as relações

interpessoais no âmbito socioeducativo. Esse processo inclui o fortalecimento do diálogo, da escuta ativa, do respeito mútuo e da tolerância, favorecendo um ambiente de convivência mais harmônico.

A aplicação dessas práticas contribui para a prevenção e mediação de conflitos entre adolescentes, jovens e servidores, reduzindo abordagens de caráter correcional ou repressivo (Gráfico 51), consequentemente, essa iniciativa mitiga a violência institucional e reforça a cultura da paz nos programas de atendimento socioeducativo.

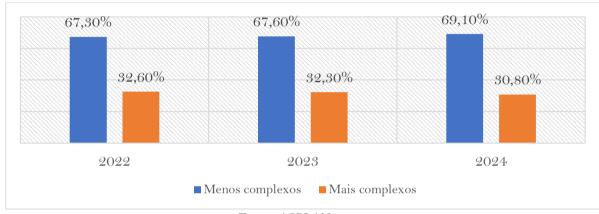


Gráfico 51 - Total de Círculos Realizados nos Centros Socioeducativos

Fonte: ASPLAN, 2024.

Observa-se uma predominância dos casos "Menos complexos", que mantêm uma tendência de crescimento moderado, passando de 67,3% em 2022 para 69,1% em 2024. Por outro lado, os casos "Mais complexos" apresentam um comportamento inverso, com uma redução progressiva de 32,6% para 30,8% no mesmo período. Esse padrão sugere uma possível otimização ou simplificação nos processos avaliados, resultando na diminuição da proporção de casos mais difíceis.

Do ponto de vista técnico, a análise desses dados pode indicar melhorias na eficiência operacional, adoção de novas metodologias ou avanços tecnológicos que reduzem a complexidade de determinados processos. A estabilidade relativa dos percentuais também sugere que a distribuição entre os dois grupos se mantém dentro de uma margem de variação controlada, associada a melhorias qualitativas no atendimento socioeducativo.

No contexto do aprimoramento contínuo de suas diretrizes institucionais, a Fundação tem consolidado a implementação das Práticas Restaurativas como estratégia para qualificar as relações interpessoais no atendimento socioeducativo. Esse processo envolve o fortalecimento do diálogo, da escuta ativa, do respeito mútuo e da tolerância, promovendo um ambiente de convivência mais harmonioso. A adoção dessas metodologias contribui para a prevenção e resolução de conflitos entre adolescentes, jovens e servidores, minimizando

abordagens de caráter correcional ou repressivo. Dessa forma, a iniciativa reduz a violência institucional e fortalece a cultura da paz no âmbito dos programas socioeducativos.

Nesse contexto, destaca-se a instituição e reedição do Selo, regulamentado pelas Portarias nº 173/2022–GP/FUNAC, nº 345/2023–GP/FUNAC e nº 532/2024–GP/FUNAC, com o objetivo de reconhecer os Centros Socioeducativos que aplicam a metodologia das Práticas Restaurativas (Gráfico 52). A premiação contempla unidades que engajam profissionais, adolescentes, famílias e parceiros na realização de Círculos Restaurativos e Círculos de Construção de Paz, consolidando essa abordagem como referência na gestão de conflitos e na promoção da pacificação social.



Gráfico 52 - Total de Centros Socioeducativos Premiados

Fonte: ASPLAN, 2024.

O gráfico mostra uma variação significativa na porcentagem do indicador analisado ao longo dos anos. Em 2022, o valor registrado foi de 83,3%, seguido de uma queda expressiva para 75% em 2023, e um retorno ao patamar inicial de 83,3% em 2024. Essa oscilação pode indicar um fator transitório que impactou negativamente o desempenho em 2023, como mudanças em processos, políticas ou desafios operacionais.

O retorno aos níveis anteriores sugere que a queda pode ter sido corrigida por meio de ajustes estratégicos, estabilizando novamente o desempenho no último período avaliado. Para uma análise mais profunda, seria necessário investigar os fatores que influenciaram essa flutuação e se o comportamento observado representa uma tendência sustentável.

A metodologia das Práticas Restaurativas promove a disseminação e o fortalecimento de boas práticas, exigindo dos envolvidos um maior conhecimento e engajamento com metodologias que priorizam abordagens democráticas, participativas e consensuais na mediação de conflitos. Diante disso, a FUNAC busca adotar e difundir as Práticas Restaurativas como uma estratégia para qualificar o atendimento socioeducativo a adolescentes e jovens, contribuindo para a construção de ambientes menos tensionados, onde

as relações interpessoais sejam pautadas na honestidade, empatia e respeito mútuo, diante disso a formação dos profissionais é de extrema importância nesse processo (Gráfico 53).



Gráfico 53 - Nível de formação dos membros das equipes de Práticas Restaurativas

Fonte: ASPLAN, 2024.

A adoção das Práticas Restaurativas no atendimento socioeducativo tem se mostrado uma estratégia eficaz para qualificar as relações interpessoais e reduzir a incidência de conflitos nos Centros Socioeducativos. Os dados apresentados evidenciam uma tendência de crescimento na aplicação dessas metodologias, resultando em ambientes menos tensionados e mais propícios ao desenvolvimento de adolescentes e jovens.

A diminuição dos casos mais complexos e a estabilização dos indicadores ao longo dos anos sugerem que essa abordagem tem contribuído para a otimização dos processos internos, promovendo um modelo de gestão de conflitos mais eficiente e humanizado.

Além disso, a implementação do Selo de Práticas Restaurativas fortalece o compromisso institucional da FUNAC na promoção da cultura da paz e na valorização do trabalho desenvolvido pelos Centros Socioeducativos. O reconhecimento por meio do selo motiva as unidades a investirem na formação contínua de suas equipes e na ampliação da utilização dos Círculos Restaurativos e de Construção de Paz, sendo a certificação não apenas legitima os esforços dos profissionais envolvidos, mas também incentiva a disseminação das boas práticas entre diferentes unidades, consolidando a metodologia como um diferencial na política socioeducativa.

Por fim, a efetividade dessa estratégia depende do contínuo aperfeiçoamento das diretrizes institucionais e do engajamento dos profissionais na aplicação dos princípios restaurativos. A formação qualificada das equipes é um fator determinante para a sustentabilidade dessa abordagem, garantindo que os métodos aplicados sejam eficientes na resolução de conflitos e na transformação das relações interpessoais.

4.2 SERVIÇO DE ATENDIMENTO AO SERVIDOR – SAS

O Serviço de Atendimento ao Servidor (SAS) foi instituído em fevereiro de 2020, com o objetivo de prestar apoio psicossocial aos servidores da FUNAC e seus familiares. O atendimento inicial ocorreu de forma virtual, mas, a partir de janeiro de 2021, passou a ser realizado presencialmente, mantendo-se a opção remota para as Regionais de Timon e Imperatriz.

A equipe técnica atua na abordagem de questões sociofamiliares, emocionais e de saúde física e mental, além de questões relacionadas ao exercício profissional, estabelecendo articulações com redes institucionais para ampliar o suporte aos servidores.

Em 2024, o SAS realizou diversos atendimentos e ações:

- ✓ Atendimentos psicológicos: 156 servidores, 24 dependentes, 46 em atendimento ativo.
- ✓ Atendimentos sociais e terapêuticos familiares: 146 contatos realizados, sendo 32 com familiares e 63 com servidores.
- ✓ Visitas domiciliares: 16 realizadas.
- ✓ Visitas institucionais: 7 realizadas, incluindo hospitais e unidades parceiras.

Para execução desses atendimentos duas articulações institucionais foram fundamentais: a) Rede interna: Centros Socioeducativos (CSI), Casa de Semiliberdade, ASPLAN, DSGT, DGRH, Ouvidoria, entre outros, e b) Rede externa: Instituições como Fazenda Esperança (Coroatá - MA).

No que tende as principais ações e projetos realizados no decorrer do ano de 2024, podemos destacar:

- ✓ Círculos de Diálogo e Restaurativos;
- ✓ Eventos alusivos: Campanhas como "setembro Amarelo", "outubro Rosa", "novembro Azul" e "Dia Internacional da Mulher";
- ✓ Presença nos Centros Socioeducativos: Atividades de promoção da saúde mental e bemestar em unidades de Timon, Cocais e Tocantina;
- ✓ Projeto SAS Itinerante: Atendimento presencial nos Centros Socioeducativos, com foco em suporte psicossocial e terapêutico.

Assim, desçamos como principais entregas realizadas pelo SAS em 2024, a implementação e execução do SAS Itinerante, ampliando o atendimento *in loco* aos servidores e as ações de melhoria na qualidade de vida dos servidores através da resolução de conflitos internos e suporte psicossocial, realizações que consolidaram o SAS como um serviço essencial para o suporte aos servidores da FUNAC, proporcionando acolhimento e suporte psicossocial.

5 AÇÕES DO EIXO DE SAÚDE NO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO

O atendimento à saúde de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa nesta Fundação é assegurado pelo Sistema Único de Saúde (SUS), abrangendo ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

Diante das limitações institucionais, a FUNAC, por meio da Diretoria Técnica, promove a articulação intersetorial com a Política de Saúde para estabelecer fluxos de atendimento que atendam às demandas de saúde dos socioeducandos. Além disso, os profissionais dos Centros Socioeducativos mantêm a interlocução com programas e serviços de saúde em seus respectivos municípios.

Atualmente, essa articulação é fortalecida por meio do Comitê da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Adolescentes em Conflito com a Lei (PNAISARI), que realiza reuniões mensais com o objetivo de qualificar e aprimorar as práticas de atenção à saúde no contexto do sistema socioeducativo.

• Fluxos Estabelecidos e Articulações para o Atendimento das Demandas de Saúde

A Central Integral de Regulação Ambulatorial (CIRAM) e a Central de Marcação de São Luís (CEMARC) são responsáveis pela garantia do acesso a consultas especializadas, procedimentos cirúrgicos, exames de imagem e laboratoriais (Quadro 04). Em 2024 foram contabilizados 153 agendamentos, considerando exclusivamente o fluxo estabelecido com a CIRAM e a CEMARC da cidade de São Luís - MA.

Quadro 04 – Demonstrativo de marcações

CIRAM		CEMARC		
Especialidades	Nº de agendamentos	Especialidades	Nº de agendamentos	
Cirurgião geral	3	Oftalmologista	31	
Neurologista	4	Otorrinolaringologista	1	
Otorrinolaringologista	5	Alergista	1	
Odontologista	9	Ortopedista	2	
Cirurgião de cabeça e pescoço	1	Dermatologista	2	
Ortopedista	3	Exames laboratoriais	28	
Alergista	1	Ultrassonografia	13	
Dermatologista	3	RX	5	
Exames laboratoriais	6			
RX	9			
Utrassonografia	8			
TC de crânio	3			
Eletroencefalograma	2			

TC de coxa	1		
Endoscopia	4		
Ecocardiograma	2		
Eletrocardiograma	2		
Audiometria	1		
TC de órbita	1		
Função pulmonar	1		
Ressonância de Crânio	1		
TOTAL	70	TOTAL	83

Fonte: DIRTEC; ASPLAN, 2024.

Outras Articulações Realizadas em 2024

Ao longo do ano de 2024, foram estabelecidas diversas articulações intersetoriais para fortalecer a assistência à saúde dos socioeducandos, resultando em avanços significativos no acesso a serviços e insumos essenciais.

- 1. SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE (SES) E SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE (SEMUS)
- ✓ Disponibilização de 800 testes RT-PCR e de antígeno para COVID-19.
- ✓ Fornecimento de medicamentos e materiais para curativos da farmácia básica e especializada.
 - 2. CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL INFANTOJUVENIL (CAPSI) E CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL ÁLCOOL E DROGAS (CAPSAD)
- ✓ Atendimento especializado para socioeducandos em sofrimento psíquico decorrente de transtornos mentais e/ou uso de substâncias psicoativas.
- ✓ Nos Centros Socioeducativos da Grande Ilha e região metropolitana, foram contabilizados:
 - 62 atendimentos no CAPSi de São Luís.
 - 20 atendimentos no CAPSi de São José de Ribamar.
 - 04 atendimentos no Ambulatório de Saúde Mental Farina.
 - 64 atendimentos no CAPSad.
- ✓ Nos Centros Socioeducativos de Timon e Imperatriz:
 - 148 atendimentos nos CAPSi.
 - 01 atendimento no CAPSad.
 - 3. DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ISTS/AIDS
- ✓ Disponibilização de **500 testes rápidos** para cada uma das seguintes condições:
 - HIV
 - Sífilis
 - Hepatite B
 - Hepatite C
 - 4. DEPARTAMENTO DE VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
- ✓ Garantia da imunização contra diversas doenças, incluindo:
 - H1N1

- COVID-19
- Meningite C, B e ACWY
- HPV
- Tríplice viral
- Difteria e tétano (DT)
- ✓ Realização de duas Campanhas de Multivacinação, conduzidas pela SES e pelas SEMUS dos municípios, beneficiando mais de 700 servidores e 350 socioeducandos.
 - Atendimento em Saúde nos Centros Socioeducativos

Quadro 05 – Atendimentos a saúde dos socioeducandos por centro socioeducativo

ATENDIMENTO INICIAL				
Número de atendimentos em saúde	350 Atendimentos na área da saúde, aos adolescentes, servidores de			
no Centro	todos os órgãos do CIJJUV e familiares de adolescentes			
Principais ações de saúde realizadas	- Setembro amarelo (prevenção contra o suicídio) participantes: 10			
no Centro (Descrever a ação e nº	- Outubro rosa (Prevenção com o câncer de mama Participantes:10			
participantes)	- Novembro azul: Prevenção ao câncer de próstata Participantes;10			
Número e tipos de atendimentos	09 adolescentes atendidos na UPA			
realizados por meio do fluxo com os	01 adolescente atendido no Socorrão I			
municípios e UBS de referência do	07 adolescentes atendido no Socorrão II			
Centro.	01 adolescente na UPA do Vinhais			
	CATIVO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA CANAÃ			
Número de atendimentos em saúde no Centro	222 Atendimentos de saúde no centro			
Principais ações de saúde realizadas	- Palestra alusão ao janeiro branco em parceria com o CAPSI, Higiene			
no Centro (Descrever a ação e nº participantes)	e IST'S, realizado pela enfermeira Auriane (22 participantes - 14 socioeducandos e 8 servidores).			
	- Conscientização sobre a dengue, em parceria com a vigilância			
	sanitária (27 participantes - 18 socioeducandos e 9 servidores).			
	- Setembro amarelo sobre ansiedade e depressão (22 participantes –			
	15 socioeducandos e 07 servidores)			
	- Dezembro Vermelho sobre prevenção contra AIDS e IST'S (27			
	participantes – 17 socioeducandos e 10 servidores).			
Número e tipos de atendimentos	58 atendimentos externos de saúde no CTA – Lira para diagnóstico e			
realizados por meio do fluxo com os	tratamento IST'S			
municípios e UBS de referência do				
CENTRO SOCIOEDI	UCATIVO DE INTERNAÇÃO SÃO CRISTOVÃO			
Número de atendimentos em saúde	1537 Atendimentos			
no Centro				
Principais ações de saúde realizadas	- Janeiro Branco: Conscientização da Importância do cuidado sobre			
no Centro (Descrever a ação e nº	Saúde Mental (10 socioeducandos e 04 servidores)			
participantes)	- Janeiro Roxo: Conscientização e orientação sobre hanseníase (12			
	socioeducandos e 03 servidores)			
	- Infecção sexualmente Transmissível: Orientações sobre prevenção, sintomatologia, tratamento das principais IST's que acomete a			
	população (24 socioeducandos e 06 servidores)			
	- Saúde do homem: Principais cuidados que se deve ter com a saúde,			
	importância da higiene pessoal, alimentação saudável e qualidade de			
	vida (28 socioeducandos e09 servidores)			
	- Junho Vermelho: Conscientização sobre doação de sangue.			
	Importância de ser um doador (09 jovens)			
	- Hipertensão: Roda de Diálogo com servidores sobre a saúde do			
	coração (15 servidores)			
	- Riscos de Automedicação Clínicas e psicotrópicas: Orientações sobre			
	os riscos de se automedicar e principais danos à saúde com essa prática			
	(06 socioeducandos)			

	Amarelo: Orientações sobre prevenção de suicídio (14socioeducandos
	e 07 servidores) Verde: Conscientização sobre doação de órgãos (12 socioeducandos e
	08 servidores)
	Vermelho: Orientações sobre saúde do coração (15 servidores)
	Azul: conscientização e visibilidade para a comunidade surda (12
	servidores 07 servidores)
	- Outubro Rosa: Orientações sobre câncer de Mama e impactos psicológicos decorrentes da doença (30 servidores)
	- Novembro Azul: Orientações sobre o Câncer de próstata (23
	socioeducandos e 13 servidores)
	- Dezembro Vermelho: Conscientização sobre o HIV e IST's (14
	socioeducandos e 13 servidores)
	Abril, agosto e dezembro- Campanha de Vacinação (30 socioeducandos e 20 servidores)
Número e tipos de atendimentos	Clínico Geral – 74 atendimentos em Unidade Básica de Saúde
realizados por meio do fluxo com os	
municípios e UBS de referência do	
Centro.	DUCATIVO DE INTERNAÇÃO EL ODESCED
Número de atendimentos em saúde	DUCATIVO DE INTERNAÇÃO FLORESCER 659 atendimentos
no Centro	000 atchdimentos
Principais ações de saúde realizadas	- Janeiro Branco: Conscientização da Importância do cuidado sobre
no Centro (Descrever a ação e nº	Saúde Mental (29 PARTICIPANTES)
participantes)	- Maio: Palestra tabaco não é legal com enfermeira Auriane (10 PARTICIPANTES)
	- Maio: Roda de conversa sobre Higienização com a Enfermeira
	Auriane (08 PARTICIPANTES)
	- Junho: Palestra sobre Doação de Órgão com a enfermeira Auriane)
	- Setembro Amarelo: Roda de conversa sobre o valor da vida (16 PARTICPANTES)
	- Outubro Rosa: Ação e Palestra de conscientização do câncer de
	mama (UBS DR. PAULO RAMOS E CINTRA) - 30
	PARTICIPANTES
	-Outubro: Vacinação em parceria com a UBS DR. PAULO RAMOS
	(10 PARTICIPANTES) - Outubro: Ação com o SES em parceria com a UBS DR. PAULO
	RAMOS com realização de consultas com o Clínico Geral, orientação
	em saúde bucal e orientação sobre aleitamento materno.
	- Novembro Azul: Palestra sobre conscientização do Câncer de
	próstata (15 participantes) - Novembro: Roda de conversa sobre uso inadequado de medicação
	com a enfermeira Auriane. (10 PARTICIPANTES)
	- Dezembro Vermelho: Ação e Palestra sobre Conscientização sobre
	o HIV e IST's em parceria com o SES. (20 PARTICIPANTES)
Número e tipos de atendimentos realizados por meio do fluxo com os	Clínico Geral: 82 (UBS CINTRA e UBS PAULO RAMOS) Odontológico:15 (UBS CINTRA e UBS PIRAPORA)
municípios e UBS de referência do	Vacinação: 30 (UBS CINTRA) Acompanhamento Pediátrico:01
Centro.	CTA: 36 Acompanhamentos (LIRA/ANIL
	E SEMILIBERDADE DE SÃO LUÍS
Número de atendimentos em saúde no Centro	228 atendimentos
no Centro Principais ações de saúde realizadas	- Acão de testagem (testes rápidos) 10 participantes),
no Centro (Descrever a ação e nº	-Palestras sobre saúde sexual (08 participantes),
participantes)	- Palestra sobre saúde do homem (15 participantes),
	- Grupo sobre uso abusivo de álcool e drogas (12 participantes),
	- Palestra sobre saúde mental e prevenção contra o suicídio (15 participantes)
CENTRO SOCIOEDUCA	TIVO DE INTERNAÇÃO SÃO JOSÉ DE RIBAMAR
Número de atendimentos em saúde	450 Atendimentos
no Centro	

Principais ações de saúde realizadas	- Novembro Azul – Participação de 10 socioeducandos
no Centro (Descrever a ação e nº	- Dezembro Vermelho – Participação de 20 socioeducandos
participantes)	- 01 Campanha de teste rápido: 55 socioeducandos
	-01 Campanha de Vacinação: 60 socioeducandos
	- 01 Palestra Saúde do Homem: Participação de 10 socioeducandos
Número e tipos de atendimentos realizados por meio do fluxo com os	Atenção Primária à Saúde: farmácia básica Unidade Básica de Saúde Maiobinha: 2
municípios e UBS de referência do Centro.	- Ações de Vigilância em Saúde: detecção de ISTs/AIDS: 5; Tratamento de ISTs/AIDS:
	10 consultas de rotinas
	- Exames Laboratoriais: 5
	- Atendimento Especializado: Centro de Atenção Psicossocial infanto Juvenil (CAPSIJ - São Luís): 11; Centro de Especialidade e
	Diagnósticos (CED SJR): 5 - Farmácia especializada do CAPSIJ: 5
	- Urgência e Emergência do Hospital Nina Rodrigues: 8
	- Hospital de Urgência e Emergência - Socorrão II: 4
	- Unidade de Pronto Atendimento: 20 (demandas odontológicas)
CENTRO SOCIOEDI	CATIVO DE INTERNAÇÃO SÍTIO NOVA VIDA
Número de atendimentos em saúde	970 atendimentos
no Centro	570 atchainentes
Principais ações de saúde realizadas	- 04 Ações de saúde com consultas médicas para 25 socioeducandos
no Centro (Descrever a ação e nº	por ação
participantes)	- 04 Palestras (temas diversos) com participação de 25 socioeducandos
1 1 ")	por atividade
	-Campanha de vacinação (24 participantes)
	- Ação de atendimento odontológico com Odonto-móvel, com
	participação de 25 a 30 socioeducandos
Número e tipos de atendimentos	-Ações realizados com a Secretaria de Saúde de Paço do Lumiar:
realizados por meio do fluxo com os	-04 Ações de saúde com consultas médicas para 25 socioeducandos
municípios e UBS de referência do	por ação
Centro.	- 04 Palestras (temas diversos) com participação de 25 socioeducandos
	por atividade
	-Campanha de vacinação (24 participantes) - Ação de atendimento odontológico com Odonto-móvel, com
	participação de 25 a 30 socioeducandos
CENTRO SOCIO	DEDUCATIVO DE INTERNAÇÃO SEMEAR
Número de atendimentos em saúde	348 Atendimentos
no Centro	
Principais ações de saúde realizadas	- Palestra janeiro branco – saúde mental (15 participantes);
no Centro (Descrever a ação e nº	- Palestra fevereiro roxo - conscientização sobre as doenças: lúpus,
participantes)	fibromialgia e mal de Alzheimer (10 participantes);
	- Ação em saúde dia mundial da saúde: higiene pessoal + IMC dos
	adolescentes (13 participantes);
	- Palestra sobre dengue (2 grupos de 8 participantes);
	- Valorizando o servidor semear - ação de saúde em alusão ao mês do
	trabalhador (25 participantes);
	- Palestra julho amarelo: conscientização sobre as hepatites virais (2 grupos de 7 participantes);
	- Setembro amarelo: prevenção ao suicídio (2 grupos de 8
	participantes);
	- Palestra outubro rosa: conscientização sobre o câncer de mama (20
	participantes);
	- Novembro azul: combate ao câncer de próstata (18 participantes);
	- Círculo de diálogo com alusão ao Dezembro vermelho:
	conscientização e prevenção contra a AIDS (10 participantes)
Número e tipos de atendimentos	- 151 atendimentos
realizados por meio do fluxo com	- Atendimentos com médico clínico geral em UBS;
os municípios e UBS de referência	- Atendimentos com médico especialista em UBS;
do Centro.	- Atendimentos odontológicos em UBS;
	- Atendimentos médico de urgência (HMI e UPA)

CENTRO SOCIOEDUCA	ΓΙ VO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DA REGIÃO TOCANTINA
Número de atendimentos em saúde no Centro	368 atendimentos
Principais ações de saúde realizadas no Centro (Descrever a ação e nº participantes)	 -Palestra com enfermeira Thays alusiva ao janeiro branco e janeiro roxo com 14 participantes. - Palestra referente a prevenção no mês de fevereiro com 18 participantes.
	 Palestra sobre a prevenção de arboviroses e doenças respiratória com 12 participantes. Projeto Semana da Saúde no mês de abril que contou com diverso parceiros: Facimp e Unisulma.
	 -Palestras de: saúde bucal e triagem, saúde nutricional e saúde mental 20 participantes. - Duas palestras: Ação de saúde com servidores e sobre tabagisme
	com adolescentes e servidores no mês de maio. com 15 participantes -Palestra com servidores e adolescente sobre: doação de sangue con 14 participantesPalestras sobre hepatites Virais com adolescentes e servidores con
	12 participantes. -Palestra com adolescentes e servidores em alusão ao setembro
	amarelo com 15 participantesPalestra com enfermeiro chefe da política do homem do município d Imperatriz Mildegrard em alusão ao novembro azul com 1 participantes.
Número e tipos de atendimentos realizados por meio do fluxo com os	1 consulta com nutricionista 1 consulta no CPSAD
municípios e UBS de referência do Centro.	8 consultas no CPSIJ 18 consultas odontológicas; procedimentos: restauração, extração
	canal e limpeza. 8 consultas na Unidade Básica de Saúde
CENTRO SOCIOEDUCATIV	3 imunizações no ano de 2024 VO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA DA REGIÃO DOS
	COCAIS
Número de atendimentos em saúde no Centro	383 atendimentos
Principais ações de saúde realizadas no Centro (Descrever a ação e nº	- Janeiro Branco: Conscientização da Importância do cuidado sobre Saúde Mental.
participantes)	- Infecção sexualmente Transmissível: Orientações sobre prevenção sintomatologia, tratamento das principais IST's que acomete a
	população. - Saúde do homem: Principais cuidados que se deve ter com a saúde, importância da higiene pessoal, alimentação saudável e qualidade de vida.
	- Higiene Pessoal- Junho Vermelho: Conscientização sobre doação de sangue.
	Importância de ser um doador Hipertensão: Roda de Diálogo com servidores sobre a saúde do coração.
	 Setembro Amarelo: Orientações sobre prevenção de suicídio. Outubro Rosa: Orientações sobre câncer de Mama e impactos
	psicológicos decorrentes da doença. - Novembro Azul: Orientações sobre o Câncer de próstata. - Dezembro Vermelho: Conscientização sobre o HIV e IST's.
Número e tipos de atendimentos realizados por meio do fluxo com	Clínico Geral: 60 Odontológico: 105
os municípios e UBS de referência do Centro.	Exames de Imagem: 10 Exames Laboratoriais:35
	CAPS:112
CASA 1	Outras Especialidades:08 DE SEMILIBERDADE DE TIMON

Número de atendimentos em saúde	85 atendimentos
no Centro	83 atendinientos
Principais ações de saúde realizadas	Janeiro branco (16 participantes)
no Centro (Descrever a ação e nº	Fevereiro roxo e laranja (15 participantes)
participantes)	Maio laranja (19 participantes)
F ,	Setembro amarelo (20 participantes)
	Outubro rosa (20 participantes)
	Novembro azul (21 participantes)
	Dezembro vermelho (17 participantes)
Número e tipos de atendimentos	(87) encaminhamentos em consultas, exames e cirurgia.
realizados por meio do fluxo com os	(62) encaminhamentos anuais de urgência e emergência
municípios e UBS de referência do	
Centro.	
CASA	DE SEMILIBERDADE CIDADÃ
Número de atendimentos em saúde	162 atendimentos
no Centro	
Principais ações de saúde realizadas	-Palestra com técnico de enfermagem alusiva ao janeiro roxo (09
no Centro (Descrever a ação e nº	participantes)
participantes)	- Palestra com técnico de enfermagem em alusão ao Combate às
	Drogas e Alcoolismo (09 participantes)
	- Ação de saúde bucal com parceria da faculdade FACIMP, realizado
	palestra e ação (10 participantes)
	- Palestra em alusão a Promoção da Saúde e Qualidade de Vida.
	Palestra sobre Atividade Física (08 participantes).
	- Palestra com servidores e adolescente em alusão a doação de sangue
	(7 participantes)
	- Palestra com servidores e socioeducandos em alusão a prevenção de
	Acidentes do Trabalho (08 participantes)
	- Palestra com socioeducandos e servidores em alusão ao setembro
	amarelo (05 participantes)
	- Palestra com enfermeiro secretário da saúde do homem do município
	de Imperatriz em alusão ao novembro azul (9 participantes)
	- Palestra em alusão ao dezembro vermelho, com servidores e
NIC 1' 1' 1'	socioeducandos (10 participantes)
Número e tipos de atendimentos	-20 consultas odontológicas; com procedimentos de restauração,
realizados por meio do fluxo com os	limpeza, extração e canal
municípios e UBS de referência do	- 15 consultas na Unidade Básica de Saúde 10 Imunizações
Centro.	- 2 consultas com especialista; ortopedista, dermatologista.

Fonte: DIRTEC; ASPLAN, 2024.

6 CENTRAL DE VAGAS

A Central de Vagas do Sistema Socioeducativo do Maranhão foi instituída por meio da Portaria nº 1071/2022, que dispõe sobre criação e seu funcionamento no âmbito da Fundação da Criança e do Adolescente, órgão responsável pela gestão das vagas de internação provisória, internação-sanção, internação e semiliberdade dos Centros Socioeducativos, obedecendo ao previsto na Resolução Conjunta nº 001/2017, que normatiza os procedimentos administrativos para o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, apreendido em flagrante ou por força de ordem judicial.

O setor funciona em horário de expediente e funcionará em regime de plantão, para atender 24 horas ininterruptas na concessão de vagas e demais movimentações de adolescentes internos entre Centros Socioeducativos.

Para a operacionalização desse serviço, a Central de vagas tem as seguintes atribuições:

 I – Manter atualizadas as informações sobre a existência de vagas nos Centros
 Socioeducativos;

II – Processar, monitorar, sistematizar e disponibilizar os dados referentes às solicitações recebidas, de forma a cumprir os prazos legais;

III - Gerar relatórios diários, semanais e mensais de monitoramento das vagas;

IV - Solicitar, quando necessário, informações adicionais aos Centros Socioeducativos e aos órgãos do Sistema de Justiça;

IV - Gerir a lista de espera;

V - Informar sobre a concessão de vaga;

A dinâmica de solicitações e distribuição de vagas é exposta no quadro 06:

Quadro 06 - Números de vagas solicitadas por mês

Mês da solicitação	Nº de vagas solicitadas	Nº de vagas disponibilizadas	Nº de Vagas Indisponibilizadas	Total
Janeiro	58	58	0	58
Fevereiro	75	75	0	75
Março	61	61	0	61
Abril	81	81	0	81
Maio	89	89	0	89
Junho	65	65	0	65
Julho	61	61	0	61
Agosto	55	55	0	55
Setembro	63	63	0	63
Outubro	67	67	0	67
Novembro	70	70	0	70
Dezembro	54	54	0	54

Fonte: DIRTEC; ASPLAN, 2024.

A análise dos dados referentes à solicitação e disponibilização de vagas ao longo do período de 2024 demonstra um atendimento integral da demanda, sem registros de indisponibilização. O total de vagas solicitadas e disponibilizadas foi de 799, refletindo uma taxa de atendimento de 100%. A variação mensal indica oscilações na demanda, com o maior número de vagas solicitadas em maio (89) e o menor em dezembro (54). Esse cenário evidencia a capacidade do sistema em absorver as solicitações sem comprometer o acesso, indicando um fluxo eficiente de gestão e alocação de vagas.

7 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A ação 6050 é direcionada a execução das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, e apresenta orçamento com dinâmica extensiva e com maior amplitude

dos recursos da Fundação. Assim, a análise do demonstrativo orçamentário da FUNAC (2020-2024) com base na ação 6050 pode ser feita considerando em três aspectos:

Investimentos: Os valores de execução apresentam uma redução significativa ao longo dos anos, partindo de R\$ 456.879,10 em 2020 para apenas R\$ 14.180,00 em 2023 e nenhum valor executado em 2024. Já no orçamento previsto foi mantido em torno de R\$ 1 milhão por ano, com pequenas variações, e o uso de créditos suplementares foram utilizados apenas em 2022 e 2023.

Pessoal e Encargos: Os valores de execução se mantêm relativamente constantes, oscilando entre R\$ 23,1 milhões e R\$ 23,9 milhões. Já no que tende ao orçamento previsto diminuiu gradualmente nos últimos anos de R\$ 26,2 milhões em 2020 para R\$ 25,7 milhões em 2024. Em 2021, houve remanejamento de créditos no valor de R\$ 2,7 milhões, assim representando a menos no orçamento.

Totais Gerais do Orçamento: Os valores totais de orçamento variaram de R\$ 53,7 milhões em 2020 para R\$ 63,7 milhões em 2024, indicando um crescimento. Apesar desse crescimento no orçamento, a execução de investimentos foi reduzida drasticamente.

Tabela 15 – Demonstrativo orçamentário (2020-2024)

CUSTEIO					
	2020	2021	2022	2023	2024
EXECUÇÃO	R\$ 25.415.964,46	R\$ 31.542.590,80	R\$ 33.824.544,75	R\$ 29.981.124,05	R\$ 35.599.591,97
ORÇAMENTO	R\$ 26.962.962,80	R\$ 31.656.141,94	R\$ 35.218.940,00	R\$ 30.500.274,00	R\$ 36.971.039,00
LOA	R\$ 26.934.138,00	R\$ 26.296.015,00	R\$ 27.702.000,00	R\$ 27.358.000,00	R\$ 31.701.199,00
CREDITOS SUP./REM.	R\$ 28.824,80	R\$ 5.360.126,94	R\$ 7.516.940,00	R\$ 3.142.274,00	R\$ 5.269.840,00
		INVEST	IMENTO		
	2020	2021	2022	2023	2024
EXECUÇÃO	R\$ 456.879,10	R\$ 413.419,99	R\$ 53.180,00	R\$14.180,00	R\$ -
ORÇAMENTO	R\$ 500.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.055.741,98	R\$ 1.064.472,65	R\$ 1.050.000,00
LOA	R\$ 500.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.050.000,00	R\$ 1.050.000,00
CREDITOS SUP./REM.	R\$ -	R\$ -	R\$ 55.741,98	R\$ 14.472,65	R\$ -
		PESSOAL E	ENCARGOS		
	2020	2021	2022	2023	2024
EXECUÇÃO	R\$ 23.237.509,51	R\$ 23.184.068,28	R\$ 23.930.883,72	R\$ 23.996.708,92	R\$ 23.996.708,92
ORÇAMENTO	R\$ 26.239.607,00	R\$ 23.638.000,00	R\$ 24.280.000,00	R\$ 25.729.000,00	R\$ 25.729.000,00
LOA	R\$ 26.239.607,00	R\$ 26.338.000,00	R\$ 24.280.000,00	R\$ 25.729.000,00	R\$ 25.729.000,00
CREDITOS SUP./REM.	R\$ -	-R\$ 2.700.000,00	R\$ -	R\$ -	R\$ -
TOTAIS					
	2020	2021	2022	2023	2024

TOTAIS GERAIS - EXECUTADO	R\$ 49.110.353,07	R\$ 55.140.079,07	R\$ 57.808.608,47	R\$ 53.992.012,97	R\$ 59.596.300,89
TOTAIS GERAIS - ORÇAMENTO	R\$ 53.702.569,80	R\$ 56.294.141,94	R\$ 60.554.681,98	R\$ 57.293.746,65	R\$ 63.750.039,00

Fonte: ASPLAN, 2024.

O orçamento destinado a pessoal e encargos continua sendo a maior despesa ao longo dos anos analisados, refletindo a prioridade na manutenção da força de trabalho da FUNAC. Esse padrão evidencia a necessidade de garantir o pagamento de salários, benefícios e encargos trabalhistas, fundamentais para a execução das medidas socioeducativas. Além disso, a estabilidade desse investimento sugere um compromisso contínuo com a qualidade dos serviços prestados, garantindo que o atendimento aos socioeducandos não seja comprometido por falta de recursos humanos.

Por outro lado, a expressiva redução na execução de investimentos pode indicar dificuldades na aplicação dos recursos previstos ou mudanças estratégicas nas prioridades institucionais. A queda nos valores executados ao longo dos anos pode estar relacionada a desafios administrativos, como entraves burocráticos, dificuldades em processos licitatórios ou até restrições impostas por contingenciamentos financeiros. Outra possibilidade é uma realocação dos recursos para áreas consideradas mais urgentes, o que pode impactar diretamente a infraestrutura e os projetos de melhoria das unidades socioeducativas.

O aumento geral do orçamento ao longo do período pode ser explicado pela necessidade de cobrir custos operacionais crescentes, como reajustes salariais, inflação e outras despesas administrativas. Esse crescimento reflete a adaptação da FUNAC às demandas financeiras que surgem com a manutenção e ampliação dos serviços oferecidos. No entanto, é importante avaliar se esse aumento tem sido acompanhado por uma execução eficiente dos recursos, garantindo que os valores alocados sejam utilizados de forma a gerar melhorias reais no atendimento socioeducativo e na infraestrutura das unidades.

8 ANÁLISE TÉCNICA DO RELATÓRIO DE GESTÃO 2024 DA FUNAC

O Relatório de Gestão 2024 da FUNAC evidencia avanços significativos na estruturação e execução da política de socioeducação, demonstrando o compromisso da instituição com a reinserção social dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

A implementação de práticas restaurativas e de mecanismos de formação profissional representa um avanço inegável na direção de um sistema socioeducativo mais humanizado e eficaz.

Os dados apresentados no relatório evidenciam uma redução no número de atendidos ao longo dos anos, o que pode ser um reflexo positivo de ações preventivas e de inserção social. Por outro lado, o aumento do número de atendimentos sugere que a intensidade do acompanhamento tem sido reforçada, o que é um indicativo de melhoria na qualidade do atendimento prestado.

A análise da reincidência mostra uma tendência de queda nos últimos dois anos, mas o número de reiteração infracional aumentou em 2024, indicando que, apesar dos avanços, a reinserção social plena ainda encontra desafios estruturais. O aumento do número de adolescentes que reiteraram infracionalmente reforça a necessidade de fortalecer o acompanhamento dos egressos e de integrar políticas de educação e trabalho para evitar o retorno ao sistema socioeducativo.

Outro ponto relevante é a questão da seletividade racial e social evidenciada nos dados sobre o perfil dos adolescentes atendidos. A predominância de jovens negros e de famílias em condição de desproteção social reforça a necessidade de políticas que enfrentem as desigualdades estruturais e promovam um atendimento socioeducativo que considere a interseccionalidade de fatores como raça, gênero e condição socioeconômica. A distribuição geográfica dos centros socioeducativos também merece revisão, pois algumas regiões demandam um atendimento mais descentralizado para garantir que os adolescentes possam cumprir suas medidas em locais próximos às suas famílias, facilitando o fortalecimento dos vínculos sociais.

O Relatório também traz preocupações relacionadas à saúde mental dos socioeducandos, com registros de óbitos associados a transtornos psicológicos graves. Essa realidade exige um aprimoramento de uma articulação mais efetiva com os serviços de saúde pública para garantir atendimento adequado tanto durante o cumprimento da medida quanto no pós-medida.

Principais Avanços:

- ✓ Fortalecimento da Política Pública Socioeducativa: Criação do Programa 0635 Proteção e Promoção dos Direitos dos Adolescentes em Atendimento Socioeducativo, um marco para o atendimento socioeducativo estadual.
- ✓ Modelo de Gestão Estratégico: Consolidação do modelo de gestão da FUNAC com base

- no Balanced Scorecard (BSC) e na Análise SWOT, promovendo eficiência e alinhamento estratégico.
- ✓ Resultados do Planejamento Estratégico: Adoção de um planejamento estruturado que permitiu a execução e ajuste de 85% das metas estabelecidas para 2024.
- ✓ Expansão da Formação Profissional: Parceria com o IEMA possibilitou a oferta de cursos profissionalizantes, com um investimento total de R\$ 875.000,00 entre 2020 e 2024.
- ✓ Valorização dos Servidores: Instituição do Núcleo de Práticas Restaurativas e Bem-estar do Servidor, conforme estabelecido pela Portaria nº 452/2024 da FUNAC, fortalecendo ações de cuidado e valorização dos profissionais.
- ✓ Reconhecimento e Inovação: Recebimento do Prêmio InovaGP 2024, concedido pela Fundação Escola de Governo do Maranhão, pelo artigo sobre profissionalização na Funac.
- ✓ Captação de Recursos: Celebração do Convênio nº 948268/2023 com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, viabilizando novos investimentos para a socioeducação.
- ✓ Aprimoramento das Trilhas Formativas: Expansão das capacitações promovidas pela Escola de Socioeducação do Maranhão (ESMA), com destaque para segurança socioeducativa, inteligência socioemocional e práticas restaurativas.
- ✓ Redução da Reincidência Infracional: Implementação de estratégias eficazes que resultaram na diminuição da reincidência entre adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.
- ✓ Integração Intersetorial: Instituição da Comissão Intersetorial do SINASE, promovendo articulação entre órgãos e fortalecendo a gestão socioeducativa.
- ✓ Aprimoramento da Infraestrutura: Transferência da responsabilidade pela manutenção dos Centros Socioeducativos para a Secretaria de Governo, garantindo maior celeridade na solução das demandas estruturais.
- ✓ Modernização Administrativa: Implementação do Sistema Eletrônico Integrado (SEI), otimizando a tramitação de documentos e promovendo maior eficiência na gestão pública.
- ✓ Ampliação do Atendimento: Inauguração do Programa de Semiliberdade em São Luís, com capacidade para 20 vagas, fortalecendo alternativas ao cumprimento de medidas socioeducativas.

Principais Desafios:

✓ O orçamento da FUNAC apresenta variações significativas, dependendo de suplementação, o que impacta diretamente as ações socioeducativas.

- ✓ Regularização dos vínculos, a ausência de concurso público regular impacta a estrutura organizacional, resultando em déficits operacionais, tendo em vista que a regularização dos vínculos é essencial para reduzir a rotatividade de funcionários e garantir um atendimento socioeducativo qualificado. A necessidade de um plano de cargos, carreiras e salários adequado para fortalecer a valorização e a retenção dos profissionais do sistema socioeducativo, sobre essa situação a Fundação tem empreendido esforços, o que pode ser verificado junto aos processos 2024.540201.01958 e o 2024.540201.03273 que tem tramitado junto aos referidos orgãos: Secretaria de Monitoramento de Ações Governamentais − SEMAG, Secretaria de Estado da Administração − SEAD, Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento SEPLAN, Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular SEDIHPOP, Secretaria de Gabinete do Governador do Maranhão.
- ✓ Reestruturação administrativa da FUNAC, tendo em vista que a atual estrutura organizacional, definida pelo Decreto nº 20.704/2004, não atende às demandas modernas do sistema socioeducativo.
- ✓ Saúde no sistema socioeducativo, o atendimento à saúde dos socioeducandos depende do SUS, enfrentando dificuldades na oferta de exames, consultas especializadas e atendimento emergencial, há uma carência de infraestrutura adequada dentro dos centros para atendimento odontológico e psicológico contínuo. A intersetorialidade entre FUNAC, Secretaria de Saúde e municípios deve ser aprimorada para garantir o acesso efetivo a serviços de saúde.
- ✓ Educação no sistema socioeducativo, tendo em vista que a defasagem escolar dos socioeducandos exige metodologias educacionais adaptadas às suas realidades, tambem há a necessidade de ampliação da participação dos socioeducandos no ENCCEJA para garantir certificação escolar e maior inclusão social, além da integração com a rede pública de ensino precisa ser fortalecida para garantir continuidade educacional após a saída da unidade socioeducativa.
- ✓ A construção de unidades de internação para o cumprimento de medidas socioeducativas nas regiões do Maranhão, especialmente na região dos Cocais, enfrenta desafios significativos, como questões orçamentárias e burocráticas. Frizamos que há decisão judicial para a construção da unidade de internação em Timon processo número 0802406-87.2021.8.10.0060. A implantação de uma unidade em Timon e a conclusão do Complexo Socioeducativo de Imperatriz são essenciais para a regionalização do atendimento, mas sofrem com a dificuldade na obtenção de autorizações e os elevados custos das obras.
- ✓ Captação e Gestão de Recursos a captação de recursos por meio de parcerias com

entidades privadas e organizações internacionais pode ser uma solução. Há burocracia estatal na liberação de verbas impacta a execução eficiente dos programas e projetos socioeducativos.

- ✓ Capacitação e qualificação profissional dos servidores em práticas restaurativas e atendimento humanizado deve ser fortalecida, tendo a necessidade de programas de valorização profissional para reduzir o desgaste emocional e a rotatividade dos servidores.
- ✓ Inclusão digital e profissionalização dos socioeducandos melhorias no acesso à tecnologia nas unidades socioeducativas é limitado, dificultando o aprendizado e a capacitação profissional, além da nescesidade da ampliação de parcerias com empresas e instituições de ensino técnico pode facilitar a reinserção social dos socioeducandos.

Por fim, é imperativo que a FUNAC continue aprimorando seus mecanismos de monitoramento e avaliação, garantindo que os avanços registrados sejam sustentáveis e resultem em mudanças efetivas na vida dos socioeducandos. A construção de um sistema socioeducativo mais eficiente e justo passa não apenas pela execução de ações planejadas, mas também por uma reflexão crítica sobre seus impactos reais.

Relatório de Gestão 2024



SEDIHPOPSecretaria de Estado dos Direitos Humanos e Participação Popular

